



Seção II

ANO XXXII — Nº 125

SÁBADO, 15 DE OUTUBRO DE 1977

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1º da Constituição, e eu, Petrônio Portella, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 97, DE 1977

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.571, de 31 de agosto de 1977, que “faculta, para fins de imposto de renda, adoção de coeficientes de depreciação acelerada de vagões, terminais, ramais e desvios ferroviários”.

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.571, de 31 de agosto de 1977, que “faculta, para fins de imposto de renda, adoção de coeficientes de depreciação acelerada de vagões, terminais, ramais e desvios ferroviários”.

Senado Federal, 14 de outubro de 1977. — *Senador Petrônio Portella, Presidente.*

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VIII, da Constituição, e eu, Petrônio Portella, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 87, DE 1977

Autoriza a Fundação Faculdade de Agronomia Luiz Meneghel, do Município de Bandeirantes, Estado do Paraná, a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 13.000.000,00 (treze milhões de cruzeiros).

Art. 1º É a Fundação Faculdade de Agronomia Luiz Meneghel, do Município de Bandeirantes, Estado do Paraná, autorizada, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, a contratar uma operação de crédito, no valor de Cr\$ 13.000.000,00 (treze milhões de cruzeiros), junto à Caixa Econômica Federal, por conta do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS — destinada ao financiamento da ampliação da estrutura física da Faculdade e da aquisição de equipamentos.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de outubro de 1977. — *Senador Petrônio Portella, Presidente.*

RESOLUÇÃO Nº 71, DE 1977

Autoriza a Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista (SUDELPA) a elevar em Cr\$ 69.854.000,00 (sessenta e nove milhões e oitocentos e cinquenta e quatro mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

RETIFICAÇÃO

Na publicação feita no DCN — Seção II — de 24-9-77, página 4969, no artigo 1º da Resolução, *in fine*,

Onde se lê

... Sítio de Pae-Ceará, no município de Guarujá, ...

Leia-se:

... Sítio de Pae-Cará, no município de Guarujá ...

SUMÁRIO

1 — ATA DA 174ª SESSÃO, EM 14 DE OUTUBRO DE 1977

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Aviso do Sr. Ministro de Estado da Saúde

— Nº 355/77, encaminhando informações daquele Ministério a respeito do Projeto de Lei do Senado nº 292/76, do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que dispõe sobre a adição obrigatória de vitamina "A" ao açúcar.

1.2.2. — Ofício do Sr. 1º-Secretário da Câmara dos Deputados

Encaminhando autógrafo de projeto de lei sancionado:

— Projeto de Lei do Senado nº 204/77 (nº 4.200/77, na Câmara dos Deputados), que renova o prazo de validade da carteira de identidade para estrangeiro. (Projeto que se transformou na Lei nº 6.447, de 6 de outubro de 1977).

1.2.3 — Discursos do Expediente

SENADOR EURICO REZENDE — Inveracidade de notícia inserida na Revista *Veja*, referente a declarações atribuídas a S. Exª, favoráveis à introdução do jogo no País.

SENADOR LUIZ CAVALCANTE — O problema da auto-suficiência do País em alumínio, chumbo, níquel e cobre, tendo em vista a grande importação de metais não-ferrosos, segundo dados do Boletim de setembro do Banco Central.

SENADOR HENRIQUE DE LA ROCQUE — Improcedência de notícia divulgada por órgão da Imprensa, sobre a participação do Sr. Ministro da Justiça, na abertura, pelo Departamento de Polícia Federal, de inquérito envolvendo o jornalista Carlos Chagas.

SENADOR VIRGÍLIO TÁVORA — Publicação, pela Comissão Coordenadora de Estudos do Nordeste — COCENE, do tomo final do Estudo nº 1 daquela Comissão, contendo o teor do "Seminário sobre o Programa de Estímulos e Incentivos ao Desenvolvimento do Nordeste", realizado pela Confederação Nacional da Indústria.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei da Câmara nº 2/77 (nº 3.071-B/76, na Casa de origem), que declara feriado nacional o dia 12 de outubro. (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 1976.) **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 306/76, do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que considera feriado nacional o dia consagrado a Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil. (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 2/77.) **Discussão sobrestada, por falta de quorum para votação do item anterior, com o qual tramita em conjunto.**

Requerimento nº 374 77, do Sr. Senador Murilo Paraíso, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo sob o título "A Lei Sesquicentenária", de autoria do Professor Palhares Moreira Reis, publicado no *Jornal do Commercio*, referente ao livro "O Poder Legislativo e a criação dos Cursos Jurídicos", editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Requerimento nº 381/77, do Sr. Senador Braga Junior, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, da noti-

cia publicada no jornal *Correio Braziliense*, edição do dia 5 de outubro de 1977, sob o título, "Lições de um encontro". **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei da Câmara nº 95/76 (nº 1.053-B/75, na Casa de origem), que acrescenta e altera dispositivos na Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.) **Discussão encerrada, tendo sua votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 9/77, do Sr. Senador Adalberto Sena, que institui o salário profissional devido aos exercentes de atividades laborais qualificadas, e dá outras providências. **Discussão encerrada, tendo sua votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 61/77, do Sr. Senador Nelson Carneiro, que dispõe sobre o prazo prescricional para a punibilidade de profissional liberal, por falta sujeita a processo disciplinar a ser aplicada por órgão competente. **Discussão encerrada, tendo sua votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 72/77, do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que dispõe sobre a permanência do trabalhador aposentado no imóvel de propriedade da antiga empresa empregadora. (Apreciação preliminar da juridicidade.) **Discussão encerrada, tendo sua votação adiada por falta de quorum.**

1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR DIRCEU CARDOSO — Situação contristadora em que se encontra a lavoura cafeeira capixaba face às recentes medidas adotadas pelo IBC. Memorial de cafeicultores do Estado, reivindicando prorrogação de suas dívidas e preço mais substancial para o produto.

SENADOR BENJAMIM FARAH — Centenário de fundação do jornal *O Fluminense*.

SENADOR DINARTE MARIZ — Apelo de entidades rurais em favor da manutenção dos direitos assegurados ao trabalhador rural, tendo em vista tramitação, na Câmara dos Deputados, de projeto de lei sobre a matéria.

SENADOR MURILO PARAISO — A implantação do complexo portuário-industrial de SUAPE, como nova opção econômica para o Estado de Pernambuco e para o Nordeste.

SENADOR ROBERTO SATURNINO — Auspiciosidade de notícia, divulgada pela Imprensa, segundo a qual o Governo sueco estaria propenso a conceder perdão a dívidas de países subdesenvolvidos. Comentários sobre artigo veiculado pela *Gazeta Mercantil*, edição de 8 último, sob o título "Brasil paga mais caro", no qual é focalizada a questão dos juros cobrados pelas entidades de crédito internacional.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Congratulando-se com todos os membros do Ministério Público e de forma especial com os do Ministério Público de Sergipe, ao ensejo do transcurso do "Dia do Ministério Público".

SENADOR MAURO BENEVIDES — Encerramento, na cidade do Crato—CE, da I Semana de Cultura e Arte e do VIII Festival de Canção do Cariri.

SENADOR ITAMAR FRANCO — Inclusão do Município de Tiros—MG no Programa de Desenvolvimento dos Cerrados — POLOCENTRO.

SENADOR DIRCEU CARDOSO — Registro do VIII Encontro Nacional da Oração, promovido pelo Grupo Parlamentar Cristão, ao qual compareceram o Senhor Presidente da República e Ministros de Estado.

1.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA E
MA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

2 — DISCURSO PRONUNCIADO EM
ANTERIOR

— Do Sr. Senador José Sarney, proferido na sessão d
77.

3 — ATO DO PRESIDENTE

4 — SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

— Relatórios correspondentes ao mês de setembro de 1977.

5 — SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS, ESPECIAIS
E DE INQUÉRITO

— Relatório correspondente ao mês de setembro de 1977.

6 — ATAS DE COMISSÕES

— MESA DIRETORA

— LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANEN-

ATA DA 174ª SESSÃO, EM 15 DE OUTUBRO DE 1977 3ª Sessão Legislativa Ordinária PRESIDÊNCIA DOS SRS. PETRÔNIO PORTELLA E HENRIQUE DE LIMA REZENDE

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES

OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — José Guimard — Braga Junior — Cattete
Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre
Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Helvídio Nunes
Petrônio Portella — Mauro Benevides — Virgílio Távora — Wil-
son Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Murilo Paraíso
— Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco —
Lourival Baptista — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico
Rezende — Roberto Saturnino — Benjamim Farah — Itamar
Franco — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Osires Teixeira —
Mendes Canale — Daniel Krieger.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — A lista de presença
acusou o comparecimento de 32 Srs. Senadores. Havendo número
regimental, declaro aberta a sessão.

O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

AVISO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE

Nº 355/77, de 11 do corrente, encaminhando informações
daquele Ministério a respeito do Projeto de Lei do Senado nº 292, de
1976, do Senhor Senador Vasconcelos Torres, que "dispõe sobre a
adição obrigatória de vitamina A ao açúcar".

(À Comissão de Saúde)

OFÍCIO DO PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 458/77, de 13 do corrente, encaminhando autógrafo do
Projeto de Lei do Senado nº 204, de 1977 (nº 4.200/77, na Câmara
dos Deputados), que renova o prazo de validade da carteira de identi-
dade para estrangeiro. (Projeto que se transformou na Lei nº 6.447,
de 6 de outubro de 1977).

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Há oradores ins-
critos.

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — ES) — Sr. Presidente, peço a
palavra como Líder da Maioria.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Concedo a palavra
ao nobre Líder da Maioria, Senador Eurico Rezende.

O SR. REZENDE — Pronuncia o se-
guinte. Sem revisão do Sr. Presidente, Srs. Sena-
dores:

A revista *Veja*, em sua última edição
em curso, sob o título "Jogo", e o subtítu-
lo "Jogos de azar", publicou, no mês
de setembro, a seguinte notícia:

Said Farhat, Presidente da Empresa Brasileira de Turis-
mo (EMBRATUR), chega a se confessar cansado de contrá-
por seus argumentos aos crescentes clamores dos hoteleiros
com quem conversa e que lhe pedem a liberação do jogo no
Brasil. "O jogo não é uma atração turística, mas o sifão que
drena o bolso dos turistas", repete ele. "O jogo cria empre-
gos, mas a prostituição também, assim como o tráfico de tóxi-
cos." Alguns se convencem. Outros teimam em aguardar a
decisão final sobre os onze projetos de lei que restabelecem os
cassinos no País e que dormitam na Comissão de Justiça da
Câmara dos Deputados à espera de um parecer.

Nós próximos quinze dias esta agonia poderá acabar. O
Deputado Lidovino Fanton (MDB — RS), tido como contrá-
rio ao jogo, deverá apresentar, finalmente, seu parecer sobre
os onze projetos.

"Por questão de ética" ele não quer adiantar nada a res-
peito e as ilações sobre a possibilidade ou não de liberação fi-
caram por conta, nos últimos dias, do comportamento do Lí-
der do Governo no Senado Eurico Rezende. Há quinze dias,
Rezende iniciou a coleta de assinaturas para a apresentação
de uma proposta de emenda à Constituição, de autoria do
Deputado goiano Siqueira Campos, que autoriza o jogo no
Brasil. Mais tarde desistiu porque "seria ridículo dar status
constitucional à jogatina", e ficou aparentemente com um
dos onze projetos, de autoria do Deputado Francisco Libar-
doni. "Um projeto como esse pode ser analisado", disse o
Senador. "E, dependendo das tendências, até ser aprovado".

Sr. Presidente, a notícia é 99% inverídica. O repórter com quem
conversei, e me lembro precisamente, ali na cativante bancada da im-
prensa, indagou a minha opinião sobre uma proposta de emenda
constitucional, visando a permitir o jogo no País. Respondi categori-
camente ao repórter que isso não seria possível, porque seria profun-
damente chocante incluir-se, na Constituição, dispositivo dessa natu-
reza, que só poderia ser contemplado no texto de lei penal comum.
Em seguida, o repórter me perguntou sobre projeto de lei ordinária,
com o mesmo objetivo. Disse-lhe que a matéria, naturalmente, por
ter sido submetida ao Congresso, seria por ele apreciada. Lembro-

me de que acrescentei que havia um grupo numeroso de Congressistas favoráveis à regulamentação do jogo afirmar então, que iniciei a coleta de assinaturas, numa proposta de emenda constitucional, com aquela finalidade, é totalmente desarrastado. Isto não ocorreu. Primeiro, pela preliminar que apresentei, de que não é possível dar-se status constitucional a uma permissão dessa índole. Segundo, porque nem sequer essa alegada proposta constitucional esteve em minhas mãos ou o seu suposto autor, o Deputado Siqueira Campos, pediu a minha opinião e muito menos que eu fizesse, ou favorecesse a coleta de assinaturas para a tramitação da proposta.

Ademais, Sr. Presidente, eu não prestigiaria uma emenda ou um projeto dessa natureza, tendo em vista as grandes repercussões, sem cumprir o elementar dever, ditado pela lealdade, de auscultar o pensamento do Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Quero, Sr. Presidente, fazer esta retificação a bem da verdade, porque a notícia, como está redigida, me coloca em termos de solidariedade a uma iniciativa que visa a implantação ou reimplantação do jogo de azar no País.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Cavalcante.

O SR. LUIZ CAVALCANTE (ARENA — AL) — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Revela o Boletim de setembro do Banco Central que, nos sete primeiros meses deste ano, as importações de metais não-ferrosos custaram ao Brasil 328 milhões de dólares. Admitindo-se um crescimento linear, a aquisição desses metais nos terá custado, ao fim do ano, nada menos de 562 milhões, contra 414 milhões em 1976, ou seja, um aumento percentual de 36%.

Numa hipótese mais otimista, se, nos cinco meses restantes, as importações apenas igualem os 221 milhões despendidos em igual período do ano passado, mesmo assim, a termo de 1977 os não-ferrosos absorverão 549 milhões de dólares. A variação anual seria, pois, de 33%, bem superior à do total das importações, que não deverá ir além de 10%. Na verdade, esperam-se importações ao mesmo nível do ano anterior.

O Boletim particulariza os valores relativos ao cobre e ao alumínio, os quais, juntos, perfazem 77% das importações da família mineral a que pertencem. Os 23% restantes dizem respeito a todos os demais não-ferrosos, isto é, os comuns (chumbo, zinco e níquel) e os especiais (magnésio, lítio, tungstênio, titânio e outros).

Merece registro o fato de que, nos últimos dez anos, a importação de não-ferrosos, em valor médio da tonelada, cresceu apenas 69%. Se atentarmos para a deterioração do dólar no mesmo decênio, esses 69% traduzem um crescimento real nulo, ou mesmo negativo.

O Sr. Ruy Santos (ARENA — BA) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LUIZ CAVALCANTE (ARENA — AL) — Com muito prazer.

O Sr. Ruy Santos (ARENA — BA) — Tenho a impressão de que a contribuição maior na importação desses não-ferrosos é do cobre. Cobre que a Bahia possui em quantidade e cuja exploração se vem tentando há anos iniciar, e só agora é que vai — para usar uma expressão dos economistas — demarrar, com a exploração do cobre de Caraibas, na Bahia. V. Ex^a tem o dado. E o cobre que pesa mais?

O SR. LUIZ CAVALCANTE (ARENA — AL) — Perfeitamente, nobre Senador Ruy Santos. V. Ex^a não somente tem a impressão; V. Ex^a tem certeza, ou melhor, tem o sentimento, porque acerta em cheio. Aqui, no Boletim de setembro, encontramos para as importações de cobre, em 1975, 219 milhões de dólares, e para o alumínio 100 milhões de dólares. Portanto, a do cobre é mais de duas vezes a importação do alumínio.

O Sr. Ruy Santos (ARENA — BA) — Tenho até a impressão de que o consumo nacional é quase todo de importação. Acho que a nossa produção não chega a 10%.

O SR. LUIZ CAVALCANTE (ARENA — AL) — Muito obrigado, nobre Senador Ruy Santos. Sinceramente, a intervenção de V. Ex^a me fez compulsar o Boletim e fixar dado que me tinha passado despercebido no estudo que fiz esta manhã.

Para finalizar, Sr. Presidente, Srs. Senadores, os 500 e tantos milhões de dólares que fatalmente desperditeremos na compra dos metais em tela, no ano em curso, e a constatação do incessante e ponderável crescimento, ano a ano, dos volumes importados, fazem-me temer que já se tenha tornado uma simples miragem a auto-suficiência em alumínio aprazada para 1978 no Plano Nacional de Não-Ferrosos, bem como a auto-suficiência prevista para 1983.

O Sr. Ruy Santos (ARENA — BA) — Apenas um acréscimo, se V. Ex^a permite: em chumbo a produção baiana de Buquirá está também animadora e é provável que a Bahia, além do cobre, venha contribuir também para essa redução com a produção do chumbo.

O SR. LUIZ CAVALCANTE (ARENA — AL) — Mas, V. Ex^a, nobre Senador Ruy Santos, bem podia fechar o meu discurso dando a este Plenário uma informação sobre a novela de Caraibas. Diga-nos o que sabe V. Ex^a a respeito, depois que o Grupo Pignatari perdeu a cessão das jazidas de cobre.

O Sr. Ruy Santos (ARENA — BA) — V. Ex^a tem razão. O problema do cobre de Caraibas é uma verdadeira novela. Baby Pignatari, entrou naquilo ali, fez até uma série de transações irregulares com donos de terrenos e iniciou o trabalho de pesquisa. Mas, já agora, há um trabalho de avaliação feito pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais. O Presidente Ernesto Geisel, quando esteve na Bahia pela penúltima vez, declarou em Camaçari que a produção ou a transformação do cobre para utilização seria feita numa fábrica a ser montada no Pólo Petroquímico de Camaçari. Eu acho que já hoje o problema avançou muito. Acredito piamente — já agora com a participação do Poder Público, da União e o Estado — que se venha a ter êxito na exploração do cobre da Bahia.

O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE) — Permita um pequeno acréscimo ao seu discurso. É para informar a V. Ex^a que a FIBASE, subsidiária do BNDE, responsável justamente pelo Projeto de Caraibas já o levou avante. Hoje, está provado que poderemos ter reservas para sustentar uma produção anual de 100 mil toneladas de minério, e, as providências estão sendo tomadas para implantação do complexo que responda a essa produção. V. Ex^a fez muito bem em aflorar o problema, dando chance a que estes esclarecimentos pudessem ser prestados em Plenário.

O Sr. Ruy Santos (ARENA — BA) — V. Ex^a me permite, nobre Senador? (Assentimento do orador.) Veja V. Ex^a como foi bom alertar sobre o problema do cobre. Eu só conheço o problema pelo meu interesse de baiano, não vou às suas minúcias econômicas, ao seu estudo. Mas foi bom entrar a questão, porque o eminente Líder e economista Virgílio Távora trouxe a V. Ex^a e ao Plenário esses esclarecimentos.

O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE) — Eminentíssimo Senador, quando muito eu pratico a engenharia e sou curioso de economia. Não sou economista.

O SR. LUIZ CAVALCANTE (ARENA — AL) — Bem, Sr. Presidente, desta vez o meu pronunciamento não termina com um ponto final, mas, com dois pontos: um do Senador Ruy Santos e outro do eminente Senador Virgílio Távora.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Srs. Senadores. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Concedo a palavra ao nobre Senador Henrique de La Rocque.

O SR. HENRIQUE DE LA ROCQUE (ARENA — MA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Lembro-me bem da sua preocupação em formular a legislação antitóxica. Estudada por um grupo de técnicos em problemática tão grave, buscou, em novos moldes, punir com maior rigor o traficante, considerando o viciado mais vítima, que delinqüente.

A mensagem foi discutida e emendada neste plenário, onde foi ventilado o possível excesso de punibilidade para os profissionais do tenebroso crime.

Um dos dedicados integrantes do Grupo do Trabalho de então, que elaborou o texto legal sob a supervisão do Ministro da Justiça, o Juiz Mena Barreto, ansioso, assistiu ao desfecho dos debates parlamentares. É a mesma aprovada e sancionada, e os fatos estão demonstrando que ela não exacerbou em seu texto, pois, ao contrário, deveria ter sido, talvez, ainda mais severa em sua aplicação.

A reformulação penal em certos setores foi, também, objeto das preocupações do Ministro Armando Falcão. Este trabalho, adentrando nas amplas avenidas do Direito Penal moderno, senão perfeito, foi um avanço no campo da sua execução. Os Códigos, cujas reformulações estão sendo exigidas pela consciência jurídica nacional, vêm seguindo a sua possível tramitação. A sua ação é discreta, mas altamente atuante nos assuntos afetos à sua jurisdição. Já se vão alguns anos que o conheço: o mesmo homem despedido da impeniência de altos dignitários da função pública. Agora leio que S. Ex^a é responsabilizado pela ação da Polícia Federal na investigação instaurada contra o honrado Jornalista Carlos Chagas. Pelo noticiário percebo que há tentativa de enquadrá-lo na lei penal. E deparo, também, com o esclarecimento de que, no dia a que se seguiu a divulgação da grave notícia que motivou a ação policial, a mesma foi desmentida. E em sua defesa *O Estado de S. Paulo* arrima-se em que, embora o noticiário tenha sido destituído de veracidade, ele deixou de existir com a sua formal contestação.

Em defesa do jornalista indiciado ergue-se, assim, o princípio de que ninguém delinque sem dolo, sendo este intrínseco à ilicitude penal, não existindo o crime sem essa matéria-prima. Este, o aspecto técnico-penal, exposto aos leitores do *affaire*, objeto das minhas considerações. Mas o noticiário concernente ao mesmo, como já assinalai, apresenta como responsável para a abertura do inquérito supracitado o Ministro Armando Falcão. Nada mais injusto e impropriedade. Todas as vezes em que S. Ex^a tem ordenado providências nesta área, o tem feito de forma enfática e amplamente publicitada. Nunca o fez na calada da noite, nem ao amanhecer de dia confuso, jamais intervindo em processamentos penais.

Posso depor sem receio de contestação, porque em vários feitos nesta órbita judicante a minha presença tem sido assinalada sem receio, nem vacilação. Jamais percebi coação, ou sequer insinuação em casos tais, por parte do executivo responsável.

Vale no caso, porque oportuna, a lembrança de que o Jornalista Carlos Chagas, já no pretérito, esteve em situação idêntica. Pretendia-se, como agora, envolvê-lo nas malhas da legislação penal, e quando chegou a hora de a Justiça se manifestar, e ela só começa a fazê-lo pela palavra do promotor, o inquérito foi arquivado. E mais: o recurso interposto daquela decisão mereceu a aprovação tranqüila da Corregedoria da Justiça Militar. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Concedo a palavra ao nobre Senador Virgílio Távora.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Está finda a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA

Estão presentes 32 Srs. Senadores. Não há "quorum" para deliberação. Em consequência, as matérias constantes dos itens n^{os} 1, 2,

3 e 4, da pauta, ficam com a sua votação adiada para a próxima sessão.

São as seguintes as matérias que têm sua votação adiada:

— 1 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 1977

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306/76)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 1977 (nº 3.071-B/76, na Casa de origem), que declara feriado nacional o dia 12 de outubro, tendo

PARECERES, sob n^{os} 528 e 529, de 1977, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de **Educação e Cultura**, favorável.

— 2 —

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 1976

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 2/77)

Discussão, em primeiro turno do Projeto de Lei do Senado nº 306, de 1976, do Senhor Senador Vasconcelos Torres, que considera feriado nacional o dia consagrado a Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil, tendo

PARECERES, sob n^{os} 528 e 529, de 1977, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, pela prejudicialidade; e

— de **Educação e Cultura**, pela prejudicialidade.

— 3 —

REQUERIMENTO Nº 374, DE 1977

Votação, em turno único, do Requerimento nº 374, de 1977, do Senhor Senador Murilo Paraíso solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo sob o título "A Lei Sesquicentenária" de autoria do Professor Palhares Moreira Reis, publicado no *Jornal do Commercio*, referente ao livro "O Poder Legislativo e a Criação dos Cursos Jurídicos", editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas desta Casa.

— 4 —

REQUERIMENTO Nº 381, DE 1977

Votação, em turno único, do Requerimento nº 381, de 1977, do Senhor Senador Braga Junior, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, da notícia publicada no jornal *Correio Braziliense*, edição do dia 5 de outubro de 1977, sob o título "Lições de Um Encontro".

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Passa-se ao Item 5:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 1976 (nº 1.053-B/75, na Casa de origem), que acrescenta e altera dispositivos na Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943), tendo

PARECERES, sob n^{os} 599 e 600, de 1977, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, pela Constitucionalidade e juridicidade e, no mérito, pela aprovação; e

— de **Legislação Social**, favorável, com Emenda que apresenta de nº 1-CLS.

Em discussão o projeto.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar usar da palavra, irei declarar encerrada a discussão. (Pausa.)

Encerrada.

Por falta de "quorum", fica sua votação adiada para a próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Item 6:

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 9, de 1977, do Senhor Senador Adalberto Sena, que institui o salário profissional devido aos exercentes de atividades laborais qualificadas, e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 606 e 607, de 1977, das Comissões:

- de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade, e, quanto ao mérito, pela aprovação; e
- de **Legislação Social**, contrário.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão, ficando sua votação igualmente adiada para a próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Item 7:

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 61, de 1977, do Senhor Senador Nelson Carneiro, que dispõe sobre o prazo prescricional para a punibilidade de profissional liberal, por falta sujeita a processo disciplinar a ser aplicada por órgão competente, tendo

PARECER, sob nº 306, de 1977, da Comissão:

- de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade, com Emendas que apresenta de números 1 e 2-CCJ.

A matéria constou da Ordem do Dia de 17 de agosto do corrente ano, tendo a discussão adiada, a requerimento do Senhor Senador Helvídio Nunes, para a sessão de 15 de setembro. Nessa oportunidade, através do Requerimento nº 317, de 1977, o Senhor Senador Helvídio Nunes solicitou o adiamento da discussão do Projeto para a presente sessão.

Em discussão o projeto e as emendas. (Pausa.)

Não havendo quem queira usar da palavra, declaro-a encerrada, ficando sua votação adiada para a próxima sessão, em virtude da falta de *quorum*.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Item 8:

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 72, de 1977, do Senhor Senador Vasconcelos Torres, que dispõe sobre a permanência do trabalhador aposentado no imóvel de propriedade da antiga empresa empregadora, tendo

PARECER, sob nº 711, de 1977 da Comissão:

- de **Constituição e Justiça**, pela injuridicidade.

Em discussão o projeto, quanto à juridicidade. (Pausa.)

Não havendo oradores, declaro-a encerrada, ficando sua votação adiada para a próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Dirceu Cardoso.

O SR. DIRCEU CARDOSO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao Sr. Senador Benjamim Farah.

O SR. BENJAMIM FARAH (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Ocupo esta tribuna somente nesta data, e gostaria de fazê-lo antes, mas comprometido, no Ciclo de Estudos da ESG, para um curso de atualização, não me foi possível fazer este registro antes.

É que na sua série de comemorações sobre o Centenário de Fundação de *O Fluminense*, duas das mais belas festas se seguiram: as homenagens na Assembleia Legislativa Fluminense e o banquete no Clube de Diretores Lojistas de Niterói, onde a afluência foi enorme, e não só, grande foi também a quantidade de personalidades dos três poderes ali presentes. Essa homenagem do referido Clube, presidido pelo Senhor Wilson Tanil fez vibrar o povo daquela cidade.

Cem anos de *O Fluminense* — cuja trajetória, com a colaboração de famosos jornalistas, merece em verdade os aplausos calorosos.

Aquele valoroso jornal hoje está nas mãos do Deputado e digno jornalista Alberto Torres, de quem tive a honra de ser colega na Câmara Federal, onde apreciei constantemente o seu destemor na defesa das grandes causas. E cito, igualmente, com admiração a presença do seu irmão, ex-Presidente do Senado e do Congresso, o Senador Paulo Torres, um valoroso militar, que nos campos da Europa, foi defender a Democracia, a Justiça e a Liberdade.

E por que não recordar dessa mesma estirpe de alto valor político e moral, Acúrcio Torres, de saudosa memória, Líder da Maioria no Governo do Marechal Dutra; Acúrcio, político tantas vezes eleito, e não menos combatível e honrado homem público.

É nas mãos de um desses estimados e eminentes brasileiros, dessa tão grande família, o jornalista e parlamentar Alberto Torres, que hoje está *O Fluminense*.

O Sr. Dirceu Cardoso (MDB — ES) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. BENJAMIM FARAH (MDB — RJ) — Pois não.

O Sr. Dirceu Cardoso (MDB — ES) — Quero solidarizar-me com V. Ex^a na justa homenagem que presta ao centenário do *O Fluminense*, brilhante órgão que se edita em Niterói, e também, trazer meu testemunho à personalidade incunfundível de Alberto Torres, brilhante Deputado e homem público que com o eminente irmão Acúrcio Torres, que foi Líder da Maioria com brilhantes serviços ao Brasil, e o ex-Senador Paulo Torres que dirigiu esta Casa, formam uma trindade de irmãos que muito tem dignificado e ilustrado o Estado do Rio de Janeiro.

O SR. BENJAMIM FARAH (MDB — RJ) — Muito obrigado a V. Ex^a

Sr. Presidente, por tudo isso, consigno os meus aplausos e calorosas homenagens ao *O Fluminense*, ao seu Diretor, aos seus colaboradores, e ao povo que tem nesse grande jornal um esteio na defesa daquele Estado e das nossas melhores instituições. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Senador Dinarte Mariz.

O SR. DINARTE MARIZ (ARENA — RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Tenho recebido do meu Estado, sem nenhum exagero, quase uma centena de telegramas, para que esta Casa, por antecipação, tome conhecimento do Projeto de Lei nº 618-A, de 1975, que está tramitando na Câmara dos Deputados, de autoria do nobre Deputado Alexandre Machado, proposição essa que altera direitos adquiridos dos trabalhadores rurais.

Já de antemão alerto os nobres pares, para que evitemos reduzir os direitos do trabalhador rural.

Não é possível, nesta altura, depois de uma conquista no setor social, se reduza os direitos daqueles que, realmente, são os principais impulsionadores do progresso da nossa Pátria.

O Sr. Mauro Benevides (MDB — CE) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. DINARTE MARIZ (ARENA — RN) — Com prazer.

O Sr. Mauro Benevides (MDB — CE) — Senador Dinarte Mariz, também eu tenho recebido dos sindicatos dos trabalhadores

rurais do meu Estado vários telegramas, contendo idêntico pedido àquele transmitido a V. Ex^a por seus contrerrôneos. Numa das últimas reuniões da nossa Bancada, tive oportunidade de chamar a atenção da nossa Liderança para esse projeto e as suas implicações, atingindo diretamente a prescrição bienal, fato que tem suscitado toda essa inquietação na área dos trabalhadores do campo. Pode V. Ex^a ficar certo que estamos advertidos da tramitação dessa proposição e tudo faremos para assegurar essa conquista, essa prerrogativa dos nossos homens do campo.

O SR. DINARTE MARIZ (ARENA — RN) — Agradeço a V. Ex^a o aparte, e estou certo de que esta Casa negará apoio à pretensão, se até aqui chegar o projeto em apreço.

O Sr. Agenor Maria (MDB — RN) — Permite V. Ex^a um aparte? (Assentimento do orador.) — Senador Dinarte Mariz, congratulo-me com V. Ex^a por trazer à baila, à discussão, antecipadamente, um projeto que fere frontalmente o interesse da classe rural brasileira. Recebi também vários telegramas do nosso Estado neste sentido, inclusive um do Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, ex-Senador Flávio Britto, que me pedia votasse a favor do projeto. Já respondi a S. Ex^a, dizendo-lhe que não votarei a favor do projeto, porque não posso prejudicar o operário brasileiro. Congratulo-me, repito, com V. Ex^a, por se interessar, por defender essa classe tão injustiçada, classe que precisa realmente de defesa.

O SR. DINARTE MARIZ (ARENA — RN) — Agradeço o aparte de V. Ex^a

O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. DINARTE MARIZ (ARENA — RN) — Com prazer.

O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE) — Acreditamos, Senador Dinarte Mariz, que não só V. Ex^a como toda a bancada nordestina, sem distinção de cor partidária — e vamos mais além — como a grande maioria do Senado, vão atender a esses insistentes apelos que todos nós temos recebido desses sindicatos de trabalhadores, que não pedem nada mais nada menos do que a manutenção dos direitos que já possuem. Não vemos como na época atual se possa de sã consciência ferir direitos adquiridos. Por mais lógica que se queira pôr em raciocínios, os mais diversos, apresentados, sob as formas mais atraentes, uma coisa é absolutamente certa — é um direito adquirido que se quer retirar. Não acreditamos que tenha guarida nem na outra Casa. Se por um lapso de julgamento da Casa menor tal suceder, certo estamos que aqui derrubaremos tal monstruosidade.

O SR. DINARTE MARIZ (ARENA — RN) — Agradeço o aparte de V. Ex^a Vejo que realmente seremos unânimes na recusa, se chegar aqui esse projeto.

Sr. Presidente, sou insuspeito para falar sobre o assunto, pois sou proprietário rural. É um absurdo que se negue ou se tire uma conquista dos homens que trabalham no campo.

Aqui fica a minha advertência, para que amanhã, aqui chegando o dito projeto, todos já tenhamos a consciência formada de que ele fere os interesses da classe mais sofrida deste País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — Concedo a palavra ao nobre Senador Murilo Paraíso.

O SR. MURILO PARAISO (ARENA — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Desejo fazer uma abordagem sobre problema que aparentemente está circunscrito aos interesses do meu Estado, mas que, na realidade, extrapola esses limites para representar uma dimensão regional nordestina e até um indiscutível sentido nacional.

Aliás, costume configurar os problemas do Nordeste, a sua recuperação econômica e social, o seu processo desenvolvimentista,

o baixo poder aquisitivo da sua gente ou o relativo impulso no seu progresso, como problemas de marcante sentido nacional.

O que se defende sempre quando se faz essa colocação é a preservação da unidade política nacional, verdadeiro desafio histórico numa Nação como o Brasil, que tem dimensões continentais e desníveis econômicos gritantes, como os que separam as suas Regiões Norte e Sul.

Um dos aspectos que têm preocupado os estudiosos da problemática de Pernambuco está contido no quadro que se segue e através do qual se depreende que de 1940 a 1970 a percentagem de sua população urbana cresceu de 20% para 47%. Isso significa, consequentemente, que, em 30 anos, a população rural pernambucana passou de 80% para 53%. E nos sete anos da década atual, o fenômeno se repete, mantidas aquelas mesmas proporções.

POPULAÇÕES EM MILHÕES DE HABITANTES.

Ano	Urbana	Rural	% da população urbana
1940	0.54	2.15	20
1950	0.90	2.50	27
1960	1.52	2.62	37
1970	2.45	2.80	47

Além da preocupação que nos causa esse desequilíbrio, cada vez maior, das nossas populações, há uma outra face do problema a ser ressaltada e analisada: a crescente demanda de emprego em relação à oferta de trabalho.

Neste sentido, lembro aqui frase já pronunciada pelo Engenheiro pernambucano Arnaldo Rodrigues Barbalho, hoje, por ato de justiça do Governo Federal, alçado à posição de Secretário-Geral do Ministério das Minas e Energia:

“A se repetirem as taxas do período 1960/1970, na década de 1970/1980, um contingente médio de 19.000 pessoas buscarão emprego nas zonas rurais e 147.000 nas zonas urbanas, anualmente”.

Isso significa que o não agravamento do atual quadro social de Pernambuco só ocorrerá se forem criados em média, por ano, entre 1970 e 1980, cerca de 166.000 novos empregos, englobando aí as atividades públicas e privadas.

Esse quadro poderá afigurar-se como de suma gravidade, se for verificado que em 1972, — considerada fase áurea da SUDENE, quando um grande número de projetos foi aprovado — foram criados em Pernambuco 6.695 empregos, compreendendo 670 empregos no setor primário e 6.025 no setor secundário, muito longe, portanto, de ser atingido o índice de oferta compatível com a demanda de emprego em Pernambuco.

Essa questão, analisada em termos globais da Região, para um posicionamento do Nordeste, não apresenta variações muito acentuadas. Se a Bahia, com a implantação do Pólo Petroquímico, tem condições de oferecer maior número de empregos, os demais Estados do Nordeste não vêm conquistando mercados de trabalho nas mesmas proporções.

Assim, o governo de Pernambuco, advertido da gravidade do problema, teria de partir para novas opções econômicas, utilizando, para isso, a infra-estrutura de que já dispunha no setor viário, de energia elétrica, abastecimento de água, silos e armazéns, educação e saúde.

O Sr. Luiz Cavalcante (ARENA — AL) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MURILO PARAISO (ARENA — PE) — Pois não, nobre Senador Luiz Cavalcante.

O Sr. Luiz Cavalcante (ARENA — AL) — A propósito de ofertas, de emprego, permito-me recordar recente tópico de trabalho executado pelo BIRD, por encomenda da SUDENE, no ano de

1974, e agora divulgado pela autarquia, no qual fica revelado que, enquanto a taxa populacional na nossa região cresce a 2,5%, a taxa da oferta de emprego cresce apenas a 1%. Então, veja V. Ex^a que, infelizmente, o problema do desemprego tende a agravar-se lá no seu Pernambuco, na minha Alagoas e adjacências.

O SR. MURILO PARAÍSO (ARENA — PE) — Muito obrigado a V. Ex^a

Como se sabe, o açúcar foi e ainda será, durante algum tempo, a base da economia pernambucana. E, nesse aspecto, digno de registro é o esforço secular desenvolvido pelos empresários pernambucanos, tanto do setor agrário quanto no setor industrial, para sustentar a economia de Pernambuco através da agroindústria canavieira. Mas os poucos dados aqui alinhados bem revelam a necessidade de serem concebidas e adotadas, com a maior brevidade possível, novas opções econômicas para Pernambuco e para o Nordeste, que assegurem o seu crescimento harmônico e permitam o equilíbrio entre a demanda e a oferta de emprego.

As condições climáticas adversas não devem intimidar os homens públicos que lutam por uma causa nacional, quando defendem o problema econômico, cultural e social do Nordeste e do Norte do País.

Foi norteado por esse pensamento que, em princípios de 1973, o então Governador de Pernambuco, Ministro Eraldo Gueiros Leite concentrou todo o empenho da sua administração numa idéia absolutamente válida como uma nova opção econômica, não apenas para Pernambuco, mas para o Nordeste: a implantação do complexo portuário industrial de SUAPE.

Trata-se do aproveitamento de uma grande área territorial da costa pernambucana, inteiramente virgem, o que, de muito, facilitou a elaboração do seu plano diretor, a fim de serem instaladas unidades industriais de grande porte, capazes de, num processo de auto-exacerbação, gerarem novas indústrias de porte médio, como também de aproveitarem matéria-prima da região nordestina. Pretende-se ainda a construção de um porto industrial, de grande calado, para que o Nordeste tenha condições de, efetivamente, participar da competição internacional de fretes. A sua localização nas proximidades das rotas do Atlântico Sul, a existência de arrecifes naturais, a grande profundidade das águas são condições que favorecem o plano.

Sendo impossível aumentar o calado do atual Porto do Recife, e admitir-se um parque industrial na periferia daquele ancoradouro, feliz, muito feliz, foi a idéia de reintegrar a SUAPE na sua destinação portuária, uma vez que, há longos anos, por ali já foram feitos transportes marítimos de açúcar.

Polos sucroquímico, de fertilizantes, siderúrgico, automobilístico e toda uma gama de iniciativas e projetos de alta repercussão econômica está prevista para o complexo portuário-industrial de SUAPE. O seu plano diretor prevê ainda aspectos outros sumamente importantes, entre os quais o turístico, o ecológico e o da preservação dos monumentos históricos existentes.

A idéia de SUAPE mereceu a aprovação do eminente brasileiro Ernesto Geisel, ainda quando na presidência da PETROBRÁS. Hoje, o interesse do Governo Federal pela construção daquele complexo industrial-portuário está configurado com a sua inclusão no II Plano Nacional de Desenvolvimento. Para tanto, Pernambuco contou com o empenho, de técnicos renomados entre os quais o Ministro Reis Velloso, Arnaldo Barbalho, José Lins Albuquerque e Roberto Cavalcanti.

Assumindo o Governo de Pernambuco, o Dr. José Francisco de Moura Cavalcanti tem revelado especial cuidado para que não faltar recursos financeiros necessários à execução das diversas etapas desse grande projeto que, evidentemente, não será obra de um só governo face às suas enormes dimensões e complexidade da implantação da sua infra-estrutura e o elevado aporte de recursos necessários à sua total realização.

Tanto quanto o seu antecessor, o Governador Moura Cavalcanti sabe que não colherá os frutos dessa grande obra. Mas está, do

mesmo modo, consciente da sua importância para o futuro do Nordeste.

A Secretaria de Planejamento da Presidência da República, os Ministérios da Fazenda, Transportes, Indústria e Comércio e demais órgãos do Governo Federal estão engajados na efetivação daquele projeto, conscientes de que a SUAPE é uma inadiável política de governo para a Região Nordeste.

Ao próprio Presidente da República fiz a entrega de memorial sobre o assunto, no qual externava o meu ponto de vista pessoal sobre a importância do empreendimento, tendo encontrado em Sua Excelência uma perfeita identidade de pensamento e o firme propósito de que nada venha a faltar à implantação do projeto.

Os primeiros passos para a efetiva execução da infra-estrutura de SUAPE já foram dados, com o início das obras de acesso rodoviário, de abastecimento d'água e de energia elétrica.

Os investimentos que o Governo Central fará para a concretização desse projeto terão a sua resposta econômica e a sua benéfica repercussão social.

SUAPE simboliza hoje a esperança dos pernambucanos. É obra de coragem, perseverança e pugnacidade. É obra de otimistas e não de derrotistas. É obra dos que acreditam no futuro desta grande Nação, — notem bem Senhor Presidente e Senhores Senadores, — pela eliminação dos desníveis regionais de desenvolvimento.

Para a sua concretização é necessário apenas haver continuidade na liberação dos recursos, continuidade no entusiasmo dos Órgãos do Governo e continuidade, em última análise, do interesse do próprio Presidente da República. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores;

Li nos jornais de ontem uma notícia alvissareira, notícia altamente auspiciosa, Sr. Presidente: a de que a Suécia estaria perdendo as dívidas de países mais pobres, de países realmente subdesenvolvidos, no montante de cerca de duzentos milhões de dólares.

Esta é uma decisão, é um gesto que só merece louvores, que só merece aplausos por parte das populações de todo o mundo, daqueles que julgam, realmente, que sem uma nova ordem econômica internacional, jamais poderemos atingir a paz verdadeira, duradoura e a harmonia entre os povos deste Planeta que habitamos.

Este é o caminho, Sr. Presidente, que se abre para a consecução, para a concretização desta nova ordem econômica internacional, porque o fato é que, seguindo os caminhos tradicionais, de empréstimos com juros, principalmente os juros elevados a que estão sujeitas as operações de crédito hoje em dia, jamais atingiremos esta ordem, sobre a qual tantos falam, mas que dificilmente se pode antever, se o comportamento dos países industrializados não se transformar, nos próximos anos.

Ainda há poucos dias, comparecendo como membro da delegação brasileira à Conferência Interparlamentar, em Sofia, tive a oportunidade de verificar que um dos três temas mais frequentemente abordados naquela Conferência era, exatamente este, referente à nova ordem econômica internacional. Entretanto, todas as abordagens eram carregadas deste ceticismo natural daqueles que sabem que esta nova ordem não será implementada, se não houver uma modificação do comportamento, do conteúdo da ajuda dos países realmente mais avançados, em relação aos povos menos industrializados e mais pobres do Planeta.

Assim, quando o Governo sueco decide perdoar essas dívidas, e ainda exorta os demais países industrializados do mundo, da Europa e da América, a assim procederem, estamos certos de que este é o caminho da paz e do desenvolvimento do mundo, e este gesto só merece de nós o aplauso e o louvor.

Sr. Presidente, os mecanismos tradicionais da chamada ajuda internacional não darão frutos para a diminuição da desigualdade en-

tre os povos do mundo hoje. As altíssimas taxas de juros que estão sendo cobradas, por exemplo, aos financiamentos obtidos pelo Brasil, não se pode, em absoluto, considerar como ajuda de um país para o outro. Diria até mais: esses financiamentos que o Brasil está obtendo constituem mais bons negócios para os banqueiros internacionais do que qualquer coisa que se possa chamar de ajuda. Diria ainda mais Sr. Presidente, que é o Brasil que está ajudando aos banqueiros internacionais e a esses países mais ricos e mais industrializados do globo, na medida em que paga taxas realmente exorbitantes por esses créditos que está obtendo.

Leio, Sr. Presidente, para conhecimento da Casa, um pequeno trecho de matéria publicada na primeira página da *Gazeta Mercantil*, de segunda-feira, dia 10 de outubro corrente, sob o título: "Brasil paga mais caro". Passo a ler, Srs. Senadores:

"Pergunta: que país oferece mais risco para os bancos, no mercado de eurodólares: a Índia, superpovoada, sujeita a violentas convulsões sociais, que enfrenta bruscas mudanças políticas — a ex-primeiro-ministro está presa — e que esteve em guerra há alguns anos com seus vizinhos, ou o Brasil, politicamente estável, berço de um dos "milagres econômicos" contemporâneos, com uma elevada taxa de expansão e com crescente influência internacional? Observação: os dois países são grandes importadores de combustível e foram os mais afetados pela crise do petróleo.

Resposta: emprestar ao Brasil representa um risco pelo menos duas vezes maior do que emprestar à Índia, segundo os critérios usados pelos bancos.

Na City londrina, o risco de um tomador se mede pela taxa de juros fixa de cada empréstimo, o "spread", cobrado acima da taxa interbancária (Libor). Para um empréstimo por sete anos, a Índia conseguiu uma taxa de 1%; pelo mesmo prazo, o Brasil deve pagar 2,125%, por cinco anos paga 1,875%.

É certo que o empréstimo para a Índia foi, de certa maneira, excepcional. Tratava-se da primeira vez que esse país recorria ao mercado de eurodólares e conseguiu impor aos bancos as taxas que quis. Mas em 1973, quando o Brasil voltou pela primeira vez, em mais de 40 anos, ao mercado de bônus, teve que oferecer aos banqueiros condições excepcionalmente boas. "Foi a jóia que tivemos que pagar para entrar no clube", disse um Diretor do Banco Central.

É certo, também, que o mercado de bônus e o mercado de empréstimo em euromoedas são diferentes, mas os bancos são quase sempre os mesmos. A questão é que o argumento do "recém-chegado" pode ser usado de duas maneiras. Uns pagam jóia, outros são recebidos com tapete vermelho. O Brasil continua pagando jóia até hoje.

Pergunta: que país representa maior risco, o México que tem uma dívida externa semelhante à brasileira, e que sofreu há menos de um ano uma corrida especulativa contra o peso, ou o Brasil?

Resposta: o Brasil. O México lançou um empréstimo de 1,2 bilhão de dólares, ainda não concluído, mas já completamente subscrito, por sete anos, com um "spread" de 1,75%. Recentemente, a Nacional Financeira — o BNDE mexicano — foi ao mercado para levantar 150 milhões de dólares e obteve 425 milhões. A operação teve vários prazos. Para dez anos, os juros são de 1,75% — menos do que 1,875% que o Brasil deve pagar para cinco anos — para seis anos, o "spread" foi de 1,5%.

Nova pergunta: que país representa maior risco para os banqueiros, a Argentina, que teve que renegociar sua dívida externa, e cuja inflação chegou a 486% no ano passado, que tem uma imagem internacional altamente negativa do ponto de vista político, e que enfrenta uma assustadora violência interna, ou o Brasil?

Resposta: o Brasil. A Argentina consegue taxas de "spread" inferiores: 1,5% por cinco anos e 1,675% por sete anos.

Outra pergunta: Que país representa um risco mais elevado, a Colômbia, cuja receita de divisas depende do café em mais de 55%, e cuja produção de petróleo está caindo, ou o Brasil?

A resposta é a mesma: o Brasil. A Colômbia consegue empréstimos por sete anos com taxa de 1,675% — prazo pelo qual o Brasil deve pagar 2,125%.

E há uma seqüência de outras perguntas semelhantes, incluindo Cuba, Portugal e outros países, sempre da mesma forma respondida, Srs. Senadores, que o risco maior, que quem paga as taxas de juros maior é o Brasil, e, que constitui, por conseguinte, sob esse ponto de vista, um risco maior para os banqueiros internacionais.

O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE) — Eminentíssimo Senador, permite V. Exª um aparte?

O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ) — Ouço, com prazer, o aparte de V. Exª

O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE) — Lamentavelmente, conforme já havia anunciado a V. Exª, às 5 horas temos que nos afastar do plenário; temos uma audiência à qual não podemos faltar. Mas, V. Exª permita-nos falar um pouquinho em "economês". V. Exª sabe melhor do que nós que além do *spread* são pagos as *sees* — as comissões. E, por uma questão muitas vezes de prestígio — V. Exª sabe disso melhor que nós — é feita a composição de maneira que se tira do *spread* e se põe *sees*. Faria um apelo a V. Exª para trazer a esta Casa todos esses empréstimos, e aí — desculpe-nos adiantar mais um pouquinho — nas taxas totais pagas. Só lembro que isso aí é uniforme para todos, o *spread* e as *sees*, a soma dos *spreads* e dos *sees*, que sabe V. Exª que há países que, variavelmente, por uma questão de prestígio — estamos dizendo alguma coisa que V. Exª concorda? — se fixam em pagar um *spread* até determinada altura e daí em diante jogar nas *sees*, nas chamadas comissões, o excesso. Não queremos dizer que no fundo o raciocínio expandido por esse articulista — que não sei quem seja — não esteja certo que estejamos pagando juros caros. Não. Quando o emprestador vê que quem está precisando do empréstimo tem urgência ele cobra juros mais altos. Mas, aí no caso gostaríamos de deixar bem claro a V. Exª, e fazendo um apelo à sua honestidade profissional de economista, sabe perfeitamente que ao *spread*, por uma questão de prestígio, muitas vezes é desfalcada uma parcela que é jogada nos *sees*, nas comissões. Era a explicação que queria dar a V. Exª, fazendo um apelo para nos trazer todos esses empréstimos, citados aí, com suas taxas totais. Desculpe-nos não poder assistir o restante da exposição de V. Exª, que cuida brilhante, mas leremos pelo *Diário do Congresso Nacional*, justamente pelo compromisso já sabermos ser do conhecimento de V. Exª

O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ) — Agradeço a observação, a intervenção de V. Exª que, realmente, toca num ponto que poderia eventualmente, alterar o que estou dizendo. Entretanto, nobre Senador, pelo conhecimento que tenho, os *sees*, os acréscimos aos encargos financeiros, por conta de *sees*, são relativamente menores do que os *spreads* e relativamente muito mais uniformes à grande distinção. O que caracteriza, realmente, o risco do país tomador, com as operações de créditos internacionais, muito mais do que os *sees*...

O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE) — Permita-me interromper V. Exª, porque estamos saindo. Mas, V. Exª — e aqui deixamos bem claro — é ciente de que é prática de vários países, por uma questão de prestígio, não pagar o *spread* além de determinado patamar, jogando nos *sees*, justamente o excesso que teria normalmente que pagar determinada operação. Mas, V. Exª estará aqui na próxima semana?

O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ) — Sim.

O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE) — Naturalmente, então, trará esses dados que lhe solicitamos.

O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ) — Voltaremos a discutir o assunto.

O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE) — Com todo o prazer.

O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ) — Mas, volto a insistir que, na minha modesta opinião, as diferenças que se possam observar no tocante aos *sees* jamais cobrirão as diferenças de *spread*, que são gritantemente desfavoráveis aos empréstimos obtidos pelo Brasil.

E, Sr. Presidente, Srs. Senadores, este quadro que o articulista desenvolve, e que retrata a meu ver uma realidade flagrante, não pode ser considerado como resultante de um preconceito contra o Brasil, visto que o Brasil, em grande parte, é até encarado, é até tido nos centros empresariais, na comunidade empresarial internacional, como um país até razoavelmente atraente, sob o ponto de vista de investimento. O que ele reflete, a meu ver, é de um lado — e eu não poderia deixar de registrar aqui esta minha opinião — uma certa incompetência das autoridades brasileiras para negociarem essas taxas a níveis mais razoáveis; isto é, na medida em que a sofreguidão por créditos internacionais, na medida em que a pressão do balanço de pagamento leva as nossas autoridades a buscar, quase que a qualquer preço, empréstimos no exterior, nós estamos sujeitos à exploração por parte dos banqueiros internacionais, porque eu não posso classificar de outra coisa senão de exploração a cobrança de taxa de juros a esses níveis superiores ao que paga a Argentina, a Índia, a Colômbia, Portugal e outros países.

De outro lado, Sr. Presidente, Srs. Senadores, essa exploração dos banqueiros internacionais resulta também de uma observação da estrutura da economia brasileira, da estrutura do modelo econômico brasileiro adotado, percebendo esses banqueiros que a nossa situação, a situação da economia brasileira no que tange, no que toca às suas contas externas, não é boa, e pior do que isso, não tende a melhorar, ao contrário, tende a piorar, na medida em que as nossas receitas de exportação não cobrirão, a curto, a médio e mesmo a longo prazo, as necessidades de importação somadas ao encargos financeiros das dívidas que já contraímos.

Nestas circunstâncias a comunidade financeira internacional sabe perfeitamente que a situação do Brasil é extremamente grave e que, a persistir este modelo, isto é, se não forem alteradas as linhas mestras, as diretrizes da política econômica brasileira, se não se der mais atenção, se não se apoiar mais o nosso desenvolvimento econômico ao nosso mercado interno e nos nossos recursos disponíveis, a nossa situação só tenderá a se agravar, a nossa dependência em relação a esses créditos e a esses financiamentos vai ficando cada vez mais angustiantes, dando margem a este tipo de exploração a que já estamos sujeitos, de tal forma que eu diria, tranquilamente, que, ao invés de estarmos recebendo ajuda, estamos, isto é, nós brasileiros, o pobre povo brasileiro, a ajudar, através desses juros escorchantes, os países mais ricos, os países mais industrializados, onde estão sediados esses grandes bancos internacionais.

Dessa forma, Sr. Presidente, quero, ao concluir esta oração, voltar uma vez mais ao tema inicial, dando aqui o meu voto de louvor, os meus parabéns ao Governo da Suécia, ao povo sueco que, nesse magnífico gesto, resolve abrir novos rumos para a consecussão de uma nova ordem econômica internacional.

O Sr. Luiz Cavalcante (ARENA — AL) — V. Exª me permite um aparte?

O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ) — Ouço o nobre Senador Luiz Cavalcante.

O Sr. Luiz Cavalcante (ARENA — AL) — Não vou, de maneira alguma, contestar a tese de V. Exª, de que o Brasil paga *spreads* os

mais altos. Mais, apenas restingir-me à Argentina. Na verdade, a Argentina é hoje um país extremamente paradoxal, porque, enquanto tem talvez a maior inflação das Américas tem, por outro lado, um ponderável saldo na sua balança comercial. Então, parece-me que nesse saldo é que está a explicação de ser menor o *spread* para a Argentina do que para o Brasil, pois, infelizmente, nos últimos anos e até 1976, sempre tivemos repetidos e grandes déficits na nossa balança comercial. Muito obrigado a V. Exª

O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ) — Concorde com a observação de V. Exª, Senador Luiz Cavalcante; a Argentina pode conseguir esses empréstimos em condições mais favoráveis, porque tem balança de pagamentos muito mais folgada, muito mais favorável do que o Brasil.

Agora, é preciso verificar-se por que se dá isso. Eu daria a V. Exª a minha opinião de que, tendo a Argentina uma renda interna melhor, muito mais equitativamente distribuída do que o Brasil, o resultado é este, isto é, o modelo de desenvolvimento econômico argentino foi pautado por uma distribuição de renda razoavelmente equitativa.

Se isso ocorresse no Brasil — se a renda interna fosse distribuída de uma forma mais justa e mais equitativa, o que aconteceria é que a demanda interna de automóveis, por exemplo, de fibras sintéticas, de superdetergentes, de whisky e vinhos, isto é, a demanda interna desses bens que são altamente exigentes em termos de importação, seria relativamente mais baixa. Ao passo que a demanda interna de bens como tecidos, calçados, alimentos e bens que podem ser produzidos sem pressão sobre a conta de importações, seria relativamente maior.

Com isso, nós poderíamos ter o mesmo produto bruto interno, mas com uma conta externa muito mais favorável a nós mesmos. Então, foi exatamente, a distorção do nosso modelo, concentrando a renda nas mãos de uma minoria de brasileiros privilegiados que criaram uma demanda sofisticada e altamente dependente de importações, que nos levou a esta situação extremamente difícil em que nos encontramos hoje.

Então, aí, a meu ver, está a explicação. A Argentina tem, no que tange às contas externas, uma situação melhor que o Brasil, porque distribuiu mais razoavelmente a sua renda através de mecanismos que poderiam ter sido adotados também pela política econômica brasileira.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, encerrando as minhas observações, quero mais uma vez repetir aqui o meu gesto de aplauso em relação a essa decisão do Governo da Suécia, insistindo em que aí está um caminho realmente aberto para a paz mundial, para a harmonia entre os povos, baseado porque tem que ser baseado, numa nova e mais justa ordem econômica internacional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (ARENA — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

No último dia 11, a Associação Sergipana do Ministério Público, sob a dinâmica presidência do Dr. Pedro Iroito Dória Léo, festejou, mais uma vez, a passagem do Dia do Ministério Público, com solenidade que teve lugar na Associação Atlética de Sergipe.

A data não foi escolhida arbitrariamente, pois recorda o Decreto nº 848, de 11 de outubro de 1890, em cuja exposição de motivos, de autoria do Ministro Campos Sales, se realçou, pela primeira vez entre nós, a excepcional importância da instituição em toda organização democrática, incumbida que é de exercer permanente vigilância da lei, assegurando, assim, o seu império.

Como se sabe, o Ministério Público brasileiro foi criado ainda no Império, quando a Lei nº 261, de 3 de dezembro de 1941, regulamentada pelo Decreto nº 120, de 21 de janeiro de 1943, criou a Promotória Pública. Nossos legisladores se inspiravam no exemplo francês, de forma a que o Ministério Público se tornasse poderoso-

simo instrumento de poder da Coroa. Somente com o Decreto nº 848, é que essa visão errada viria a ser corrigida, definindo o então Ministro Campos Sales, em sua exposição de motivos, a exata posição do Ministério Público em qualquer sociedade democrática, onde o império da lei é condição *sine qua non* para a existência real de Justiça.

Desde então, muitas as marchas e contramarchas com que se tem procurado firmar o Ministério Público brasileiro em bases sólidas e democráticas, desfazendo-se o desvirtuamento inicial, ocorrido quando éramos um Império, mas que perdura até hoje.

Mais uma vez, o Ministério Público, que recentemente se reuniu em congresso nacional no Recife, luta pelo aprimoramento da instituição, para o que elaborou anteprojeto de lei complementar — encaminhado ao Governo —, dispondo sobre a instituição conforme os princípios mais sólidos da democracia.

Congratulando-nos com todos os membros do Ministério Público, pela passagem de sua data, especialmente com o Ministério Público de Sergipe, através de seu operoso Presidente Pedro Iroito Dória Léo, e formulamos votos para que a nova peleja de modernização venha a ter feliz desfecho, para o aprimoramento da Justiça em nosso País, conforme é do empenho do eminente Presidente Ernesto Geisel. E com este registro, prestamos merecida homenagem a abnegados homens que têm como preocupação o ideal da Justiça! (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (MDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Dar-se-á, no próximo dia 16, no Crato, o encerramento da 1ª Semana de Cultura e Arte e o VIII Festival de Canção do Cariri, promoções para as quais têm convergido, desde domingo último, as atenções dos círculos intelectuais e artísticos da zona sul do Ceará.

Os promotores de ambos os certames — Sociedade de Cultura Artística, Fundação Martins Filho e Movimento da Juventude — ação conjugada, tudo vêm fazendo no sentido de que os mesmos alcancem os seus elevados objetivos, que são os seguintes:

1. Proporcionar à comunidade regional uma vivência artístico-cultural;
2. Realizar uma aproximação Ensino Superior/Comunidade;
3. Realizar um trabalho de integração universitária, congregando os cursos de nível superior da região;
4. Levar à comunidade, através de atividades objetivas, uma vivência universitária;
5. Oferecer aos artistas da região e de outros Estados, uma oportunidade de promoção pessoal, abrindo, para eles, perspectivas profissionalizantes;
6. Mostrar e fazer sentir a Arte em muitos de seus variados aspectos.

Como principais patrocinadores dos dois cometimentos acham-se relacionados:

Ministério da Educação e Cultura/FUNARTE
Secretaria de Cultura do Estado
Prefeitura Municipal do Crato
Faculdade de Filosofia do Crato
Faculdade de Ciências Econômicas do Crato,
Faculdade de Direito do Crato
Banco do Estado do Ceará; e
Cerâmica do Cariri (CECASA)

Todas estas entidades dispuseram-se a colaborar com a 1ª Semana de Cultura e Arte e o VIII Festival de Canção, assegurando a respectiva realização, dentro de um planejamento em que os setores comunitários participam ativa e eficientemente.

A coordenação geral da programação elaborada coube à professora Maria Divany Esmeraldo Cabral, enquanto a da parte cultural foi confiada ao padre Francisco Salatiel de Alencar Barbosa.

No âmbito das faculdades, foram designadas comissões representativas, que se empenharam, com êxito, junto aos corpos docentes

e discentes, buscando sensibilizá-los para uma maciça adesão, que felizmente vem sendo até agora constatada.

Para amanhã, quando se comemorará o dia do professor, achase prevista palestra a ser proferida pelo padre Gonçalo Farias Filho, Diretor da Faculdade de Filosofia do Crato, e figura preeminente do clero cearense.

O encerramento do extenso roteiro de trabalho dar-se-á domingo, com a celebração de Missa de Ação de Graças, solenizada por Orquestra Sinfônica, sob a regência do Maestro Padre Ágio Moreira.

Pela ampla repercussão de que se tem revestido a 1ª Semana de Cultura e Arte e o VIII Festival de Canção do Cariri e levando em conta as nobilitantes finalidades que as inspiraram, foi que decidi efetuar o presente registro, na tribuna do Senado, congratulando-me com a população caririense pelos dois significativos acontecimentos.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Ao elaborar o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), em 1974, o Governo previu um crescimento anual de 7% no setor agrícola, para atender à demanda e às metas de exportação.

Pelas suas potencialidades para utilização agrícola e pela sua privilegiada localização especial, a região dos Cerrados, que se estende pelos Estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, foi indicada como uma das áreas para se processar esta expansão. O Governo Federal, através do Decreto nº 75.320, de 29 de janeiro de 1975, criou então o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados — POLOCENTRO, com o "objetivo de promover o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias no Centro-Oeste e no Oeste do Estado de Minas Gerais, mediante a ocupação racional de áreas selecionadas".

O POLOCENTRO, que está sendo implementado pelos Ministérios do Interior, Agricultura e Fazenda, Secretaria de Planejamento da Presidência da República e os Governos dos Estados de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, consiste na pesquisa, assistência técnica, crédito rural, estradas vicinais, eletrificação rural e armazenagem.

Por aquele decreto, foram selecionadas preliminarmente algumas regiões para a implantação do programa. Em Minas Gerais, selecionou-se áreas nas regiões do Triângulo Mineiro, Alto Médio São Francisco e Paracatu.

Embora localizada na região dos Cerrados, no Oeste mineiro, a cidade de Tiros, de doze mil habitantes, não foi incluída no POLOCENTRO, medida que seu povo e autoridades vêm reivindicando. O Prefeito Municipal, Sr. Levany Bontempo de Lima, luta para que a cidade de Tiros seja inserida no POLOCENTRO, pois "vários Municípios vizinhos já foram incluídos, como Carmo do Paranaíba, Patrocínio, São Gotardo, Dolores do Indaiá, Ibiá, Araxá e Patos de Minas". Mostra ainda o chefe do executivo municipal que sua comuna está com seu progresso estagnado e que a sua inclusão no POLOCENTRO, por certo, abriria novas perspectivas de progresso.

Lembremos o pronunciamento do saudoso Senador Milton Campos, proferido em 1968, reivindicando desta mesma tribuna a inclusão do Município mineiro de Barreiro Grande no Polígono das Secas, para ser beneficiado pela SUDENE.

Argumentava então aquele grande brasileiro, em defesa de sua tese, que "Minas, pela diversidade das regiões diferenciadas que compõem, tem também sua área-problema, que está a reclamar a atenção do País nos seus planos de desenvolvimento nacional; e essa área é justamente a que está contígua à zona mineira já incluída no Polígono das Secas, como o Município de Barreiro Grande. Porque não entender até aí a ação de um organismo federal destinado a desenvolver e integrar áreas exatamente daquele tipo e daquela latitude?"

É o caso agora de Tiros, em relação ao Programa de Desenvolvimento dos Cerrados, que está a necessitar a atenção e o interesse dos

poderes do País, visando ser beneficiada em outro programa de desenvolvimento.

Desta maneira, Sr. Presidente, Srs. Senadores, faço meu o apelo do povo daquela comuna às autoridades federais, no sentido de ser aquele município incluído também no programa, para poder usufruir desses benefícios.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão...

O Sr. Dirceu Cardoso (MDB — ES) — Sr. Presidente, peço a palavra para uma rápida comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — Concedo a palavra ao nobre Senador Dirceu Cardoso, para uma rápida comunicação.

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Há cerca de doze anos um grupo de cristãos na Casa fundou a *Liderança Cristã* do Congresso Nacional, que se reúne todas as quartas-feira para um almoço onde, depois de lido texto bíblico, são feitos comentários sobre o mesmo texto e, depois, todos de pé, de mãos dadas, fazem a oração que Jesus nos ensinou.

Este grupamento, Sr. Presidente, há oito anos realiza extraordinariamente a oração em que comparece o Senhor Presidente da República. Ontem, realizou o grupo uma dessas reuniões em que tivemos a honra de ter como participante de nossa mesa o Senhor Presidente da República, o Vice-Presidente, vários Ministros de Estado, altas autoridades, membros do Supremo Tribunal Federal, o Arcebispo de Brasília e várias autoridades civis e militares da República.

Aberta a sessão pelo Deputado Vasco Neto, Presidente do grupo, este explicou, em poucos minutos, o objetivo da reunião. Leu o texto bíblico o Ministro Ney Braga, que se reportou ao capítulo 12, Coríntios, lendo-o para a nossa Assembléia. Comentou o texto o nobre Deputado Geraldo Freire, que foi um dos Presidentes do grupo. Fez a saudação à Pátria o ilustre Senador Benjamim Farah em palavras, também como o nobre Deputado Geraldo Freire, de exaltação à nossa união e aos nossos destinos. Comentaram o texto bíblico o Deputado Daso Cimbra e o humilde Senador que ora ocupa a atenção desta Casa.

Sr. Presidente, faço este registro para que saiba a Casa que, todas as quartas-feiras, quinze ouvintes, membros da Câmara e do Senado, se reúnem em torno de uma mesa, comentam os Evangelhos, fazem exaltação à união de todos os cristãos e rezam o *Padre-Nosso*.

No ano passado foi presidente do grupo o nobre Senador Benjamim Farah, que realizou magníficas reuniões e fez, também o culto da oração com o atual Presidente da República, no Clube do Congresso, tendo ampla repercussão aqui e no Brasil inteiro.

O Sr. Benjamim Farah (MDB — RJ) — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Pois não.

O Sr. Benjamim Farah (MDB — RJ) — Quero dar a V. Ex^a a expressão do meu apreço e da minha solidariedade à sua fala, a respeito do 8º Encontro Nacional da Oração, com a presença do Senhor Presidente da República, do Vice-Presidente e de altas autoridades, encontro que transcorreu num ambiente da maior confraternização. Esse movimento, que é um movimento ecumênico, tem realmente despertado um interesse muito grande no Congresso, agora também no Judiciário, e é um movimento que se alastra por todo o País. Ontem, em torno da mesa, tivemos a oportunidade de ouvir os oradores, que o nobre Senador Dirceu Cardoso acabou de citar. Quero também frisar, Sr. Presidente, que esse eminente colega fez um comentário a respeito da meditação, que nos causou profunda impressão. Trago os meus aplausos à bonita, à formosa oração feita pelo

nobre Senador Dirceu Cardoso que, naquele instante, nos dava a impressão de um grande pregador sacro. Foi realmente admirável o que ele nos disse e todos nós vivemos momentos de alegria cristã, porque ali não havia fronteiras partidárias.

Embora tenhamos saudado todos os líderes deste País, até mesmo um líder que dirige uma fazenda, uma fábrica, um sindicato e mesmo o que dirige a sua casa, a sua família, que é também um líder, todos esses nós invocamos em nossa modesta oração; mas o grande Líder, no momento, é o Presidente da República, por ser o Líder nº 1. Entretanto, o Líder que presidiu o nosso coração e o nosso espírito foi aquele Pregador da Galiléia, que morreu pregado numa cruz no alto do Calvário para redimir toda a humanidade. Vivemos ontem, portanto, Sr. Presidente, um dia feliz, porque os corações dos homens públicos e de todos os presentes estavam unidos com o ideal supremo de servir à Pátria, dentro dos ensinamentos do Evangelho.

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Agradeço ao aparte do nobre Senador Benjamim Farah que ilustrou a nossa comunicação. Destaco, Sr. Presidente, dentre aqueles que usaram da palavra, na cerimônia, a magnífica oração proferida pelo Deputado Aldo Fagundes, de exaltação à Cristandade, em termos vibrantes, calorosos, judiciosos e que nos encheu de contentamento.

Sr. Presidente, devo trazer ao conhecimento da Casa, que dois Governadores dos Estados Unidos já oraram conosco ali em nossa modesta sala entre o Senado e a Câmara, no anexo II. Um, o ex-Governador da Virgínia que aqui esteve, e outro o ex-Governador Jimmy Carter, governador da Geórgia, que quando visitou Brasília, almoçou conosco, subiu quinze andares no nosso elevador, e em torno da nossa mesa modesta, tomou parte e orou também, no nosso Dia Nacional da Oração.

Ele deve visitar o Brasil no próximo mês e já nos mandou dizer que, se sua agenda o permitir, vez que passará apenas um ou dois dias em Brasília, irá tomar o café de uma de suas poucas manhãs conosco, no Hotel Nacional, orando também e demonstrando que o Presidente da maior Nação da Terra tem um momento para cuidar da vida espiritual de seu povo e de seus anseios.

Sr. Presidente, quero que V. Ex^a mande constar, como parte integrante do meu pronunciamento, a leitura feita pelo nobre e ilustre Senador Benjamim Farah, que ilustrou nosso jantar com sua saudação à Pátria brasileira, bem como o final de uma oração de 3 minutos e meio, que tive o prazer de fazer e na qual me reporto a uma página da *Iliada*, de Homero, escrita há 3.000 anos, vazada, Sr. Presidente, mais ou menos nos seguintes termos:

"Há uma página imortal, velha de 3.000 anos, que mostra, em toda sua esplendorosa grandeza, a caridade em toda sua beleza, humildade e expressão humana, mostrando que Deus aceita, só do homem, em pagamento da grande dívida, a dor calada e sofrida.

No último canto da *Iliada*, vemos um velho chorando; um pai beijando a mão do seu maior inimigo, do que lhe havia morto os filhos e acabava de matar o mais caro de todos eles.

Príamo, pai de muitos filhos, ajoelha-se aos pés de Aquiles, vingador de Pátroclo, assassino de Heitor."

A cabeça branca do velho curva-se diante da juventude indomável do vencedor.

Príamo chora o filho morto, o mais forte, o mais belo, o mais caro de todos seus filhos e beija a mão que o matou.

Também, diz ele, tens longe de ti, um pai encanecido, fraco, sem forças e indefeso.

Em nome do amor do teu pai, entrega-me ao menos o cadáver de meu filho.

Aquiles, o assassino, o feroz, afasta docemente o suplicante e põe-se a chorar.

E os dois inimigos, o vencedor e o vencido, o pai que não tem mais filhos e o filho que não verá mais o seu pai, o velho de cabelos brancos e o moço de cabelos louros, ambos choram juntamente irmanados pela primeira vez, na dor.

E nós mesmos, após trinta séculos, não deixamos de nos emocionar com seus soluços.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. DIRCEU CARDOSO, EM SEU DISCURSO:

O Rei poeta, Davi, nos seus cantos nos fala:

"Feliz a nação cujo Deus é o Senhor, e o povo que Ele escolheu para sua herança". SL. 33, 12.

Em verdade assim é a nossa história. Assim a nossa vida.

Quando nestas terras aportaram as Caravelas Lusitanas, as bandeiras que drapejavam nos seus mastros traziam um sinal, que outro não era, senão a Cruz que o Filho do Homem um dia arrostara no calvário, para, com seu próprio sangue, redimir a toda a humanidade. Eis então que o Brasil nasceu para o mundo, sendo cravado nas suas terras o madeiro, junto do qual se celebrou a primeira missa. E aquele Deus que nos legou esse imenso território, ficou plantado no coração de nossa gente. O nosso povo não quis outro Deus, a despeito de todas as visitas, das vindas das mais diversas raças, com os credos e hábitos diferentes, e com as mais variadas tendências. Aqui esses imigrantes têm-se adaptado aos nossos costumes, têm-se irmanados conosco, vivido a nossa vida, num clima de entendimento e compreensão, porque esta é a pátria, em que todos, brasileiros ou não, sob a proteção de Cristo, sem fronteiras raciais, sem preconceitos, sem rivalidades, sem receios, todos vivemos como irmãos.

Aquele que aqui chegou na madrugada dos tempos, veio e ficou e tanto nos amou que nos reservou esse país maravilhoso e grande, belo e fecundo, em cujas entranhas estão ainda adormecidas tantas riquezas.

Deus está conosco! E nós estamos com Deus. Vós, Senhor, como Pai amorável que na calada da noite espera o Filho que retarda, também está de coração sempre aberto para todos os Vossos filhos. Os brasileiros, não só querem a vossa presença, mas temem um divórcio convosco, porque sois a bondade, o perdão, a misericórdia, a força, a luz dos nossos caminhos, a fonte das mais sublimes inspirações.

Sabemos que o mundo, a despeito de todos os encontros e diálogos, das reuniões em assembléias gigantescas como as da ONU, propugnando mecanismos e gestões de toda ordem, o mundo, repito, está ainda em escuridão. Temporais ameaçam a paz entre os povos.

Sim, a criatura, em certas regiões, se esqueceu do Criador, e em vez de uma luta para diminuir a fome e a miséria que campeia em mais de dois terços das nações, faz pesquisa e procura aperfeiçoar os engenhos de guerra, terríveis e destruidores, pondo em perigo a vida no planeta.

Não, a solução que proclamamos não vem das armas mortíferas, mas do trabalho na lavoura, na criação de animais para alimentar o homem; na indústria, na tecnologia cada vez mais moderna, enfim, pela inteligência criadora e dinâmica, posta a serviço do bem-estar e da felicidade do próprio homem. Eis por que aqui e agora, saudamos todas as lideranças.

Todos os nossos irmãos que estão nos recantos mais longínquos do País; lá no Amazonas o incansável seringueiro, que sangra a árvore para tirar-lhe o latex, fator de progresso dos povos; o sertanejo, que é um jorje; o jangadeiro, que nos mares bravios, evidencia a ténporia dos nossos irmãos nordestinos; os canoeiros do São Francisco; os peões e os agricultores das coxilhas ou das planícies do Sul; os campeiros das chapadas do hinterland central ou do Oeste brasileiro; ou aqueles outros não menos bravos e dignos, que na fronteira montam guarda na defesa da integridade da pátria. Não devemos esquecer aqueles que a cada momento, nas cidades, lutam, sofrem, se expõem a riscos sem conta, chegando a dar até a própria vida para salvaguarda dos nossos lares. Em toda parte, nas fazendas, nas fábricas, nos quartéis, nos mares, nos aviões, nos trens, nas escolas, nas universidades, nos hospitais, nos bancos, nas casas comerciais, no sindicato, no seio das famílias, nos partidos, em todas atividades; em

todos os redutos, em toda a parte, há sempre alguém com a responsabilidade de dirigir, de comandar, de chefiar, de liderar.

As lideranças de todas as procedências e atividades, avultando o servidor atento, mais presente e com responsabilidade mais alta, por isso mesmo o líder maior, o nosso irmão o Presidente Ernesto Geisel, a quem cabe a missão mais árdua e séria da condução do destino da República, a todos, a calorosa saudação, e que a nossa fala tenha o sentido de uma prece dirigida. Aquele que entra nas nossas consciências, nos coloca acima dos caprichos e das paixões, para que os nossos pensamentos e orações tendam apenas para a concórdia, e entendimento e a confraternização.

Senhor, Vós, como disse o salmista, "estais em todos os lugares: no vale ou na montanha, nas cidades ou nos campos, na terra ou nos mares. "Vós estais aqui também, e por isso vos pedimos que todos nós, brasileiros como estrangeiros, que vivemos sob estes céus, de mãos dadas, de corações desarmados, possamos trabalhar, praticando ações e esforços conjugados para o bem de todos, dentro da justiça, para que esta nação seja realmente grande, estimada, querida e feliz.

Agradecemos, Senhor, a pátria que nos destes; agradecemos os sacrifícios de nossos maiores, que com seus exemplos, tudo fizeram para a construção da nacionalidade.

Todos que temos uma parcela de responsabilidade, que desejamos servir aos brasileiros, servir aos povos, na sua luta pela justiça, o progresso e a paz, pedimos, Senhor, a Vossa permanente proteção, a Vossa guarda, a Vossa ajuda, a Vossa graça.

Nós Vos pedimos, Senhor, a Vossa permanente proteção, a Vossa guarda, a Vossa ajuda, a Vossa graça.

Nós Vos pedimos, Senhor, que todos, amparados no Evangelho, pratiquemos as recomendações de Jesus: "amai-vos uns aos outros como irmãos".

Enfim, Senhor, nós queremos, e por isso rogamos a Vossa eterna presença no Brasil, porque "feliz é a nação cujo Deus é o Senhor".

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, designando para a próxima a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 1977

(tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306/76)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 1977 (nº 3.071-B/76, na Casa de origem), que declara feriado nacional o dia 12 de outubro, tendo

— **PARECERES**, sob nºs 528 e 529, de 1977, das Comissões:

— **de Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— **de Educação e Cultura**, favorável.

— 2 —

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 1976

(tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 2/77)

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 306, de 1976, do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que considera feriado nacional o dia consagrado a Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil, tendo

— **PARECERES**, sob nºs 528 e 529, de 1977, das Comissões:

— **de Constituição e Justiça**, pela prejudicialidade; e

— **de Educação e Cultura**, pela prejudicialidade.

— 3 —

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 1976 (nº 1.053-B/75, na Casa de origem), que acrescenta e altera

dispositivos na Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943), tendo

PARECERES, sob nºs 599 e 600, de 1977, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade e, no mérito, pela aprovação; e

— de **Legislação Social**, favorável, com emenda que apresenta de nº 1-CLS.

— 4 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 374, de 1977, do Sr. Senador Murilo Paraíso, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo sob o título "A Lei Sesquicentenária" de autoria do Professor Palhares Moreira Reis, publicado no *Jornal do Comércio*, referente ao livro "O Poder Legislativo e a Criação dos Cursos Jurídicos", editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas desta Casa.

— 5 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 381, de 1977, do Sr. Senador Braga Júnior, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, da notícia publicada no jornal "Correio Braziliense", edição do dia 5 de outubro de 1977, sob o título "Lições de um Encontro".

— 6 —

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 9, de 1977, do Sr. Senador Adalberto Sena, que institui o salário profissional devido aos exercentes de atividades laborais qualificadas e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nºs 606 e 607, de 1977, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade, e, quanto ao mérito, pela aprovação;

— de **Legislação Social**, contrário.

— 7 —

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 61, de 1977, do Sr. Senador Nelson Carneiro, que dispõe sobre o prazo prescricional para a punibilidade de profissional liberal, por falta sujeita a processo disciplinar a ser aplicada por órgão competente, tendo

PARECER, sob nº 306, de 1977, da Comissão:

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade, com emendas que apresenta de nºs 1 e 2-CCJ.

— 8 —

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 72, de 1977, do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que dispõe sobre a permanência do trabalhador aposentado no imóvel de propriedade da antiga empresa empregadora, tendo

PARECER, sob nº 711, de 1977, da Comissão:

— de **Constituição e Justiça**, pela injuridicidade.

— 9 —

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação, em seu Parecer nº 788, de 1977), do Projeto de Lei do Senado nº 57, de 1977, do Sr. Senador Cattete Pinheiro, que dispõe sobre a participação obrigatória de brasileiros natos no capital das empresas do setor de abastecimento, na proporção que especifica, e dá outras providências.

— 10 —

Discussão, em turno único, da Redação Final (oferecida pela Comissão de Redação em seu parecer nº 787, de 1977), do Projeto de

Resolução nº 84, de 1977, que autoriza o Governo do Estado do Ceará a elevar em Cr\$ 18.846.074,00 (dezoito milhões, oitocentos e quarenta e seis mil, setenta e quatro cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada.

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 20 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. JOSÉ SARNEY NA SESSÃO DE 4-10-77 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE:

O SR. JOSÉ SARNEY (ARENA — MA. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Nesta data, quero, perante o Senado Federal, fazer um registro sobre José de Barros Martins, pelo quadragésimo ano de suas atividades como livreiro à frente da Livraria Martins Editora. Minha louvação à sua obra, ao amigo e meu editor, é percuciente. Com meus manes maranhenses a lição de louvar, e louvo os resultados quarentões do trabalho de um homem decidido a vender livros, num país subdesenvolvido, de cultura limitada e acadêmica, vender sabedoria nossa e dos outros.

É de se ressaltar, quando na nossa pobre condição humana, encontramos grandezas como a de José Barros Martins, moço paulista que há quarenta anos abandonou o caminho fácil do sucesso de promissora carreira bancária, pelas ásperas e difíceis veredas do comércio editorial, por puro amor à cultura, pelo ideal de oferecer a seu povo o instrumento capaz de lhe alumiar as idéias — o livro.

Ressalto o sucesso, a sua vitória na conquista deste ideal.

É uma afirmação grandiosa a de José Barros Martins, este paulista indomado que, montado em boa e sólida consciência literária e filosófica, adquirida nos bancos da tradicional escola de Direito do Largo de São Francisco, de sob cujas arcadas saíram tantos nomes para a vida sócio-cultural brasileira, decidiu, em 1937, encetar nova carreira, a de livreiro. E seu sucesso neste ramo é por mim agora registrado, perante o Senado da República.

Coloquemo-nos, com toda a força da imaginação, naqueles dias angustiosos de 1937. Recuemos àqueles tempos nevoentos da ditadura de Vargas. No exato ano em que se estabelecia o Estado Novo, o jovem Martins decidia difundir cultura, abrir as portas de uma livraria à inteligência moça brasileira. É louvável.

Lembro que há dez anos, quando os amigos de Martins, os amigos da Livraria Martins Editora — escritores, artistas plásticos, atores, teatrólogos, professores, políticos, industriais, comerciantes e cientistas — promoveram os festejos do trigésimo aniversário das atividades deste livreiro louvável, o ilustre poeta e ensaísta paulista Mário da Silva Brito, companheiro de trabalho de Martins, ressaltava as dificuldades enfrentadas pela editora, José de Barros Martins — depunha Mário da Silva Brito — nunca aceitou "um real que fosse do DIP, tão pródigo em benesses para os editores que exalçavam as realizações do regime ou a personalidade do ditador".

José de Barros Martins, além de uma posição libertária à frente de sua editora, fora soldado da Revolução Constitucionalista de 1932. Esta condição, por certo, dificultava o trajeto, o seu navegar no mar de escolhos do Governo Vargas.

Atravessou os parciais e cá estamos exaltando seus feitos livreiros, sua consciência infensa a modismos políticos efêmeros e enganosos — democracia que é em essência e tem demonstrado ao longo dos anos, e quarenta deles dedicados a difundir cultura, sem influenciar-se preconceitos partidários, por facciosismos.

Num mundo adverso, num tempo de dolorosas convulsões políticas abaladoras de todas as nações — o fim da era de trinta e toda a década de quarenta — Martins foi lenta e firmemente construindo o

conceito de sua editora. Tal credibilidade alcançou no trabalho desenvolvido ao lado de seus companheiros formadores da equipe dirigente da casa — Rubens Borba de Moraes, Mário de Andrade, Sérgio Milliet, João Cruz Costa, Herbert Baldus, Mário da Silva Brito, Edgard Cavalheiro e outros — que ser editado pela Martins já era a própria glória literária e esta credibilidade é inquebrável e duradoura, subsiste nos nossos dias, ao termo e ao cabo desses quarenta anos de atividades.

Por vezes, quando me envolvo em trabalhos literários e absorvo-me dentro de minha biblioteca, percorrendo as lombadas dos livros lá guardados, vou relembrando a própria história de Martins — felicidade que tenho, em possuir diversos volumes saídos das mãos do livreiro agora louvado. Os títulos desses livros, os muitos títulos, vão dizendo o que foi feito nas quatro dezenas: aqui a obra de um autor novo brasileiro; mais adiante circunspecto compêndio de filosofia contendo o pensamento vivo de um sábio dos tempos modernos; lá, uma obra da historiografia brasileira; além, toda a obra romanesca do nosso Aluizio Azevedo, autor dos meus deslumbramentos literários de ginásio na quieta São Luís; encontro, depois, os queridos autores da Literatura Universal, Maupassant, Dumas, Dostoiévski, Dreiser, Boccaccio, Musset, Pirandello; e, acrescente-se mais ainda, edições especiais de obras plásticas de muitos de nossos artistas, uma atividade pioneira de Martins; e mais ainda, muitos livros de meus amigos, de companheiros de ofício literário, Montelo, Gilherme de Figueiredo, Almeida Fischer, Ascendino Leite, Osman Lins, Marques Rebelo, que me lembro agora e é bem longa a lista de obras de autores nacionais editados por Martins. Um rio de informações literárias e científicas saídas das máquinas da Livraria Martins Editora. Sem dúvida, quando se fizer, mais tarde, o exame histórico das ocorrências sócio-culturais desses nossos tempos, o estudioso terá que debruçar-se sobre a bibliografia da Martins — extensa, por demais extensa para citarmos aqui, abrangendo toda uma fase da nossa vida intelectual — a fim de terminar a influência exercida por ela nos fatos registrados de trinta por diante.

Exalto, José de Barros Martins, o aluno de Roger Bastide, Pierre Monbeig, Cesarino Junior e Miguel Reale, na Faculdade de Direito de São Paulo, que se transformou em livreiro, considerando antes de tudo o trabalho editorial como supletivo da universidade; o homem que compreendeu a necessidade de fomentar o livro — nacional e estrangeiro — para ajudar nosso povo e emergir, sair da dolorosa pobreza de desenvolvimento intelectual e econômico, um decorrente do outro. É justo assim, que em nome do Congresso, preste uma homenagem justa a José de Barros Martins — por ter povoado nossas bibliotecas de muitas e muitas obras sobre nossa história, nossa economia, nossa realidade social, expressa na ficção literária ou no estudo sociológico, para que nosso povo conhecesse a si mesmo em toda a sua dimensão passada e presente e projetasse seu advir. São quarenta anos de cultura, patrimônio do povo brasileiro, o patrimônio literário da Martins Editora.

O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO) — V. Exª permite um aparte?

O SR. JOSÉ SARNEY (ARENA — MA) — Com todo prazer.

O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO) — Desejo associar-me, em nome da bancada do MDB, à homenagem que V. Exª presta ao grande editor José de Barros Martins. Realmente, a Editora Martins, como V. Exª afirma, é um patrimônio cultural do país.

O SR. JOSÉ SARNEY (ARENA — MA) — Agradeço ao Senador Lázaro Barboza o ter se associado à homenagem que presto a esse grande homem, que marcou de modo permanente sua presença na história do pensamento brasileiro.

É o que tinha a dizer.

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

(CEGRAF)

PLANO DE APLICAÇÃO

ATIVIDADES:

6.000.000 - Fundo do CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Cr\$6.567.746,36

DETALHAMENTO:

3.111-01 - Vencimento e Vantagens Fixas Cr\$3.567.746,36

3.1.2.0 - Material de Consumo Cr\$1.800.000,00

3.2.5.0 - Contribuição Previdência Social Cr\$1.200.000,00

T O T A L Cr\$6.567.746,36

Saldo positivo do FUNCEGRAF verificado no fim do exercício de 1976 (art. 483 do Regulamento Administrativo, aprovado pela Resolução nº 58, de 1972, art. 172, § 2º, do Decreto-Lei nº 200/67 e art. 73 da Lei nº 4.320/64).

Brasília, 14 de outubro de 1977

Arnaldo Gomes
ARNALDO GOMES
Diretor Executivo

AUTORIZO:
Petrônio Portella
Senador PETRÔNIO PORTELLA
Presidente do Senado Federal

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISCUSSÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 156/77: Regula os atos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos e dá outras providências. Autoras: Senadores Nelson Carneiro e Acácio Filho.	25.08.77	SENADOR HEI - TOR DIAS.	25.08.77	.		Vista aos Senadores Ottoni Leitmann e Benedito Pereira. (14.09.77)
PROJETO DE LEI Nº 135/77: Dispõe sobre a criação de empresa pública, sob administração da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do D.F. e dá outras providências. Autor: Poder Executivo.	23.08.77	SENADOR WIL - SON GONÇALVES.	01.09.77	Constitucional e jurídico.	APROVADO. (14.09.77)	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
MENSAGEM Nº 35/77 do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal para que seja autorizado o Departamento de Água e Esgoto da Presidente Prudente (SP) a elevar o montante de sua dívida consolidada em Cr\$ 1.306.529,00. (PARAOLAR PRÉVIO DO COMIS. ECONOMIA S/A JURISDICÇÃO DO ITEM III DA RESOLUÇÃO DO BANCO CENTRAL).	10.08.77	SENADOR OTTO LEHMANN.	11.08.77	A garantia da da pela Prefeitura (ICM) à sua autarquia - DAE c/divida consolidada incide naquela Prefeitura. (J19, art. 2º, Resol. 93/75-SF)	APROVADO. (14.09.77)	
PROJETO RESOLUÇÃO DA COMISSÃO ECONOMIA A MENSAGEM Nº 151/77 do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de S. João do Ivaí (PR) a elevar o montante de sua dívida consolidada em Cr\$ 2.664.193,28.	24.08.77	SENADOR ITALVIO COELHO.	25.08.77	Constitucional e jurídico.	APROVADO. (14.09.77)	
PROJETO LEI SENADO Nº 47/76: Dispõe sobre estabelecimentos que lidam com sangue humano e seus derivados e dá outras providências. Autor: Senador Nelson Carneiro.	23.04.76	SENADOR HELVÍDIO NUNES.	10.03.77	Constitucional e jurídico. Favorável no mérito.	APROVADO. (14.09.77)	Redistribuído.

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO RESOLUÇÃO DA COMISSÃO ECONOMIA A MENSAGEM Nº 144/77 do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal para que seja autorizada a Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista - SUDLPA, a elevar em Cr\$ 69.854.000,00 o montante de sua dívida consolidada.	24.08.77	SENADOR OTTO LEHMANN.	25.08.77	Constitucional e jurídico.	APROVADO. (14.09.77)	
PROJETO RESOLUÇÃO DA COMISSÃO ECONOMIA A MENSAGEM Nº 152/77 do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Cambé (PR) a elevar o montante de sua dívida consolidada em Cr\$ 10.100.199,85.	01.09.77	SENADOR LEITE CHAVES.	01.09.77	Constitucional e jurídico.	APROVADO. (14.09.77)	
PROJETO LEI CÂMARA Nº 47/77: Da nova redação ao "caput" do art. 10 da Lei Nº 5.389, de 3.06.1973, que "estatui normas regulamentadoras do trabalho rural e dá outras providências." Autor: Deputado Alexandre Machado.	23.06.77	SENADOR OSIRIS TEIXEIRA.	18.08.77			Redistribuído. Vista ao Sen. Otto Lehmann. (14.09.77)

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI CÂMARA Nº 65/77: Adreçamento o item XI ao art. 38 da Lei nº 5.112, de 21 de setembro de 1966 (Código Nacional de Trânsito) Autor: Deputado Clóvis Júnior.	23.08.77	SENADOR NELSON CARNEIRO.	24.08.77	Constitucional e jurídica.	APROVADO. (14.09.77)	
PROJETO DE LEI Nº 15/76 DO SENADO: Art. 1º do art. 15/76 do Sr. Presi - Corte do Tribunal de Contas do D. Federal, encaminhando ao Senado o Relatório e o Parecer do TCU do Tribunal, sobre a aprovação das Contas do Governo do D. Federal, referentes ao exercício de 1976.	29.11.76	SENADOR HEITOR DIAS.	10.03.77	Constitucional e jurídica.	APROVADO. (14.09.77)	Redistribuído.
PROJETO DE LEI SENADO Nº 231/76: Estabelece a obrigatoriedade da garantia, a ser dada pelo fabricante, para os pneus comercializados. Autor: Senador Vasconcelos Torres.	28.10.76	SENADOR LEITE CHAVES.	10.03.77	Constitucional e jurídica.	APROVADO. (14.09.77)	Redistribuído.

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI SENADO Nº 99/77: Assegura à empregada gestante, despedida sem justa causa ou por culpa recíproca, o direito aos salários relativos ao período a que se refere o art. 392 da CLT. Autor: Senador Vasconcelos Torres.	19.05.77	SENADOR HEITOR DIAS	23.05.77	Prejudicado.	APROVADO. (14.09.77)	
PROJETO DE LEI CÂMARA Nº 66/77: Art. 1º do art. 130 do Estatuto da Administração Federal, que "disponha sobre a organização da Administração Federal, definindo o prazo para cumprimento do objeto da licitação." Autor: Deputado José Carlos Teixeira.	23.08.77	SENADOR OTTO LEHMANN.	24.08.77	Constitucional e jurídica.	APROVADO. (14.09.77)	
PROJETO DE LEI CÂMARA Nº 73/76: Adreçamento das disposições à Lei nº 4.215, de 27.04.1963 que "dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil". Autor: Deputado Aloísio Santos.	17.09.76	SENADOR LEITE CHAVES.	10.03.77	Favorável com emenda nº 1-CCJ (substituída)	APROVADO. (14.09.77)	Redistribuído.

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO LEI SENADO Nº 73/77: Da nova redação dos itens do § 3º do art. 1º da Lei nº 5.390, de 8.8.1973. Autor: Senador Nelson Carneiro.	11.05.77	SENADOR HEI- TOR DIAS.	17.05.77	Prejudicado.	APROVADO. (14.09.77)	
PROJETO LEI SENADO Nº 135/76: Dispõe sobre a proibição de aterrar terrenos da Marinha e das outras providências. Autor: Senador Vasconcelos Torres.	06.10.76	SENADOR LEITE CHAVES.	10.03.77	Tramitação con- junta com o PLC Nº 30/72.	APROVADO. (14.09.77)	Redistribuído.
PROJETO LEI SENADO Nº 146/76: Dispõe sobre a privatização dos serviços de transportes das regiões metropolitanas e das outras providências. Autor: Senador Vasconcelos Torres.	09.06.76	SENADOR LEITE CHAVES.	10.03.77	Inconstitucio- nal e injuri- dico.	APROVADO. (14.09.77)	Redistribuído.

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO LEI SENADO Nº 196/76: Assegura a transferência da matrícula de universitários funcionários públicos es- taduais, nas condições que especifica. Autor: Senador Nelson Carneiro.	19.08.76	SENADOR HEI- TOR DIAS.	10.03.77	Constitucional e jurídico. Fa- vorável no mé- rito.	APROVADO. (14.09.77)	Redistribuído.
PROJETO LEI SENADO Nº 285/76: Estabelece critérios de distribuição para o Fundo de Participação dos Municípios. Autor: Senador Itamar Franco.	29.10.76	SENADOR OTTO LEHMANN.	10.03.77	Inconstitucio- nal.	APROVADO. (14.09.77)	Redistribuído.
PROJETO LEI SENADO Nº 91/77: Estabelece placa especial para viaturas de policiais. Autor: Senador Vasconcelos Torres.	18.05.77	SENADOR LEI- TE CHAVES.	19.05.77	Injurídico.	APROVADO. (14.09.77)	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO LEI SENADO Nº 271/76: Autoriza o Poder Executivo conceder pensão especial à Senhora Sara Lemos Kubitschek de Oliveira, viúva do ex-Presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira. Autor: Senador Vasconcelos Torres.	27.10.76	SENADOR OTTO LEHMANN.	10.03.77			Vista ao Sen. Nelson Carneiro. (14.09.77)
PROJETO LEI SENADO Nº 49/77: Conceda passe permanente aos aeroviários e aeronautas, com mais de vinte anos de serviço nas empresas aéreas brasileiras. Autor: Senador Vasconcelos Torres.	22.04.77	SENADOR LEITE CHAVES.	25.04.77	Inconstitucional.	APROVADO. Vencido Sen. Nelson Carneiro.	
PROJETO LEI SENADO Nº 78/76-Complementar. Altera a Lei Complementar nº 25, de 02 de julho de 1975, para permitir o pagamento da verba de representação aos presidentes das Câmaras Municipais. Autor: Senador Franco Montoro.	23.04.76	SENADOR OTTO LEHMANN.	10.03.77			Redistribuído. Vista ao Sen. Nelson Carneiro. (14.09.77)

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO LEI CÂMARA Nº 70/77: Altera dispositivos da Lei nº 5 108, de 21 de setembro de 1966 (Código Nacional de Trânsito). Autor: Deputado Francisco Rocha.	26.08.77	SENADOR NELSON CARNEIRO.	30.08.77	Constitucional e jurídico. Contrário no mérito.	APROVADO. (14.09.77)	
PROJETO LEI SENADO Nº 171/77-DP. Dispõe sobre o Conselho de Disciplina na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros do D. Federal e dá outras providências. Autor: Poder Executivo.	01.09.77	SENADOR NELSON CARNEIRO.	02.09.77	Constitucional e jurídico, com emenda nº 1-CCJ.	APROVADO. (14.09.77)	
PROJETO RESOLUÇÃO DA COMISSÃO ECONOMIA À MENSAGEM Nº 201/77 do Sr. Presidente da República propondo ao Senado Federal para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Iguaçu (MR) a elevar o montante de sua dívida consolidada em Cr\$ 18.520.060.00.	13.09.77	SENADOR ITALIO COELHO.	13.09.77	Constitucional e jurídico.	APROVADO. (14.09.77)	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO RESOLUÇÃO DA COMISSÃO ECONOMIA À MENSAGEM Nº 206/77 do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Três Lagoas (MT) a elevar o montante de sua dívida consolidada em Cr\$ 7.000.000,00.	13.09.77	SENADOR ITALI VIO COELHO.	13.09.77	Constitucional e jurídico.	APROVADO. (14.09.77)	
PROJETO RESOLUÇÃO DA COMISSÃO ECONOMIA À MENSAGEM Nº 195/77 do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Aracaju (SE) a elevar o montante de sua dívida consolidada em Cr\$ 20.000.000,00.	13.09.77	SENADOR HELVÍDIO NUNES.	13.09.77	Constitucional e jurídico.	APROVADO. (14.09.77)	
PROJETO RESOLUÇÃO DA COMISSÃO ECONOMIA À MENSAGEM Nº 196/77 do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Aracaju (SE) a elevar o montante de sua dívida consolidada em Cr\$ 9.500.000,00.	13.09.77	SENADOR HELVÍDIO NUNES.	13.09.77	Constitucional e jurídico.	APROVADO. (14.09.77)	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO RESOLUÇÃO DA COMISSÃO ECONOMIA À MENSAGEM Nº 206/77 do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Santos (SP) a elevar o montante de sua dívida consolidada em Cr\$ 34.564.618,40.	13.09.77	SENADOR OTTO LEHMANN.	13.09.77	Constitucional e jurídico.	APROVADO. (14.09.77)	
PROJETO RESOLUÇÃO DA COMISSÃO ECONOMIA À MENSAGEM Nº 204/77 do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Natal (RN) a elevar o montante de sua dívida consolidada em Cr\$ 2.553.035,60.	13.09.77	SENADOR OTTO LEHMANN.	13.09.77	Constitucional e jurídico.	APROVADO. (14.09.77)	
PROJETO LEI CÂMARA Nº 68/77: Introduz modificações no Código Nacional de Trânsito, no que diz respeito à fixação de multas para o excesso de velocidade. Autor: Deputado Siqueira Campos.	26.08.77	SENADOR NELSON CARNEIRO.	30.08.77	Contrário no mérito.	APROVADO. (14.09.77)	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO LEI SENADO Nº 171/77-DF. Dispõe sobre o Conselho de Justificação da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do D. Federal e dá outras providências. Autor: Poder Executivo.	01.09.77	SENADOR NELSON CARNEIRO.	02.09.77	Constitucional e jurídico, com emenda nº 1-CCJ.	APROVADO. (14.09.77)	
PROJETO LEI SENADO Nº 156/77: Regula os casos de dissolução das sociedades conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos e dá outras providências. Autores: Senadores Nelson Carneiro e Accioly Filho.	25.08.77	SENADOR REITOR DIAS.	25.08.77	Constitucional e jurídico, nos termos do substitutivo que se refere. Voto em separado do Sen. Benedito Ferreira concluído por 3 emendas.	APROVADO, votando com restrições os Sen. Wilson Gonçalves, Dirceu Cardoso e Osires Teixeira. Vencido o Sen. Benedito Ferreira c/voto separado. (21.09.77)	
PROJETO LEI CÂMARA Nº 01/77: Regula a locação predial urbana e dá outras providências. PROJETO LEI SENADO Nº 264/76: Estabelece limite para reajustamento de aluguéis em locações residenciais. Autores: Poder Executivo e Senador Itamar Franco.	02.03.77	SENADOR LEITE CHAVES.	09.03.77			Vista ao Sen. Osires Teixeira. (21.09.77)

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO LEI SENADO Nº 149/77: Dispõe sobre a localização das sedes do Conselho Nacional de Desportos e da Confederação Brasileira de Desportos e dá outras providências. Autor: Senador Orestes Quêrcia.	12.08.77	SENADOR OTTO LEHMANN.	19.08.77	Constitucional e jurídico.	APROVADO. (21.09.77)	
PROJETO LEI CÂMARA Nº 45/77: (SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO FINANCEIRA) Retifica, sem ônus, a Lei nº 6.395, de 9 de Setembro de 1976, que "estima a Receita e fixa a Despesa da União, para o exercício financeiro de 1977". Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas da Câmara Deputados.	15.09.77	SENADOR NELSON CARNEIRO	16.09.77	Constitucional e jurídico.	APROVADO. (21.09.77)	
PROJETO RESOLUÇÃO DA COMISSÃO ECONOMIA E FINANÇAS Nº 191/77, do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal para que seja autorizado o Governo do Estado de S. Paulo a elevar o montante de sua dívida consolidada em Cr\$1.000.000.000,00.	21.09.77	SENADOR OTTO LEHMANN.	21.09.77	Constitucional e jurídico.	APROVADO. (21.09.77)	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO RESOLUÇÃO DA COMISSÃO ECONOMIA À MENSAGEM Nº 199/77 do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Faxinal (PR) a elevar o montante de sua dívida consolidada em Cr\$ 4.657.107,70.	21.09.77	SENADOR ITALI VIO COELHO.	21.09.77	Constitucional e jurídico.	APROVADO. (21.09.77)	
PROJETO RESOLUÇÃO DA COMISSÃO ECONOMIA À MENSAGEM Nº 192/77 do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal para que seja autorizado o Governo do Estado do Paraná a elevar o montante de sua dívida consolidada em Cr\$6.363.000,00.	21.09.77	SENADOR HEI - TOR DIAS.	21.09.77	Constitucional e jurídico.	APROVADO. (21.09.77)	
PROJETO RESOLUÇÃO DA COMISSÃO ECONOMIA À MENSAGEM Nº 194/77 do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal para que seja autorizado o Governo do Estado de Pernambuco a elevar o montante de sua dívida consolidada em Cr\$12.000.000,00.	21.09.77	SENADOR NEL - SON CARNEIRO.	21.09.77	Constitucional e jurídico.	APROVADO. (21.09.77)	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO RESOLUÇÃO DA COMISSÃO ECONOMIA À MENSAGEM Nº 197/77 do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz (PR) a elevar o montante de sua dívida consolidada em Cr\$ 4.834.388,10.	21.09.77	SENADOR LEITE CHAVES.	21.09.77	Constitucional e jurídico.	APROVADO. (21.09.77)	
PROJETO RESOLUÇÃO DA COMISSÃO ECONOMIA À MENSAGEM Nº 202/77 do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Manaus (AM) a elevar o montante de sua dívida consolidada em Cr\$ 14.480.000,00.	21.09.77	SENADOR NEL - SON CARNEIRO.	21.09.77	Constitucional e jurídico.	APROVADO. (21.09.77)	
PROJETO RESOLUÇÃO DA COMISSÃO ECONOMIA À MENSAGEM Nº 207/77 do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata (PE) a elevar o montante de sua dívida consolidada em Cr\$ 522.100,00.	21.09.77	SENADOR HEI - TOR DIAS.	21.09.77	Constitucional e jurídico.	APROVADO. (21.09.77)	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO RESOLUÇÃO DA COMISSÃO ECONOMIA E FINANÇAS Nº 259/77, do Sr. Presidente da República, propondo no Senado Federal para que seja autorizada a Fundação Faculdade de Agronomia Luiz Meneghel, do Município de São Carlos (PR) a elevar o montante de sua dívida consolidada em Cr\$ 13.000.000,00.	21.09.77	SENADOR LEITE CHAVES.	21.09.77	Constitucional e jurídico.	APROVADO. (21.09.77)	
PROJETO LEI CÂMARA Nº 47/77: É a nova redação ao "caput" do art. 10 da Lei Nº 5.859, de 3 de junho de 1973, que "estabelece normas reguladoras do trabalho rural e dá outras providências."	23.06.77	SENADOR OSIRIS TEIXEIRA.	18.08.77			Redistribuído. Vista ao Sen. Heitor Dias.
PROJETO RESOLUÇÃO Nº 53/77: Assegura às entidades da classe o direito de se pronunciarem sobre proposições em andamento no Senado e disciplina esse direito.	29.08.77	SENADOR OTTO LEHMANN.	30.08.77			Vista ao Sen. Leite Chaves.

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO LEI CÂMARA Nº 77/77: Torna de costas os atos praticados no Juízo de Menores, independentemente de comprovação de pobreza nas partes.	09.09.77	SENADOR NELSON CARNEIRO.	09.09.77			Vista ao Sen. Otto Lehmann. (28.09.77)
PROJETO LEI CÂMARA Nº 01/77: Regula a locação predial urbana e dá outras providências.	09.03.77	SENADOR LEITE CHAVES.	09.03.77	Constitucional e jurídico, off. procedendo emendas às n.ºs 1-10-100.	APROVADO, e mais as emendas às n.ºs 2 e 4 do Sen. Otto Lehmann. (28.09.77)	Votam com reservas os Sen. Wilson, Carlos, Nelson Carneiro, Heitor Dias, Dirceu Cardoso, Cunha Lima e Celvídio Nunes.
PROJETO LEI SENADO Nº 264/76: Estabelece limite para reajustamento de aluguéis em locações residenciais.				Voto em separado Sen. Otto Lehmann com 5 emendas. Prejudicado o PLS 264/76.		
PROJETO LEI SENADO Nº 133/77: Complementar	24.06.77	SENADOR OTTO LEHMANN.	02.08.77			Vista ao Sen. Benedito Ferreira. (28.09.77)

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO LEI CÂMARA Nº 76/77: Adapta ao Código Processo Civil a Lei nº 5 474, de 16 de julho de 1968 e dá outras providências. Autor: Poder Executivo.	08.09.77	SENADOR HELVÍDIO NUNES.	12.09.77	Favorável.	APROVADO. (28.09.77)	
PROJETO LEI CÂMARA Nº 41/76: (SUBSTITUTIVO DA CSPC) Amplia a competência da SERPRO para prestar serviços à iniciativa privada. Autor: Deputado Nina Ribeiro.	15.09.77	SENADOR NELSON CARNEIRO.	16.09.77	Constitucional e jurídico.	APROVADO. (28.09.77)	
OFÍCIO "S" Nº 13/77 do Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Recurso Extraordinário nº 97 151, Estado de S. Paulo, inconstitucionalidade do art. 19 da Lei nº 4 532, de 20.10.1971, do Município de Ribeirão Preto, naquele Estado.	06.09.77	SENADOR OTTO LEHMANN.	06.09.77	Favorável com Projeto Resolução.	APROVADO. (28.09.77)	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO LEI SENADO Nº 123/77: Altera a redação do art. 773 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5 452, de 19 de maio de 1953, e dá outras providências. Autor: Senador José Lindoso.	10.06.77	SENADOR HELVÍDIO NUNES.	10.06.77	Constitucional e jurídico. Favorável no mérito.	APROVADO. (28.09.77)	
PROJETO LEI SENADO Nº 104/77: Dispõe sobre a doação de terras aos ex-combatentes da FEB. Autor: Senador Vasconcelos Torres.	24.05.77	SENADOR DIRCEU CARDOSO.	27.05.77	Constitucional e jurídico.	APROVADO, votando c/tes - tríplices os Srs. Helvécio Nunes, Nelson Carneiro, Otto Lehmann e Benedito Ferreira. (23.09.77)	
PROJETO LEI SENADO Nº 96/77: Dispõe sobre proteção das informações computarizadas e dá outras providências. Autor: Senador Nelson Carneiro.	19.05.77	SENADOR DIRCEU CARDOSO.	23.05.77	Constitucional e jurídico, c/ 2 emendas e p/ audiência das CE, CSPC e CT.	APROVADO. (28.09.77)	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI SENADO Nº 218/75: "MUNICÍPIO Nº 1 - BARRA DO RIO; "Alteração do art. 1º do E.D.S. e designação de uma das pessoas que viva do provimento econômico, como nova regência do art. 1º do art. 11 da Lei Orgânica da Previdência Social. Autor: Senador Franco Monteiro.	26.08.77	SENADOR OTTO LEHMANN.	30.08.77	Audiência do Poder Executivo.	APROVADO. (28.09.77)	
PROJETO DE LEI SENADO Nº 81/77: "Alteração da venda, no comércio varejista, dos produtos acondicionados em pacotes padronizados. Autor: Senador Vasconcelos Torres.	22.04.77	SENADOR DIRCEU CARDOSO.	25.04.77	Constitucional e jurídico.	APROVADO, votos c/restrições Sen. Helvídio Nunes. Sen. Otto Lehmann votou vencido por considerar a matéria além do inconveniente, inconstitucional. Ademais, projeto igual já foi rejeitado pelo Senado Federal. (26.09.77)	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI SENADO Nº 145/77: "Adição de parágrafo único ao art. 133 da Constituição da Lei do Trabalho, dispondo sobre o direito ao período de aviso prévio e de outras providências. Autor: Senador José Lindoso.	16.08.77	SENADOR OTTO LEHMANN.	18.08.77	Constitucional e jurídico.	APROVADO. (28.09.77)	
PROJETO DE LEI SENADO Nº 81/77: "Lei sobre a comercialização de pelos de animais e de outras providências. Autor: Senador Vasconcelos Torres.	23.03.77	SENADOR DIRCEU CARDOSO.	24.03.77	Injurídico.	APROVADO. (28.09.77)	
PROJETO DE LEI SENADO Nº 72/77: "Lei sobre a permanência do trabalhador contratado no âmbito de propriedade da empresa empregadora. Autor: Senador Vasconcelos Torres.	05.05.77	SENADOR DIRCEU CARDOSO.	06.05.77	Injurídico.	APROVADO. (28.09.77)	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO LEI SENADO Nº 98/75: Acrescenta parágrafo ao art. 116 da Lei nº 711, de 23.12.1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civil). Autor: Senador Paulo Guerra.	17.06.75	SENADOR OTTO LEME-DINIZ.	09.03.77	Inconstitucional.	APROVADO. (28.09.77)	Redistribuição.
PROJETO LEI SENADO Nº 177/77: Altera a redação do parágrafo 1º do art. 91 da Lei nº 1.172, de 23 de outubro de 1966. Autor: Senador Saldanha Derzi.	14.09.77	SENADOR NELSON CARMEIRO.	15.09.77	Inconstitucional.	APROVADO. (28.09.77)	
PROJETO RESOLUÇÃO COMISSÃO ECONOMIA E FINANÇAS Nº 193/77, do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal para que seja autorizado o Governo do Estado do Ceará a elevar o montante de sua dívida consolidada em Cr\$ 16.846.074,00.	21.09.77	SENADOR WILSON GONÇALVES.	22.09.77	Constitucional e jurídico.	APROVADO. (28.09.77)	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO RESOLUÇÃO DA COMISSÃO DE ECONOMIA E FINANÇAS Nº 194/77 do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Fortaleza (CE) a elevar o montante de sua dívida consolidada em Cr\$ 1.345.996,21.	21.09.77	SENADOR WILSON GONÇALVES.	22.09.77	Constitucional e jurídico.	APROVADO. (28.09.77)	
PROJETO RESOLUÇÃO DA COMISSÃO DE ECONOMIA E FINANÇAS Nº 195/77 do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Marretos (SP) a elevar o montante de sua dívida consolidada em Cr\$ 1.752.304,65.	20.09.77	SENADOR OTTO LEME-DINIZ.	23.09.77	Constitucional e jurídico.	APROVADO. (28.09.77)	
PROJETO RESOLUÇÃO DA COMISSÃO DE ECONOMIA E FINANÇAS Nº 196/77 do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul (PR) a elevar o montante de sua dívida consolidada em Cr\$ 3.634.123,63.	28.09.77	SENADOR LEITE CHAVES.	28.09.77	Constitucional e jurídico.	APROVADO. (28.09.77)	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO RESOLUÇÃO DA COMISSÃO DE ECONOMIA A MENSAGEM Nº 216/77 do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Juiz de Fora (MG) a elevar o montante de sua dívida consolidada em Cr\$ 349.479.200,00.	23.09.77	SENADOR NELSON CARNEIRO.	28.09.77	Constitucional e jurídico.	APROVADO. (28.09.77)	
PROJETO RESOLUÇÃO DA COMISSÃO DE ECONOMIA A MENSAGEM Nº 219/77 do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Campo Grande (MT) a elevar o montante de sua dívida consolidada em Cr\$ 292.245.000,00.	28.09.77	SENADOR HELVÍDIO NUNES.	28.09.77	Constitucional e jurídico.	APROVADO. (28.09.77)	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO RESOLUÇÃO DA COMISSÃO DE ECONOMIA A MENSAGEM Nº 151/77 do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de São Carlos (MG) a elevar o montante de sua dívida consolidada em Cr\$ 10.100.100,00.	01.09.77	SENADOR HELVÍDIO NUNES.	01.09.77			
PROJETO DE LEI Nº 150/77: Criação dos auditórios existentes e auditorios públicos para espetáculos de interesse da comunidade. Autor: Senador Vasconcelos Torres.	01.09.77	SENADOR OTTO GUERIN.	01.09.77			
PROJETO DE LEI Nº 100/77: Isenção de taxas de pagamento da taxa de IMU urbano. Autor: Senador Vasconcelos Torres.	01.09.77	SENADOR ITALÍ VIO COLLEO.	01.09.77			

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARCEIRO DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI SENADO Nº 161/77: Fixa normas complementares à aposentadoria do servidor público. Autor: Senador Vasconcelos Torres.	01.09.77	SENADOR LEITE CHAVES.	01.09.77			
PROJETO DE LEI SENADO Nº 162/77: Simplifica exigências para habilitação ao exame de motorista. Autor: Senador Vasconcelos Torres.	01.09.77	SENADOR LEITE CHAVES.	01.09.77			
PROJETO DE LEI SENADO Nº 163/77: Isenta os veículos auto-motores, não movidos por derivados de petróleo, da taxa de licenciamento única. Autor: Senador Vasconcelos Torres.	01.09.77	SENADOR ITABÉ VIO GOMES.	01.09.77			

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARCEIRO DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI SENADO Nº 164/77: Garantia de auxílio funeral para os segurados pelo Lei nº 3.179/74. Autor: Senador Vasconcelos Torres.	01.09.77	SENADOR DINORCI CARDOZO.	01.09.77			
PROJETO DE LEI SENADO Nº 165/77: Estabelece que a gratificação paga aos funcionários das pessoas jurídicas de economia mista será também devida, proporcionalmente, aos respectivos empregados. Autor: Senador Dinorci Cardoso.	01.09.77	SENADOR HELVI GIO NUNES.	01.09.77			
PROJETO DE LEI SENADO Nº 166/77: Altera o texto do Regulamento de sede da Associação Amigos do Vale do Paraíba, situado no Rio Paraíba, antiga propriedade do Barão de Valença, para a criação de uma escola de ensino médio e de ensino superior e de outras providências. Autor: Senador Otto Marcondes.	01.09.77	SENADOR OTTO MARCONDES.	01.09.77			

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI SENADO Nº 107/77: Dispõe sobre processo e ação dissolutória do vínculo matrimonial. Autor: Senador Osvaldo Teixeira.	01.09.77	SENADOR LEITE CHAVES.	21.09.77			
PROJETO DE LEI SENADO Nº 174/77: DP Dispõe sobre o Conselho de Justificação da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal e das outras providências. Autor: Poder Executivo.	01.09.77	SENADOR NELSON CARNEIRO.	02.09.77			
PROJETO DE LEI SENADO Nº 171/77-DP Dispõe sobre o Conselho de Disciplina na Polícia Militar e no corpo de Bombeiros do Distrito Federal e das outras providências. Autor: Poder Executivo.	01.09.77	SENADOR NELSON CARNEIRO.	02.09.77			

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI CIVIL Nº 71/77: Modifica dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 19 de maio de 1943, em sua parte processual. Autor: Deputado Francisco Amaral.	01.09.77	SENADOR OTTO MARIN.	01.09.77			
PROJETO DE LEI SENADO Nº 14/75:DS nova redação do art. 7º da Lei nº 250, de 3.10.53. PLS Nº 20/75: Alena de 05 para 104 do salário-família a cota do salário-família devida aos empregados que percebem até 3 salários-mínimos. PLS Nº 310/75: dispõe sobre o montante em forma de percentual do salário-família com crédito nos empregados regidos pela CLT. Autores: Senadores Agnôr Maria Franco Monteiro Nelson Carneiro.	02.09.77	SENADOR OSI - SES TEIXEIRA.	12.09.77			
PROJETO DE LEI SENADO Nº 84/74: (SUBSTITUTIVO DA CLS) Adiciona dispositivos à CLT. PLS Nº 241/75: estabelece a remuneração mínima obrigatória para os motoristas profissionais, fixando a jornada de trabalho e as outras providências. Autores: Senadores Nelson Carneiro Orestes Quêrcia.	02.09.77	SENADOR DIR - ZEU CARDOSO.	12.09.77			

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO LEI SENADO Nº 172/77: Atende ao empregado doméstico a proteção da legislação de acidentes do trabalho. Autor: Senador Franco Montoro.	02.09.77	SENADOR OTTO LENHARDT.	12.09.77			
PROJETO LEI SENADO Nº 173/77: Adressa o item V do art. 130 da Consolidação das Leis do Trabalho. Autor: Senador Orestes Quêrcia.	06.09.77	SENADOR DIRCEU CARDOSO.	12.09.77			
PROJETO LEI SENADO Nº 174/77: Discute sobre a terminologia oficial relativa à Hanseníase e as outras providências. Autor: Senador José Lindoso.	06.09.77	SENADOR ITALI VIO COELHO.	12.09.77			

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
OFÍCIO "S" Nº 13/77 do Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Recurso Extraordinário nº 87.151, do Estado de São Paulo, inconstitucionalidade do art. 1º da Lei nº 2.532, de 20.10.971, do Município de Ribeirão Preto, naquele Estado.	06.09.77	SENADOR OTTO LENHARDT.	12.09.77			
PROJETO LEI CÂMARA Nº 76/77: Adapta ao Código de Processo Civil a Lei nº 5.474, de 18 de julho de 1968 e dá outras providências. Autor: Poder Executivo.	08.09.77	SENADOR HELVÍDIO NUNES.	12.09.77			
PROJETO LEI CÂMARA Nº 74/77: Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho e da Lei nº 4.030, de 13 de julho de 1962, para o fim de tornar expressa a obrigatoriedade de computar horas extras nos pagamentos de férias e 13º salário devidos ao trabalhador. Autor: Deputado Argilano Dário.	09.09.77					Ao SCP p/SGM e ser anexado ao PLS 51/76.

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO LEI CÂMARA Nº 77/77: Isenta de custas os atos praticados no Juízo de Menores, independentemente de comprovação de pobreza das partes. Autor: Deputado Peixoto Filho.	09.09.77	SENADOR PAUL - SON CARREIRO.	12.09.77			
PROJETO LEI CÂMARA Nº 71/76: Introduz acréscimos e modificações na Lei dos Registros Públicos. Autor: Deputado Alípio de Carvalho.	13.11.76	SENADOR HELI - TOR DIAS.	12.09.77			Redistribuído.
OFÍCIO SM/415/77 do Sr. Presidente do Senado Federal encaminhando requerimento do Sr. Oscar Nogueira Barra, Juiz Classista do TRT da 2ª Região.	12.09.77	SENADOR HELVI DIO NUNES.	12.09.77			

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO RESOLUÇÃO DA COMISSÃO ECONOMIA À MIN. SAÚDE Nº 201/77 do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Itapetina (RJ) a elevar o montante de sua dívida consolidada em Cr\$ 18.520.000,00.	13.09.77	SENADOR ITALY VIO COELHO.	13.09.77			
PROJETO RESOLUÇÃO DA COMISSÃO ECONOMIA À MIN. SAÚDE Nº 202/77 do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Três Lagoas (MS) a elevar o montante de sua dívida consolidada em Cr\$ 7.000.000,00.	13.09.77	SENADOR ITALY VIO COELHO.	13.09.77			
PROJETO RESOLUÇÃO DA COMISSÃO ECONOMIA À MIN. SAÚDE Nº 195/77 do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Itapetina (RJ) a elevar o montante de sua dívida consolidada em Cr\$20.600.000,00.	13.09.77	SENADOR HELVI VIDIO NUNES.	13.09.77			

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARCEIRO DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO RESOLUÇÃO DA COMIS. ECONOMIA À MEM- S. 111 Nº 115/77 do Sr. Presidente da Repú- blica, propondo ao Senado Federal para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Aracaju (SE) a elevar o montante de sua dí- vida consolidada em Cr\$9.500.000,30.	13.09.77	SENADOR HELVI- DIO NUNES.	13.09.77			
PROJETO RESOLUÇÃO DA COMIS. ECONOMIA À MEM- S. 111 Nº 116/77 do Sr. Presidente da Repú- blica, propondo ao Senado Federal para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Matal (RN) a elevar o montante de sua dí- vida consolidada em Cr\$ 2.533.035,60.	13.09.77	SENADOR OTTO LEHMANN.	13.09.77			
PROJETO RESOLUÇÃO DA COMIS. ECONOMIA À MEM- S. 111 Nº 117/77 do Sr. Presidente da Repú- blica, propondo ao Senado Federal para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Santos (SP) a elevar o montante de sua dí- vida consolidada em Cr\$ 34.564.618,40.	13.09.77	SENADOR OTTO LEHMANN.	13.09.77			

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARCEIRO DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO LEI SENADO Nº 175/77: Adiciona parágrafo ao art. 73 da Lei nº 5.108, de 21.09.1966 (Código Nacional do Trânsito). Autor: Senador Nelson Carneiro.	13.09.77	SENADOR OTTO LEHMANN.	14.09.77			
PROJETO LEI SENADO Nº 53/77: Dispõe sobre a validação, em caráter ex- cepcional, de curso concluído em escola de nível superior não reconhecida. Autor: Senador Nelson Carneiro.	14.09.77	SENADOR MAT- TOS LEÃO.	14.09.77			Não foi aten- dido o pedido de diligência.
PROJETO LEI SENADO Nº 176/77: Modifica a redação do art. 5º da Lei nº 3.999, de 15.12.1961. Autor: Senador Nelson Carneiro	15.09.77	SENADOR OTTO LEHMANN.	15.09.77			

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO LEI SENADO Nº 177/77: Altera a redação do parágrafo 1º do art. 91 da Lei nº 3.172, de 25.10.1966. Autor: Senador Saldanha DaSilva.	15.09.77	SENADOR NELSON CARNEIRO.	15.09.77			
PROJETO LEI SENADO Nº 178/77: Introduz alterações na CLT, para o fim de assegurar estabilidade provisória ao trabalhador durante a tramitação judicial da reclamação trabalhista. Autor: Senador Nelson Carneiro.	15.09.77	SENADOR ITALVIO COELHO.	15.09.77			
PROJETO LEI CÂMARA Nº 41/76: Amplia a competência do SERPRO para prestar serviços à iniciativa privada. Autor: Deputado Nina Ribeiro.	15.09.77	SENADOR NELSON CARNEIRO.	16.09.77			

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO LEI CÂMARA Nº 45/77: (SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO FINANÇAS) Retifica, sem ônus, a Lei nº 6.395, de 9 de dezembro de 1976, que "estima a receita e fixa a despesa da União, para o exercício de 1977". Autor: Comis. Fiscalização Financeira e Trazida de Contas.	15.09.77	SENADOR NELSON CARNEIRO.	16.09.77			
PROJETO LEI CÂMARA Nº 60/77: Acrescenta parágrafo ao art. 323 da CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1963. Autor: Deputado Siqueira Campos.	15.09.77	SENADOR ITALVIO COELHO.	16.09.77			
PROJETO LEI SENADO Nº 62/76: Estabelece novo critério para a distribuição da contribuição sindical e dá outras providências. Autor: Senador Franco Montoro.	15.09.77	SENADOR HELVÍDIO NUNES.	16.09.77			Aprovado PQS 318/77 para reexame pela CCJ.

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO LEI SENADO Nº 147/76: Determina que os empregados das estações do interior terão jus à remuneração correspondente ao regime de "prontidão", pelas horas que excederem às da jornada normal de trabalho. Autor: Senador Franco Montoro.	15.09.77	SENADOR OTTO LEHMANN.	16.09.77			Aprovado RJS 316/77 pendente de reexame pela CCJ.
PROJETO LEI SENADO Nº 179/77: Dá nova redação ao "caput" do art. 1º da Lei nº 6.143, de 24 de setembro de 1975. Autor: Senador Nelson Carneiro.	16.09.77	SENADOR HEI - TOR DIAS.	20.09.77			
PROJETO LEI SENADO Nº 180/77: Fixa em 10% a taxa de correção monetária incidente sobre os financiamentos destinados à aquisição ou construção de moradia própria. Autor: Senador Nelson Carneiro.	16.09.77	SENADOR OSIRIS TEIXEIRA.	20.09.77			

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO LEI SENADO Nº 181/77: Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho. Autor: Senador Italfio Coelho.	16.09.77	SENADOR HEI - TOR DIAS.	20.09.77			
PROJETO LEI SENADO Nº 182/77: Instaura o "DIA DO ELETRICISTA" Autor: Senador Benjamin Farah.	16.09.77	SENADOR OPETTER QUÉRCIA.	20.09.77			
PROJETO LEI SENADO Nº 183/77: Complementar. [Incompleto] 2º, do art. 2º, da Lei Complementar nº 20, de 11 de setembro de 1975. Autor: Senador Nelson Carneiro.	16.09.77	SENADOR OTTO LEHMANN.	20.09.77			

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO LEI SENADO Nº 18/77: Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. Autor: Senador Otto Lehmann.	16.09.77	SENADOR HELVÍDIO NUNES.	20.09.77			A CCJ não tendo sido atendido o pedido de diligência.
PROJETO LEI CÂMARA Nº 60/77: Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional para o Menor Excepcional - FUNAEM e dá outras providências. PROJETO LEI SENADO Nº 148/76 - Estabelece normas de assistência ao excepcional e autoriza a criação da Fundação de Assistência ao Excepcional - FUNASE e dá outras providências. Autores: Deputado Carlos Santos Senador Nelson Carneiro.	16.09.77	SENADOR OTTO LEHMANN.	20.09.77			Anexados pelo RQS 324/77.
PROJETO LEI SENADO Nº 184/77: Altera o § 3º do art. 121 e o § 6º do art. 129 do Código Penal (Decreto-lei nº 2 648, de 7.12.1946) Autor: Senador Otair Becker.	19.09.77	SENADOR ACCIOLY FILHO	20.09.77			

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO RESOLUÇÃO DA COMISSÃO ECONOMIA À MENSAGEM Nº 191/77 do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal para que seja autorizado o Governo do Estado de S. Paulo a elevar o montante de sua dívida consolidada em Cr\$ 1.000.000.000,00.	21.09.77	SENADOR OTTO LEHMANN.	21.09.77			
PROJETO RESOLUÇÃO DA COMISSÃO ECONOMIA À MENSAGEM Nº 199/77 do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Faxinal (PR) a elevar o montante de sua dívida consolidada em Cr\$ 4.656.107,70.	21.09.77	SENADOR ITALVIO COELHO.	21.09.77			
PROJETO RESOLUÇÃO DA COMISSÃO ECONOMIA À MENSAGEM Nº 192/77 do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal para que seja autorizado o Governo do Estado do Paraná a elevar o montante de sua dívida consolidada em Cr\$ 6.363.000,00.	21.09.77	SENADOR HEITOR DIAS.	21.09.77			

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO RESOLUÇÃO DA COMISSÃO ECONOMIA À MENSAGEM Nº 194/77 do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal para que seja autorizado o Governo do Estado de Pernambuco a elevar o montante de sua dívida consolidada em Cr\$120.000.000,00	21.09.77	SENADOR NELSON CARNEIRO.	21.09.77			
PROJETO RESOLUÇÃO DA COMISSÃO ECONOMIA À MENSAGEM Nº 197/77 do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz (PR) a elevar o montante de sua dívida consolidada em Cr\$ 4.884.368,10.	21.09.77	SENADOR LEITE CHAVES.	21.09.77			
PROJETO RESOLUÇÃO DA COMISSÃO ECONOMIA À MENSAGEM Nº 202/77 do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Manaus (AM) a elevar o montante de sua dívida consolidada em Cr\$ 14.480.000,00.	21.09.77	SENADOR NELSON CARNEIRO.	21.09.77			

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO RESOLUÇÃO DA COMISSÃO ECONOMIA À MENSAGEM Nº 207/77 do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata (PE) a elevar o montante de sua dívida consolidada em Cr\$ 522.100,00.	21.09.77	SENADOR HEITOR DIAS.	21.09.77			
PROJETO RESOLUÇÃO DA COMISSÃO ECONOMIA À MENSAGEM Nº 209/77 do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal para que seja autorizada a Fundação Faculdade de Agronomia Luiz Meneghete, do Município de Bandeirantes (PR) a elevar o montante de sua dívida consolidada em Cr\$ 13.000.000,00.	21.09.77	SENADOR LEITE CHAVES.	21.09.77			
PROJETO LEI SENADO Nº 185/77: Acrescenta parágrafo ao art. 29 da Lei nº 5 194, de 24 de dezembro de 1966. Autor: Senador Nelson Carneiro.	21.09.77	SENADOR LEITE CHAVES.	21.09.77			

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO LEI SENADO Nº 186/77: Altera artigos do Código Civil e do Código de Processo Civil e dá outras providências. Autor: Senador José Sarney.	21.09.77	SENADOR HEIDIAS.	21.09.77			
PROJETO LEI SENADO Nº 187/77: Introduz alterações no art. 164 da CLT, para estabelecer garantias aos representantes classistas nas Comissões Internas de Prevenção de Acidentes do Trabalho (CIPAS) Autor: Senador Nelson Carneiro.	21.09.77					A SGM para ser anexado aos PLS 186/76, 75/77 e 152/77
PROJETO LEI CÂMARA Nº 82/77: Disciplina o cancelamento de protestos de títulos cambiais e dá outras providências. Autor: Deputado Aldo Fagundes.	21.09.77	SENADOR NELSON CARNEIRO.	22.09.77			

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO LEI CÂMARA Nº 83/77: Acrescenta parágrafos aos arts. 3º e 9º, e altera a redação do art. 10 da Lei nº 194, de 19.12.1974, dispondo sobre limitação das indenizações por danos pessoais e materiais, cobertos pelos seguros de responsabilidade civil dos proprietários de veículos automotores de via terrestre. Autor: Deputado Francisco Amaral.	21.09.77	SENADOR NELSON CARNEIRO.	22.09.77			
PROJETO RESOLUÇÃO DA COMIS.ECONOMIA À MENSAGEM Nº 193/77 do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal para que seja autorizado o Governo do Estado do Ceará a elevar o montante de sua dívida consolidada em Cr\$18.346.074,00.	21.09.77	SENADOR WILSON GONÇALVES	22.09.77			
PROJETO RESOLUÇÃO DA COMIS.ECONOMIA À MENSAGEM Nº 200/77 do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Fortaleza (CE) a elevar o montante de sua dívida consolidada em Cr\$ 1.340.998,51.	21.09.77	SENADOR WILSON GONÇALVES	22.09.77			

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO RESOLUÇÃO DA COMIS. ECONOMIA A MENSAGEM Nº 203, de 1977, do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon (PR) a elevar em Cr\$18.326.433,50 o montante de sua dívida consolidada.	21.09.77	SENADOR LEITE CHAVES.	22.09.77			
PROJETO LEI SENADO Nº 188/77: Introduz alterações na Lei nº 6 147, de 20 de novembro de 1974, para determinar a divulgação dos elementos que dão origem ao fator de reajustamento salarial. Autor: Senador Nelson Carneiro,	21.09.77	SENADOR ORESTES QUÉRCIA.	22.09.77			
PROJETO LEI SENADO Nº 189/77: Dispõe sobre padrões a serem observados nos veículos de transporte coletivo. Autor: Senador Vasconcelos Torres.	21.09.77	SENADOR ITALÍ VIO COELHO.	22.09.77			

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO LEI SENADO Nº 136/76: (SUBSTITUTIVO DA CLS) Altera a Lei nº 4 835, de 9.12.1965, que regula as atividades dos representantes comerciais autônomos e dá outras providências. Autor: Senador Lourival Baptista.	22.09.77	SENADOR ITALÍ VIO COELHO.	27.09.77			
PROJETO LEI SENADO Nº 191/77-DF: Fixa idade máxima para inscrição em concurso público destinado ao ingresso em empregos e cargos de Serviço Civil do D.Federal. Autor: Poder Executivo.	22.09.77	SENADOR NELSON CARNEIRO.	27.09.77			
PROJETO LEI SENADO Nº 192/77: Visa emparar a cultura artística popular através as bandas de música e dá outras providências. Autor: Senador Ruy Santos.	22.09.77	SENADOR NELTOR DIAS.	27.09.77			

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO LEI SENADO Nº 193/77: Estabelece que quando o empregador deixar de depositar o FGTS, o empregado poderá considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização. Autor: Senador Franco Montoro.	26.09.77	SENADOR HELVÍDIO NUNES.	27.09.77			
MENSAGEM Nº 205/77 do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul (PR) a elevar o montante de sua dívida consolidada em Cr\$ 6.532.123,65. (PROJETO RESOLUÇÃO DA COMIS-ECONOMIA)	28.09.77	SENADOR LEITE CHAVES.	27.09.77			
MENSAGEM Nº 219/77 do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Campo Grande (MT) a elevar o montante de sua dívida consolidada em Cr\$ 292.245.000,00. (PROJETO RESOLUÇÃO DA COMIS-ECONOMIA)	28.09.77	SENADOR HELVÍDIO NUNES.	27.09.77			

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
MENSAGEM Nº 56/77 do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal para que seja autorizado o Departamento de Água e Esgoto de Presidente Prudente (SP) a elevar o montante de sua dívida consolidada em Cr\$ 1.306.529,00. (PROJETO RESOLUÇÃO DA COMIS-ECONOMIA)	28.09.77	SENADOR OTTO LEHMANN.	27.09.77			
MENSAGEM Nº 190/77 do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Barretos (SP) a elevar o montante de sua dívida consolidada em Cr\$ 1.752.204,65. (PROJETO RESOLUÇÃO DA COMIS-ECONOMIA)	28.09.77	SENADOR OTTO LEHMANN.	27.09.77			
MENSAGEM Nº 216/77 do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Juiz de Fora (MG) a elevar o montante de sua dívida consolidada em Cr\$ 349.479.200,00. (PROJETO RESOLUÇÃO DA COMIS-ECONOMIA).	28.09.77	SENADOR NELSON CARNEIRO.	27.09.77			

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO LEI SENADO Nº 194/77: Introduz alterações no art. 791 da CLT, para conceder aos sindicatos poderes de representação, independentemente de mandato. Autor: Senador Nelson Carneiro.	28.09.77	SENADOR ITALI VIO COELHO.	28.09.77			
PROJETO LEI SENADO Nº 195/77: Altera o art. 1º da Lei nº 5 063, de 04 de julho de 1966. Autor: Senador Henrique de La Rocque.	28.09.77	SENADOR NELSON CARNEIRO.	28.09.77			
PROJETO LEI SENADO Nº 196/77: Estabelece multa de 10% ao dia, sobre a importância devida, quando o Banco depositário não liberar, em 10 dias, o FGTS. Autor: Senador Franco Montoro.	28.09.77	SENADOR HELVÍDIO NUNES.	28.09.77			

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO LEI SENADO Nº 197/77: Prorroga para 20 de junho de 1978, o início da vigência e prazo de regulamentação da Lei nº 6 435, de 15 de julho de 1977, que dispõe sobre a previdência privada, alterando, ainda, a redação de seu art. 42 § 5º. Autor: Senador Leite Chaves.	28.09.77	SENADOR NELSON CARNEIRO.	28.09.77			
PROJETO LEI SENADO Nº 156/77: (EMENDAS NºS 2-Substitutiva, 3, 4 e 5 de PLENÁRIO) Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos e dá outras providências. Autor: Senadores Nelson Carneiro e Accioly Filho.	28.09.77	SENADOR HEITOR DIAS.	29.09.77			
PROJETO LEI SENADO Nº 198/77: Introduz alteração no § 1º do art. 5º da Lei nº 3 307, de 26.08.1960, para o fim de determinar a filiação previdenciária obrigatória dos ministros de confissão religiosa. Autor: Senador Nelson Carneiro.	29.09.77	SENADOR HEITOR DIAS.	29.09.77			

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO LEI SENADO Nº 199/77: Acrescenta parágrafo ao art. 143 do Decreto-lei nº 5.452, de 19 de maio de 1943, passando a ser o 19 o parágrafo único. Autor: Senador Orestes Quêrcia.	29.09.77	SENADOR NELSON CARNEIRO	29.09.77			
PROJETO LEI SENADO Nº 202/77: Estabelece exigência para o registro de imóvel integrante de condomínio. Autor: Senador Heitor Dias.	29.09.77	SENADOR OTTO LEMANN	29.09.77			
PROJETO LEI SENADO Nº 201/77: Limita o comércio de livros a estabelecimentos especializados no ramo e dá outras providências. Autor: Senador Heitor Dias.	29.09.77	SENADOR NELSON CARNEIRO	29.09.77			

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO LEI SENADO Nº 200/77: Acrescenta dispositivos à Lei nº 6.195, de 19 de dezembro de 1974. Autor: Senador Nelson Carneiro.	29.09.77	SENADOR ITALIANO COLLIO	29.09.77			

SÍNTESE DOS TRABALHOS DA COMISSÃO

Reuniões Ordinárias	3
Reuniões Extraordinárias	-
Projetos relatados	67
Projetos distribuídos	53
Projetos em diligência	-
Ofícios recebidos	15
Ofícios expedidos	5
Pedidos de vista	9
Emendas apresentadas	16
Subemendas apresentadas	-
Substitutivos	3
Projetos de Resolução	1
Declarações de voto	5
Comparecimento de autoridades	-
Votos com restrições	14
Convites expedidos	-

Brasília, em 30 de setembro de 1977

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE SETEMBRO DE 19 77

PRESIDENTE: SENADOR WILSON GONÇALVES

ASSISTENTE: RONALDO PACHECO DE OLIVEIRA

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 170, DE 1977-DF</u> (Mensagem nº 186, de 1977 — nº 307, de 31.08.77, na origem). DISPÕE SOBRE O CONSELHO DE JUSTIFICAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR E DO CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	20.09.77	SENADOR ADALBERTO SENA	20.09.77			
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 171, DE 1977-DF</u> (Mensagem nº 187, de 1977 — nº 308, de 31.08.77, na origem). DISPÕE SOBRE O CONSELHO DE DISCIPLINA NA POLÍCIA MILITAR E NO CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	20.09.77	SENADOR ALEXANDRE COSTA	20.09.77			

6

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 1977-DF</u> (Mensagem nº 183, de 1977 — nº 304, de 31.08.77, na origem). ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO DISTRITO FEDERAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1978. <u>PARTES 1 -</u> CABINETE DO GOVERNADOR E PROCURADORIA GERAL	01.09.77	SENADOR SALDANHA DERZI	16.09.77			
<u>PARTES 2 -</u> SECRETARIA DO GOVERNO E SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		SENADOR OSIRES TEIXEIRA	16.09.77			
<u>PARTES 3 -</u> SECRETARIA DE FINANÇAS		SENADOR ALEXANDRE COSTA	16.09.77			
<u>PARTES 4 -</u> SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA.		SENADOR CATTETE FONSECA	16.09.77			
<u>PARTES 5 -</u> SECRETARIA DE SAÚDE E SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS		SENADOR HEITOR DIAS	16.09.77			
<u>PARTES 6 -</u> SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS E SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS ...		SENADOR ADALBERTO SENA	16.09.77			
<u>PARTES 7 -</u> SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO		SENADOR LÁZARO BARBOZA	16.09.77			
<u>PARTES 8 -</u> SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA .		SENADOR ITAMAR FRANCO	16.09.77			
<u>PARTES 9 -</u> TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, RECEITA E TEXTO DA LEI ...		SENADOR MURILLO PARAISO	16.09.77			

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 168, DE 1977-DF</u> (Mensagem nº 182, de 1977 — nº 305, de 31.08.77, na origem). APROVA O ORÇAMENTO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DO DISTRITO FEDERAL PARA O TRÍMIO 1978/1980.	01.09.77					
<u>PARTE 1</u> - GABINETE DO GOVERNADOR E PROCURADORIA GERAL		SENADOR SALDANHA DERZI	16.09.77			
<u>PARTE 2</u> - SECRETARIA DO GOVERNO E SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		SENADOR OSIRES TEIXEIRA	16.09.77			
<u>PARTE 3</u> - SECRETARIA DE FINANÇAS		SENADOR ALEXANDRE COSTA	16.09.77			
<u>PARTE 4</u> - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA.		SENADOR CATETE FERNES	16.09.77			
<u>PARTE 5</u> - SECRETARIA DE SAÚDE E SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS		SENADOR HEITOR DIAS	16.09.77			
<u>PARTE 6</u> - SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS E SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS ...		SENADOR ADALBERTO SENA	16.09.77			
<u>PARTE 7</u> - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO		SENADOR LÁZARO BARBOZA	16.09.77			
<u>PARTE 8</u> - SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA .		SENADOR ITAMAR FRANCO	16.09.77			
<u>PARTE 9</u> - TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, RECEITA E TEXTO DA LEI ...		SENADOR MURILO PARAÍSO	16.09.77			

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 135, DE 1977-DF</u> (Mensagem nº 125, de 1977 — nº 202, de 21.06.77, na origem). AUTORIZA A CRIAÇÃO DE EMPRESA PÚBLICA, SOB A DENOMINAÇÃO DE EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL - EMATER/DF, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	15.09.77	SENADOR OSIRES TEIXEIRA	15.09.77	FAVORÁVEL AO PROJETO.		Vista ao Sr. Senador Itamar Franco, em reunião de 22.09.77.

SÍNTESE DOS TRABALHOS DA COMISSÃO

REUNIÕES ORDINÁRIAS	1
PROJETOS RECEBIDOS	21
PROJETOS DISTRIBUÍDOS	21
PROJETOS RELATADOS	1
PEDIDOS DE VISTA	1
OFÍCIOS EXPEDIDOS	1

Brasília, 30 de setembro de 1977

COMISSÃO DE ECONOMIA

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE SETEMBRO DE 1977.

PRESIDENTE: SENADOR MARCOS FREIRE

ASSISTENTE: DANIEL REIS DE SOUZA

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
MESSAGEM Nº 195, de 1 977 Do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Aracaju (SE) a elevar em Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	09.09.77	Senador AUGUSTO FRANCO ***** Redistribuída ao Senador ARNON DE MELLO	12.09.77 ***** 13.09.77	Parecer favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.	Aprova o parecer, em 13.09.77	Há voto com restrições do Senador Franco Montoro.
MESSAGEM Nº 196, de 1 977 Do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Aracaju (SE) a elevar em Cr\$9.500.000,00 (nove milhões e quinhentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	09.09.77	Senador AUGUSTO FRANCO ***** Redistribuída ao Senador ARNON DE MELLO	12.09.77 ***** 13.09.77	Parecer favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.	Aprova o parecer, em 13.09.77	Há voto com restrições do Senador Franco Montoro.

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
MESSAGEM Nº 201, de 1 977 Do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Iguaçu (PR) a elevar em Cr\$18.520.000,00 (dezoito milhões, quinhentos e vinte mil e sessenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	09.09.77	Senador OTAIR BECKER ***** Redistribuída ao Senador MILTON CABRAL	12.09.77 ***** 13.09.77	Parecer favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.	Aprova o parecer, em 13.09.77	Há voto com restrições do Senador Franco Montoro.
MESSAGEM Nº 204, de 1 977 Do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Natal (RN) a elevar em Cr\$2.553.035,60 (dois milhões, quinhentos e cinquenta e três mil, trinta e cinco cruzeiros e sessenta centavos) o montante de sua dívida consolidada.	09.09.77	Senador DINARTE MARIZ	12.09.77	Parecer favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.	Aprova o parecer, em 13.09.77	Há voto com restrições do Senador Franco Montoro.
MESSAGEM Nº 206, de 1 977 Do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Santos (SP) a elevar em Cr\$34.564.618,40 (trinta e quatro milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e dezoito cruzeiros e quarenta centavos) o montante de sua dívida consolidada.	09.09.77	Senador FRANCO MONTORO	12.09.77	Parecer favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.	Aprova o parecer, em 13.09.77	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
MESSAGEM Nº 208, de 1 977 Do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Três Lagoas (MT) a elevar em Cr\$7.000.000,00 (sete milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	09.09.77	Senador VASCONCELOS TORRES ***** Redistribuída ao Senador MILTON CABRAL	12.09.77 ***** 13.09.77	Parecer favorável, concludindo por apresentar um Projeto de Resolução.	Aprova o parecer, em 13.09.77	Há voto com restrições do Senador Franco Montoro.
MESSAGEM Nº 191, de 1 977 Do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal, para que seja autorizado o Governo do Estado de São Paulo a elevar em Cr\$1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	09.09.77	Senador FRANCO MONTORO ***** Redistribuída ao Senador CRESTES QUÉRCIA	13.09.77 ***** 13.09.77	Parecer favorável, concludindo por apresentar um Projeto de Resolução.	Aprova o parecer, em 13.09.77	Há voto com restrições do Senador Franco Montoro.
MESSAGEM Nº 192, de 1 977 Do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal, para que seja autorizado o Governo do Estado do Paraná a elevar em Cr\$6.363.000,00 (seis milhões, trezentos e sessenta e três mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	09.09.77	Senador OTAIR BECKER	19.09.77	Parecer favorável, concludindo por apresentar um Projeto de Resolução.	Aprova o parecer, em 21.09.77	Há voto com restrições do Senador Franco Montoro.

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
MESSAGEM Nº 193, de 1 977 Do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal, para que seja autorizado o Governo do Estado do Ceará a elevar em Cr\$18.846.074,00 (dezoito milhões, oitocentos e quarenta e seis mil e setenta e quatro cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	09.09.77	Senador LUIZ CAVALCANTE	19.09.77	Parecer favorável, concludindo por apresentar um Projeto de Resolução.	Aprova o parecer, em 21.09.77	Há voto com restrições do Senador Franco Montoro.
MESSAGEM Nº 194, de 1 977 Do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal, para que seja autorizado o Governo do Estado de Pernambuco a elevar em Cr\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	09.09.77	Senador MURILO PARAISO	16.09.77	Parecer favorável, concludindo por apresentar um Projeto de Resolução.	Aprova o parecer, em 21.09.77	
MESSAGEM Nº 197, de 1 977 Do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz (PR) a elevar em Cr\$4.884.388,10 (quatro milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil, trezentos e oitenta e oito cruzeiros e dez centavos) o montante de sua dívida consolidada.	09.09.77	Senador OTAIR BECKER	12.09.77	Parecer favorável, concludindo por apresentar um Projeto de Resolução.	Aprova o parecer, em 21.09.77	Há voto com restrições do Senador Franco Montoro.

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
MESSAGEM Nº 199, de 1 977 Do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Faxinal (PR) a elevar em Cr\$4.657.107,79 (quatro milhões, seiscentos e cinquenta e sete mil, cento e sete cruzeiros e setenta e nove centavos) o montante de sua dívida consolidada.	09.09.77	Senador ORES TES QUÉRCIA	12.09.77	Parecer favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.	Aprova o parecer, em 21.09.77	Há voto com restrições do Senador Franco Montoro.
MESSAGEM Nº 200, de 1 977 Do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Fortaleza (CE) a elevar em Cr\$1.340.998,51 (um milhão, trezentos e quarenta mil, novecentos e noventa e oito cruzeiros e cinquenta e um centavos) o montante de sua dívida consolidada.	09.09.77	Senador MILTON CABRAL ***** Redistribuída ao Senador AUGUSTO FRANCO	12.09.77 ***** 21.09.77	Parecer favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.	Aprova o parecer, em 21.09.77	Há voto com restrições do Senador Franco Montoro.
MESSAGEM Nº 202, de 1 977 Do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Manaus (AM) a elevar em Cr\$14.480.000,00 (quatorze milhões, quatrocentos e oitenta mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	09.09.77	Senador MILTON CABRAL ***** Redistribuída ao Senador AUGUSTO FRANCO	12.09.77 ***** 21.09.77	Parecer favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.	Aprova o parecer, em 21.09.77	Há voto com restrições do Senador Franco Montoro.

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
MESSAGEM Nº 203, de 1 977 Do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon (PR) a elevar em Cr\$..... 18.326.433,50 (dezoito milhões, trezentos e vinte e seis mil, quatrocentos e trinta e três cruzeiros e cinquenta centavos) o montante de sua dívida consolidada.	09.09.77	Senador DINARTE MARIZ	12.09.77	Parecer Favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.	Aprova o parecer, em 21.09.77	Há voto com restrições do Senador Franco Montoro.
MESSAGEM Nº 207, de 1 977 Do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata (PE) a elevar em Cr\$..... 552.100,00 (quinhentos e vinte e dois mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	09.09.77	Senador MARCOS FREIRE (AVOCADO)	12.09.77	Parecer favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.	Aprova o parecer, em 21.09.77	-
MESSAGEM Nº 209, de 1 977 Do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal, para que seja autorizada a Fundação Faculdade de Agronomia Luiz Meneghel, do Município de Bandeirantes (PR) a elevar em Cr\$ 13.000.000,00 (treze milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	09.09.77	Senador LUIZ CAVALCANTE	12.09.77	Parecer favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.	Aprova o parecer, em 21.09.77	Há voto com restrições do Senador Franco Montoro.

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
MENSAGEM Nº 56, de 1 977 Do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal, para que seja autorizado o Departamento de Água e Esgoto de Presidente Prudente (SP) a elevar em crê... l.306.529,00 (hum milhão, trezentos e seis mil, quinhentos e vinte e nove cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	15.09.77	Senador FRANCO MONTORO	15.09.77			Votou à CE com o parecer da CCJ, favorável à proposição.
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, de 1 977 Dispõe sobre a transferência do controle do capital de firmas nacionais para pessoas jurídicas estrangeiras. Autor: Deputado Humberto Lucena	10.06.77	Senador ROBERTO SATURNINO	16.06.77			Incluído nas pautas das reuniões dos dias 13 e 28 de setembro e adiada a apreciação do parecer, por de terminação da presidência.
MENSAGEM Nº 198, de 1 977 Do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Barretos (SP) a elevar em Cr\$1.752.204,65 (hum milhão, setecentos e cinquenta e dois mil duzentos e quatro cruzeiros e sessenta e cinco centavos) o montante de sua dívida consolidada.	09.09.77	Senador CRESPIES QUÉRCIA	12.09.77	Parecer favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.	Aprova o parecer, em 28.09.77	Há voto com restrições do Senador Franco Montoro.

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 52, de 1 976. Torna obrigatória a prova de quitação das contribuições ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, para que as empresas pratiquem os atos que especifica, e dá outras providências. Autor: Senador Nelson Carneiro	31.08.77	Senador FRANCO MONTORO	13.09.77			
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, de 1 976. Dispõe sobre o enquadramento das empresas locadoras de serviços nos aeroportos e dá outras providências. Autor: Senador Franco Montoro	02.09.77	Senador VASCONCELOS TORRES	13.09.77			
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 154, de 1 977. Altera a redação do artigo 12 do Decreto-lei nº 406, de 31 de dezembro de 1 968. Autor: Senador Cattete Pinheiro	31.08.77	Senador ROBERTO SATURNINO ***** Redistribuído ao Senador FRANCO MONTORO	13.09.77 ***** 23.09.77			

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 124, de 1 975. Estabelece restrições à comercialização de drogas e medicamentos, na forma que especifica. Autor: Senador Orestes Quêrcia	01.07.77	Senador AUGUSTO FRANCO	01.08.77	Parecer contrário.	Concede vista ao Senador Orestes Quêrcia em 28.09.77	Ao Senador Orestes Quêrcia, em 28.9.7
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 269, de 1 975 Altera a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União na parte que indica. Autor: Senador Mauro Benevides	20.04.77	Senador LUIZ CAVALCANTE	27.04.77	Parecer favorável.	Aprova o parecer, em 28.09.77	Há voto vendido do Senador Franco Montoro.
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 161, de 1 976. Concede ao trabalhador um dia útil de folga, por mês, para tratar de interesses particulares. Senador Vasconcelos Torres	19.03.77	Senador MILTON CABRAL	27.09.77	Parecer contrário.	Aprova o parecer, em 28.09.77	Há votos vendidos dos Senadores Orestes Quêrcia e Franco Montoro.

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
MENSAGEM Nº 216, de 1 977 Do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Juiz de Fora (MG) a elevar em Cr\$349.479.200,00 (trezentos e quarenta e nove milhões, quatrocentos e setenta e nove mil e duzentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	26.09.77	Senador MILTON CABRAL	27.09.77	Parecer favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.	Aprova o parecer, em 28.09.77	-
MENSAGEM Nº 217, de 1 977 Do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Campo Grande (MT) a elevar em Cr\$292.245.000,00 (duzentos e noventa e dois milhões, duzentos e quarenta e cinco mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	26.09.77	Senador MILTON CABRAL	27.09.77	Parecer favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.	Aprova o parecer, em 28.09.77	Há voto com restrições do Senador Franco Montoro.
MENSAGEM Nº 218, de 1 977 Do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Manaus (AM) a elevar em Cr\$7.098.139,00 (sete milhões, noventa e oito mil, cento e trinta e nove cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	26.09.77	Senador MURILO PARAISO	27.09.77			

NUMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
MENSAGEM Nº 219, de 1 977 Do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal, para que seja autorizada o PROCAPE - Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresas - Autarquia vinculada à Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina - a elevar em Cr\$..... 4.004.100,00 (quatro milhões, quatro mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	26.09.77	Senador OTAIR BECKER	27.09.77			
MENSAGEM Nº 221, de 1 977 Do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal, para que seja autorizado o Governo do Estado do Pará a elevar em Cr\$187.582.324,00 (cento e oitenta e sete milhões, quinhentos e oitenta e dois mil, trezentos e vinte e quatro cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	26.09.77	Senador VASCONCELOS TORRES	27.09.77			
MENSAGEM Nº 220, de 1 977 Do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal, para que seja autorizado o Governo do Estado de Minas Gerais a elevar em Cr\$18.599.050,00 (dezoito milhões, quinhentos e noventa e nove mil e cinquenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	26.09.77	Senador DINARTE MARIZ	27.09.77			

NUMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 281, de 1 976. Estabelece a obrigatoriedade de garantia, a ser dada pelo fabricante para os pneus comercializados. Autor: Senador Vasconcelos Torres	15.09.77	Senador MURILO PARAISO	23.09.77			
MENSAGEM Nº 205, de 1 977 Do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul (PR) a elevar em Cr\$6.538.123,65 (seis milhões, quinhentos e trinta e oito mil, cento e vinte e três cruzeiros e sessenta e cinco centavos) o montante de sua dívida consolidada.	09.09.77	Senador OTAIR BECKER ***** Redistribuída ao Senador LUIZ CAVALCANTE	12.09.77 ***** 28.09.77	Paracar favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.	Aprova o parecer, em 28.09.77	Há voto com restrições do Senador Franco Montoro.

SÍNTESE DOS TRABALHOS DA COMISSÃO

Reuniões Ordinárias	2
Reuniões Extraordinárias	1
Projetos relatados	24
Projetos distribuídos	31
Projetos em diligência	-
Ofícios recebidos	-
Ofícios expedidos	2
Pedidos de vista	1
Emendas apresentadas	-
Subemendas apresentadas	-
Substitutivos	-
Projetos de Resolução	21
Declarações de voto	-
Comparecimento de autoridades	1
Votos com restrições	20
Convites expedidos	600

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE SETEMBRO DE 1977

PRESIDENTE: Senador JOÃO CALMON

ASSISTENTE: CLEIDE MARIA BARBOSA FERREIRA CRUZ

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 13, DE 1 977, que "Torna a casa em que morou o Duque de Caxias na rua Conde de Bonfim, no Rio de Janeiro, e dá outras providências". AUTOR: Senador Vasconcelos Torres	20.04.77	Senador OTTO LEHMANN.	28.04.77	Favorável.	Aprovado, em 19.09.77	
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 269, DE 1 976, que "Inclui a disciplina de "Noções Gerais de Trânsito" no currículo pleno dos estabelecimentos de ensino de 1º Grau". PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 45, DE 1 977, que "Acredita dispositivo à Lei de Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º Graus, de modo a tornar obrigatório o ensino de noções de trânsito". (TRAMITANDO CONJUNTAMENTE)	25.05.77 ***** 26.05.77	Senador ADALBERTO SENA.	27.05.77	Favorável ao PLS Nº 269/76, ficando prejudicado o PLS nº 45/77.	Aprovado, em 19.09.77.	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 196, de 1 976, que "Assegura a transferência de matrícula de universitários funcionários públicos estaduais, nas condições que especifica". AUTOR: Senador Nelson Carneiro	15.09.77	Senador HEITOR DIAS.	23.09.77			
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 97, de 1 977, que "Dispõe sobre a propaganda comercial nos uniformes esportivos do atleta profissional de futebol, e dá outras providências". AUTOR: Senador Benjamim Farah	16.06.77	Senador OTTO LEHMANN.	23.09.77			
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, de 1 977, que "Dispõe sobre a instalação de concurso público para escolha do hino oficial ao 13 de maio". AUTOR: Deputado Sylvio Venturolii	15.08.77	Senador HEITOR DIAS.	22.09.77			

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, de 1 977, que "Acrescenta dispositivos à Lei nº 3 577, de 04 de julho de 1 959". AUTOR: Deputado FRANCISCO AMARAL	08.09.77	Senador RUY SANTOS	22.09.77			
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 72, de 1 977, que "Transfere o Museu do Açúcar do Instituto do Açúcar e do Alcool para o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, e dá outras providências". AUTOR: Poder Executivo	01.09.77	Senador RUY SANTOS	22.09.77			
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 73, de 1 977, que "Veda a exibição de cartaz cinematográfico que não seja criado, produzido e impresso por brasileiro ou empresa brasileira". AUTOR: Deputado JG DE ARAÚJO JORGE	09.09.77	Senador HELVÍDIO NUNES.	22.09.77			

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 134, de 1 975, que "Institui o Dia Brasileiro de Estudos Antárticos". AUTOR: Senador Vasconcelos Torres	28.04.77	Senador CATTE- TE PINHEIRO. ***** Senador ADAL- BERTO SENA.	28.04.77* ***** 22.09.77			
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 149, de 1 977, que "Dispõe sobre a localização das sedes do Conselho Nacional de Desportos e da Confederação Brasileira de Desportos, e dá outras providências". AUTOR: Senador Orestes Quêrcia	19.08.77	Senador HELVÍ- DIO NUNES.	23.09.77			
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 237, de 1 976, que "Dispõe sobre o ensino obrigatório, em todos os cursos jurídicos do País, da disciplina "Direitos Humanos Fundamentais". AUTOR: Senador ITAMAR FRANCO	31.08.77 para reexa- me da matê- ria.	Senador OTTO LEHMANN.	01.09.77			

DURANTE O MÊS DE SETEMBRO, FORAM REALIZADAS AS SEGUINTEs CONFERÊNCIAS:

- 1) Pelo Sr. Professor RAYMUNDO MONIZ DE ARAGÃO, Ministro da Educação e Cultura no Governo de Castello Branco.
- 2) Pelo Sr. Professor CLEMENTE MARIANI BITTENCOURT, Ministro da Educação e Cultura no Governo de Eurico Gaspar Dutra.
- 4) Pelos Srs. MÁRCIO BRAGA e ARTHUR ANTUNES, Presidente e Jogador do Clube de Regatas do Flamengo, respectivamente, sobre "A Situação do Desporto Brasileiro".

SÍNTESE DOS TRABALHOS DA COMISSÃO

Reuniões Ordinárias	01
Projetos relatados	02
Projetos distribuídos	09
Comparecimento de autoridades	04
Convites expedidos	800

Brasília, em 30 de setembro de 1977.

COMISSÃO DE FINANÇAS

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE SETEMBRO DE 1977

PRESIDENTE: PAULO BROSSARD

ASSISTENTE: CÂNDIDO HIPPERTT

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14/74</u> Estende, sem limite de idade, os benefícios e serviços da previdência social a todos os que exerciam a atividade de empregado doméstico na data da publicação da Lei nº 5859, de 11 de dezembro de 1972.	02.09.77	Senador RUY SANTOS	15.09.77	Contrário	Aprovação do parecer, com voto vencido do Senador Cunha Lima (22.09.77)	
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 40/72</u> Dispõe sobre a propaganda comercial de produtos de consumo público, estabelece obrigatoriedade da descrição de qualidade nas respectivas embalagens e determina outras providências.	04.05.73	Senador LOURIVAL BAPTISTA	15.03.77			Retornando à Comissão, sem as informações solicitadas ao Min. da Ind. e do Comércio, foi encaminhado ao Relator. (16.09.77)

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 09/75</u> Regulamenta a profissão de empregados de edifícios e dá outras providências.	02.09.77	Senador RUY SANTOS	15.09.77	Contrário	Aprovação do parecer (22.09.77)	T rranitando com o PLS-25/77.
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 70/75</u> Autoriza os municípios localizados na Amazônia Legal a empregar suas cotas do Fundo Rodoviário Nacional no setor que especifica.	17.06.77	Senador BRAGA JÚNIOR	28.06.77	Favorável	Rejeitado o parecer do Relator, é designado Relator de Vencido o Senador Ruy Santos, REJEITA O Projeto, com Voto vencido, em separado, do Sen. Braga Jr. (15.09.77)	
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 119/75</u> Altera a redação do parágrafo único do artigo 49 da Lei nº 5.890, de 08 de junho de 1973.	12.08.77	Senador DOMÍCIO GONDIM	22.08.77	Favorável	Aprovação do parecer (15.09.77)	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 194/75</u> Dá nova redação ao caput do art. 5º da Lei nº 4.923, de 23 de dezembro de 1965, assegurando melhor amparo ao desempregado.	22.09.77					
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 269/75</u> Altera a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União na parte que indica.	28.09.77					
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 05/76</u> Acrescenta parágrafo ao artigo 11 da Lei Orgânica da Previdência Social.	12.08.77	Senador BRAGA JÚNIOR	22.08.77	Parecer pela audiência do MPAS	Aprovação do parecer (15.09.77)	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 109/76</u> Acrescenta dispositivos à Lei nº 2.800, de 18 de junho de 1956, que "cria os Conselhos Federal e Regionais de Química, dispõe sobre o exercício da profissão de Químico, e dá outras providências".	06.05.77	Senador DOMÍCIO GONDIM	13.05.77			Retorna à CF, para reexame (29.09.77) Tramitando com os projetos nºs 112 e 119, de 1976, ambos do Senado.
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 112/76</u> Acrescenta dispositivos à Lei nº 2.800, de 18 de junho de 1956, que "cria os Conselhos Federal e Regionais de Química, dispõe sobre o exercício da profissão de químico, e dá outras providências".	06.05.77	Senador DOMÍCIO GONDIM	13.05.77			Retorna à CF, para reexame (29.09.77) Tramitando com os projetos nºs 109 e 119, de 1976, ambos do Senado.
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 119/76</u> Acrescenta dispositivos à Lei nº 2.800, de 18 de junho de 1956, que "cria os Conselhos	06.05.77	Senador DOMÍCIO GONDIM	13.05.77			

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 128/76</u> Dispõe sobre o exercício da profissão de Corretor de Imóveis.	02.09.77	Senador MATTOS LEÃO	15.09.77			Tramitando em conjunto com o PLC-26/77 e com o PLS131/75
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 131/76</u> Disciplina o exercício da profissão de Corretor de Imóveis em todo o território nacional.	02.09.77	Senador MATTOS LEÃO	15.09.77			Tramitando em conjunto com o PLS-128/76 e com o PLC-26/77
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 155/76</u> Determina a revisão trimestral do salário-mínimo e dá outras providências.	31.08.77	Senador LENOIR VARGAS	16.09.77			

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214/76</u> Acrescenta parágrafos ao art. 2º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, e dá outras providências.	02.09.77	Senador WILSON GONÇALVES	15.09.77			
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 13/77</u> Tomba a casa em que morou o Duque de Caxias, na Rua Conde de Bonfim, no Rio de Janeiro, e dá outras providências.	02.09.77	Senador CUNHA LIMA	15.09.77			
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 25/77</u> Dispõe sobre as relações de trabalho dos empregados em edifícios e outras edificações similares.	02.09.77	Senador RUY SANTOS	15.09.77	Parecer contrário	Aprovação do parecer (22.09.77)	Tramitando em conjunto com o PLS-09/75

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 53/77-DF</u> Autoriza o Governo do Distrito Federal a contrair empréstimos destinados à elaboração e execução de programas de desenvolvimento urbano e dá outras providências.	11.05.77	Senador ROBERTO SATURNINO	13.05.77	Parecer preliminar pela audiência junto ao GDF	Aprovação do parecer (02.06.77)	Em 09.09.77, após atendida a diligência, retorna à CF.
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 73/77</u> Dispõe sobre troco obrigatório e dá outras providências.	08.06.77	Senador LENOIR VARGAS	16.06.77	Parecer contrário	Aprovação do parecer (15.09.77)	
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 85/77</u> Dá nova redação ao § 1º do artigo 381 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	02.09.77	Senador DOMÍCIO GONDIM	15.09.77			

NUMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 127/77</u> Dispõe sobre critério para cálculo de indenizações nas rescisões de contrato de trabalho.	02.09.77	Senador HELVIDIO NUNES	15.09.77			
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 134/77</u> Acrescenta § 3º ao artigo 10 da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966 - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	02.09.77	Senador DOMÍCIO GONDIM	16.09.77			
<u>PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 82/74</u> Institui a "anotação técnica de responsabilidade" na prestação de serviços de engenharia, de arquitetura e agronomia, e dá outras providências.	02.08.74	Senador VIRGÍLIO TÁVORA	24.04.75	Parecer pela aprovação do Substitutivo de Plenário e das Subemendas 1 a 4-CCJ, 5 e 6 -CLS e 7-CE	Aprovação do parecer (15.09.77)	Retornou à CF, em 27.04.77, para exame do Substitutivo de Plenário.

NUMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60/76</u> Acrescenta parágrafo ao art. 13 da Lei nº 5.890, de 08 de junho de 1973, que alterou a legislação da previdência social.	02.05.77	Senador LENOIR VARGAS	13.05.77	Audiência do MPAS (preliminar)	Aprovação do parecer (15.09.77)	
<u>PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 26/77</u> Dá nova regulamentação à profissão de Corretor de Imóveis, disciplina o funcionamento de seus órgãos de fiscalização e dá outras providências.	02.09.77	Senador MATTOS LEÃO	15.09.77			Tramitando com o PLS-128/76 e com o PLS-131/76 de 1976.
<u>PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 30/77</u> Estabelece critério especial de recolhimento do imposto de renda para as pessoas que especifica, e dá outras providências.	06.05.77	Senador MAGALHÃES PINTO	13.05.77	Parecer preliminar pela audiência do Min.Fazenda	Aprovação do parecer (21.06.77)	28.09.77 - Retorna à CF, com as informações solicitadas.

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 45/77</u> Fetifica, sem ônus, a Lei nº 6.395, de 09 de dezembro de 1976, que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1977".	03.08.77	Senador MAGALHÃES PINTO	11.08.77	Parecer favorável, nos termos do Substitutivo apresentado.	Aprovação do parecer (15.09.77)	
<u>PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 57/77</u> Dispõe sobre a inspeção e a fiscalização obrigatórias do sêmen destinado à inseminação artificial em animais domésticos, e dá outras providências.	16.08.77	Senador DOMÍCIO GONDIM	22.08.77	Parecer favorável	Aprovação do parecer (15.09.77)	
<u>PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 59/77</u> Concede pensão especial a DULCE EVERS DE ABREU, viúva de Manoel Dias de Abreu.	09.08.77	Senador DOMÍCIO GONDIM	16.08.77	Parecer favorável	Aprovação do parecer (19.08.77)	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64/77</u> Altera o Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, incluindo a ligação ferroviária Guarapuava-Prudentópolis-Ipiranga.	31.08.77	Senador VIRGÍLIO TÁVORA	15.09.77			
<u>PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 78/77</u> Concede pensão especial a NAIR VIANA CAFFÉ, vítima do torpedeamento do navio Afonso Pena, durante a Segunda Guerra Mundial.	15.09.77	Senador WILSON GONÇALVES	22.09.77	Parecer favorável	Aprovação do parecer (30.09.77)	
<u>PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 79/77</u> Concede pensão especial a AMARINA DE LOYOLA PESSOA.	15.09.77	Senador HEITOR DIAS	22.09.77	Parecer favorável	Aprovação do parecer (30.09.77)	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 84/77</u> Concede promoção, pelo princípio da bravura, ao 2º Sargento do Exército, SÍLVIO DELMAR HOLEMBACH.	15.09.77	Senador HEITOR DIAS	22.09.77	Parecer favorável	Aprovação do parecer (30.09.77)	
<u>OFÍCIO "S" Nº 04/76</u> Do Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal, reiterando o Parecer Prévio emitido em 27 de agosto de 1974, pela aprovação das Contas do Governo do Distrito Federal, relativas ao exercício de 1973.	17.03.77	Senador CAPTETE PINHEIRO	22.09.77			Tramitando em conjunto com os Ofícios "S" nºs. 19/74 e 26/74.
<u>OFÍCIO "S" Nº 15/76</u> Do Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal, encaminhando ao Senado Federal o Relatório e Parecer Prévio daquele Tribunal sobre as Contas do Governo do Distrito Federal relativas ao exercício de 1975	15.09.77	Senador HEITOR DIAS	22.09.77			
<u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 15/75</u> Aprova as contas da Rede Ferroviária Federal e de suas subsidiárias, relativas ao exercício de 1971.	04.06.77	Senador VIRGÍLIO TÁVORA	02.08.77	Parecer pelo arquivamento	Aprovação do parecer (15.09.77)	
<u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 05/77</u> Aprova as contas da Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS - e de suas subsidiárias, relativas ao exercício de 1974.	23.06.77	Senador VIRGÍLIO TÁVORA	11.08.77	Parecer pelo arquivamento	Aprovação do parecer (15.09.77)	
<u>PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41/76</u> Amplia a competência do SERPRO para prestar serviços à iniciativa privada.	29.09.77					
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 104/77</u> Dispõe sobre a doação de terras aos ex-combatentes da FEB.	29.09.77					

SÍNTESE DOS TRABALHOS

REUNIÕES REALIZADAS.....	3
PROPOSIÇÕES RECEBIDAS.....	19
PROPOSIÇÕES DISTRIBUÍDAS.....	20
PARECERES PROFERIDOS.....	20
PEDIDOS DE DILIGÊNCIA.....	2
VOTOS EM SEPARADO.....	2

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MES DE SETEMBRO DE 1977.

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ ESTEVES

ASSISTENTE: DANIEL RIBEIRO DE SOUZA

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 47, de 1 973. Dispõe sobre o salário-mínimo profissional do contador e do técnico em contabilidade. Autor: Senador Franco Montoro	20.04.77	Senador JARBAS PASSARINHO	27.04.77	Parecer contrário.	Aprova o parecer, em 01.09.77	
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, de 1974. Estabelece, com limite de idade, as condições e serviços da previdência social a todos os que exercem a atividade de emprego estatístico na data da publicação da Lei nº 5.052, de 11 de dezembro de 1 972. Autor: Senador Franco Montoro	16.03.77	Senador LOURIVAL RIBEIRO ***** Vista do Senador ORESTES QUÉRCIA	17.03.77 ***** 02.06.77	Parecer contrário.	Aprova o parecer, em 01.09.77	O Senador Orestes Quêrcia devolve o projeto à Comissão sem voto em separado.

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 84, de 1 974. Institui dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1 943. Autor: Senador Nelson Carneiro	17.03.77	Senador JARBAS PASSARINHO	17.03.77	Parecer favorável ao projeto e ao PLS 221/75, na forma da emenda nº 1-OLS (Substitutivo) que oferece.	Aprova o parecer, em 01.09.77	O projeto tem transição com o PLS 221/75.
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 100, de 1 974. Altera o artigo 10, da lei nº 5.107, de 13.03.76, que criou o Fundo de Garantia do Tempo e Serviço, a fim de assegurar direitos aos empregados estatáveis, extintos em 1975. Autor: Senador José Estêves	16.03.77	Senador FRANCO MONTORO	17.03.77	Parecer por audição das Cofins, Federais Empregados e Empregadores da Ind. e do Comércio.	Aprova o parecer, em 01.09.77	
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 9, de 1 975. Estabelece a profissão de empregados de estatísticas, e dá outras providências. Autor: Senador Nelson Carneiro	10.08.77	Senador REY SANTOS	11.08.77	Parecer contrário ao projeto e ao PLS 25/77, em anexo.	Aprova o parecer, em 01.09.77	Tramita em conjunto com o PLS 25/77

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 242, de 1 975. Institui a remuneração mínima obrigatória para os motoristas profissionais, fixando a jornada de trabalho e dá outras providências. Autor: Senador Orestes Quêrcia	17.03.77	Senador JAR- BAS PASSARINEO	17.03.77	Parecer favorável ao projeto e ao PLS nº 84/74, na forma da trep. de nº 1-CLT (Substitutivo) que oferece.	Aprova o parecer, em 01.09.77	Institui o contrato com o PLS 84/74.
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 242, de 1 975. Institui sobre a reserva de vagas para o aumento das espreições reduzidos ou profissionais, dando nova redação ao Artigo 55 da Lei nº 3 807, de 28 de agosto de 1 960. Autor: Senador Franco Montoro	16.03.77	Senador LOU- RIVAL BAPTIS- TA ***** Vista ao Sen- ador Orestes Quêrcia	17.03.77 ***** 02.06.77	Parecer con- trário.	Aprova o parecer, em 01.09.77	O Senador O- restes Quêr- cia envolve o projeto à Co- missão de Vo- to na Segun- da.
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, de 1 976. Altera o parágrafo único do Artigo 566 da Constituição das Leis do Trabalho, aprova o PLS Montoro-lei nº 5 452, de 12 de maio de 1 973. Autor: Deputado Fausto Vieira	11.03.77	Senador FRAY- CO MONTEIRO ***** Senador RUY SANTOS	26.05.77 ***** 01.09.77	Parecer con- trário.	Aprova o parecer, em 01.09.77	Nº 12 de 24 Segunda-feira da Câmara de Representa- ção.

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 95, de 1976. Altera a redação dos dispositivos da Constituição das Leis do Trabalho. (Lei nº 5 452, de 12 de maio de 1 973). Autor: Deputado Francisco Amaral	02.06.77	Senador JAR- BAS PASSARINEO	02.06.77	Parecer favorável ao projeto e ao PLS nº 84/74, na forma da trep. de nº 1-CLT que oferece.	Aprova o parecer, em 01.09.77	
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 123, de 1 976. Altera sobre o exercício da profissão de Diretor de Indústria. Autor: Senador Henrique de La Rogaue	17.08.77	Senador RUY SANTOS	18.08.77	Parecer con- trário ao projeto e ao PLS 131/76 e favorável ao PLS 26/77 com as emendas nºs 2 e 3-CLT que o ferre (anexados).	Aprova o parecer, em 01.09.77	Nº 12 de 24 Segunda-feira da Câmara de Representação de Montoro e Lencir Vargas.
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 132, de 1 976. Altera sobre o exercício da profissão de Diretor de Indústria em todo o território nacional. Autor: Senador Benjamin Farah	17.08.77	Senador RUY SANTOS	18.08.77	Parecer con- trário ao projeto e ao PLS 131/76 e favorável ao PLS 26/77 com as emendas nºs 2 e 3-CLT que o ferre (anexados).	Aprova o parecer, em 01.09.77	Nº 12 de 24 Segunda-feira da Câmara de Representação de Montoro e Lencir Vargas.

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, de 1 976. Dispõe sobre o enquadramento das empresas prestadoras de serviços nos aeroportos e dá outras providências. Autor: Senador Franco Montoro	10.08.77	Senador RUY SANTOS	11.08.77	Parecer contrário.	Aprova o parecer, em 01.09.77	-
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 1 976. Adiciona parágrafo ao artigo 2º da Lei nº 3 107, de 13 de setembro de 1 966, e dá outras providências. Autor: Senador Nelson Carneiro	16.03.77	Senador JARBAS PASSARINHO	29.03.77	Parecer contrário.	Aprova o parecer, em 01.09.77	-
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 253, de 1 976. Dispõe sobre o exercício da profissão de Artista e dá outras providências. Autor: Senador Nelson Carneiro	16.03.77	Senador JARBAS PASSARINHO	17.03.77	Parecer por audiência do Ministério do Trabalho.	Aprova o parecer, em 01.09.77	-

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 09, de 1 977. Aumenta o salário profissional devido aos exercentes de atividades laborais qualificadas e dá outras providências. Autor: Senador Adalberto Silva	20.04.77	Senador JARBAS PASSARINHO	27.04.77	Parecer contrário.	Aprova o parecer, em 01.09.77	-
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 25, de 1 977. Dispõe sobre as relações de trabalho dos empregados em edifícios e outras edificações similares. Autor: Senador Nelson Carneiro	10.08.77	Senador RUY SANTOS	11.08.77	Parecer contrário ao projeto e ao PLS 9/75, em anexo.	Aprova o parecer, em 01.09.77	Tramita em conjunto com o PLS 9/75
PROJETO DE LEI DA CÂMERA Nº 26, de 1 977. Da nova regulamentação à profissão de Corretor de Imóveis, disciplina o funcionamento de seus órgãos de fiscalização e dá outras providências. Autor: Poder Executivo.	17.08.77	Senador RUY SANTOS	18.08.77	Parecer favorável ao PLS 26/77, com as Emendas Ns. 2 e 3-CLIS que oferece, e contrário aos PLS n.ºs. 128/76 e 131/76 (anexados)	Aprova o parecer, em 01.09.77	Há votos com restrições do Senadores Franco Montoro e Lenoir Vargas.

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 86, de 1 977. É nova redação ao § 1º do artigo 381 da Constituição das Leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto-lei nº 5 452, de 1º de maio de 1 943. Autor: Senador Nelson Carneiro	17.08.77	Senador RUY SANTOS	18.08.77	Parecer contrário	Aprova o parecer, em 01.09.77	-
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 127 de 1 977. Define sobre critérios para cálculo de indenizações, nas rescisões de contrato de trabalho. Autor: Senador Vasconcelos Torres	10.08.77	Senador LEONIR VARGAS	11.08.77	Parecer pela prejudicialidade do projeto.	Aprova o parecer, em 01.09.77	-
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 114, de 1 977. Alteração § 3º no artigo 10, da Lei nº 5 104, de 13 de setembro de 1 966 - Faj de 30 Garantia do Tempo de Serviço. Autor: Senador Nelson Carneiro	17.08.77	Senador RUY SANTOS	18.08.77	Parecer contrário.	Aprova o parecer, em 01.09.77	-

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, de 1 977. Altera as contribuições e pensões que serão concedidas aos Deputados Federais e Senadores pelo Instituto de Previdência dos Congressistas. Autor: Senador Henrique de La Roque	25.08.77	Senador RUY SANTOS	26.08.77	Parecer favorável ao projeto e à Emenda nº 1-CCJ	Aprova o parecer, em 01.09.77	-
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 51, de 1 975 Deve incluir no pagamento das férias bonas extraordinárias habitualmente presta das pelo empregado. Autor: Senador Franco Monteiro	28.04.77	Senador ADOIRILY FILHO	04.05.77			É encaminhado ao SUP, para ser anexado ao PL nº 74/77, em 12.09.77
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 194, de 1 975. Nova redação ao "caput" do artigo 5º da Lei nº 4 943, de 23 de dezembro de 1965, atribuindo melhor salário ao desempregado. Autor: Senador Orceles Quêrcia	27.11.75	Senador JESSE FREIRE	08.03.76	Parecer contrário.	Aprova o parecer, em 22.09.77	Há voto vencido do Senador Cunha Lima e voto contrário, vencido, do Senador Franco Monteiro

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, de 1 976 Acréscimo dispositivo à consolidação das Leis do Trabalho. Autor: Senador Nelson Carneiro	18.08.77	Senador RUY SANTOS	02.09.77	Parecer contrário.	Aprova o parecer, em 22.09.77	Há voto vencido do Senador Cunha Lima.
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 136, de 1 976 Altera a Lei nº 4 886, de 9 de dezembro de 1 965, que regula as atividades dos representantes comerciais autônomos, e dá outras providências. Autor: Senador Lourival Baptista.	16.03.77	Senador OSÍRES TEIXEIRA	22.09.77	Parecer favorável.	Aprova o parecer, em 22.09.77	Há voto vencido, em separado, do Senador Nelson Carneiro
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 160, de 1 976. Dá nova redação ao parágrafo único do artigo 133 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5 452, de 1º de maio de 1 943, e dá outra providências. Autor: Senador Heitor Dias	16.03.77	Senador FRANCO MONTORO ***** Senador DOMÍCIO GONDIM	02.09.76 ***** 22.09.77	Parecer contrário.	Aprova o parecer, em 22.09.77	Há voto vencido do Senador Cunha Lima e voto separado, vencido, do Senador Franco Montoro.

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 177, de 1 976. Revoga o parágrafo único do artigo 25, da Lei nº 3 807, de 26 de agosto de 1 960. Autor: Senador Nelson Carneiro	25.08.77	Senador RUY SANTOS	02.09.77	Parecer por audiência do Ministério da Previdência e Assistência Social	Aprova o parecer, em 22.09.77	Tramita em conjunto com o FIS 308/76
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 308, de 1 976. Dá nova redação ao parágrafo único do artigo 25 da Lei Orgânica da Previdência Social. Autor: Senador Otair Becker	25.08.77	Senador RUY SANTOS	02.09.77	Parecer por audiência do Ministério da Previdência e Assistência Social.	Aprova o parecer, em 22.09.77	Tramita em conjunto com o FIS 177/77
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 139, de 1 977. Acréscimo dispositivo à Lei nº 4 090, de 13 de julho de 1 962, que institui a gratificação de Natal para os trabalhadores. Autor: Senador Nelson Carneiro	25.08.77	Senador RUY SANTOS	02.09.77	Parecer por audiência do Ministério do Trabalho.	Aprova o parecer, em 22.09.77	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 271, de 1 975. Dispõe sobre a inscrição dos funcionários municipais junto ao INPS. Autor: Senador Itamar Franco	10.08.77	Senador BRAGA JÚNIOR	11.08.77			Incluído na pauta da reunião e adiada a apreciação do parecer, em 01/09
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, de 1 976. Dispensa a concordância do empregados na caso da opção do empregado pelo sistema do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Autor: Senador Franco Montoro.	16.03.77	Senador LENOIR VARGAS ***** Vista ao Senador FRANCO MONTORO	17.03.77 ***** 22.06.77	Parecer contrário.		Incluído na pauta da reunião e adiada a apreciação do parecer, em 01/09
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 240, de 1 976. Altera a redação do § 1º, do artigo 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho. Autor: Senador Vasconcelos Torres.	16.03.77	Senador ORESTES QUÉRCIA	17.03.77			Incluído na pauta da reunião e adiada a apreciação do parecer, nos dias 01/09 e 22/09

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 05, de 1 977. Estende às entidades de fins educacionais e culturais a isenção prevista na Lei nº 3 577, de 4 de julho de 1 959. Autor: Senador Osires Teixeira	03.06.77	Senador ORESTES QUÉRCIA	22.06.77			Incluído na pauta da reunião dos dias 01.09 e 22.09 e adiada a apreciação do parecer.
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 65, de 1 977 Assegura aos empregados optantes pelo sistema do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço o direito aos juros e correção monetária, sobre o valor depositado, em qualquer hipótese de extinção do contrato de trabalho e dá outras providências. Autor: Senador Vasconcelos Torres	08.06.77	Senador ORESTES QUÉRCIA	22.06.77			Incluído na pauta da reunião dos dias 01.09 e 22.09 e adiada a apreciação do parecer.
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 12, de 1 977. Assegura direitos dos empregados no caso de falência ou concordata da empresa. Autor: Senador Franco Montoro.	28.04.77	Senador LENOIR VARGAS ***** Vista ao Senador OSIRES TEIXEIRA	29.04.77 ***** 01.09.77	Parecer favorável, na forma da Ementa nº 1-CLS (Substitutivo) que oferece.	Concede vista ao Senador Osires Teixeira, em 01-09-77.	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 221, de 1 976. Autoriza a aposentadoria do aeronauta independente de sua idade, equiparando-o aos segurados que têm direito à aposentadoria especial. Autor: Senador Franco Monteiro	25.08.77	Senador AGOSTO FILHO	02.09.77			
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 68, de 1 975. Autoriza o aproveitamento dos cegos no Serviço Público e na empresa privada e determina outras providências. Autor: Deputado Rubem Medina	01.09.77	Senador RUY SANTOS	22.09.77			
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 78, de 1 977. Dá nova redação aos itens do § 3º do artigo 10 da Lei nº 5 890, de 08 de junho de 1 973. Autor: Senador Nelson Carneiro	15.09.77	Senador LENOIR VARGAS	22.09.77			

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 99, de 1 977. Assegura à empregada gestante, despedida sem justa causa ou por culpa recíproca, o direito aos salários relativos ao período a que se refere o artigo 392 da Consolidação das Leis do Trabalho. Autor: Senador Vasconcelos Torres	15.09.77	Senador RUY SANTOS	22.09.77			
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 234, de 1 976 Assegura direitos à promoção e aproveitamento do empregado em atividade privativa de habilitação qualificada. Autor: Senador Franco Monteiro.	31.08.77	Senador RUY SANTOS	22.09.77			
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 245, de 1 975 Dispõe sobre o pagamento do auxílio doença a segurados do INPS que exerçam mais de uma atividades profissional, acrescentando parágrafo ao artigo 24 da Lei Orgânica da Previdência Social. Autor: Senador Franco Monteiro	04.03.76	Senador JESSE FREIRE ***** Vista ao Senador Franco Monteiro.	08.03.76 ***** 16.09.76	Parecer contrário.	Concede vista ao Senador Osires Teixeira, em 22/09	Em 02.12.76 o Senador Franco Monteiro apresenta voto em separado, favorável ao Projeto.

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 06, de 1 976 Altera o Quadro de Atividades e Profissões, referido no Artigo 577 da Consolidação das Leis do Trabalho, para incluir a Indústria de Produção e Distribuição de Energia Atômica e Correlatas. Autor: Deputado Wilmar Dallanhol	16.03.77	Senador JARBAS PASSARINHO	17.03.77	Parecer Favorável.	Aprova o parecer, em 11.08.77	-
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 02, de 1 976 Altera o artigo 73 da Consolidação das Leis do Trabalho. Autor: Deputado Roland Corbisier	22.09.77	Senador JARBAS PASSARINHO	22.09.77			Tramita em conjunto com os PLS nºs 193/75, 121/76 e 283/76
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 193, de 1 975 Altera a redação do artigo 73 "Caput", da Consolidação das Leis do Trabalho. Autor: Senador Orestes Quêrcia	01.09.77	Senador JARBAS PASSARINHO	22.09.77			Tramita em conjunto com 02/76 e com os PLS nºs 283/76 e 121/77.
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 283, de 1 976 Dispõe sobre o Adicional Noturno para os trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho. Autor: Senador Nelson Carneiro	01.09.77	Senador JARBAS PASSARINHO	22.09.77			Tramita em conjunto com o PLC nº 02/76 e com os PLS Nºs 193/75 e 121/77
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 121, de 1 977 Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho. Autor: Senador Nelson Carneiro	01.09.77	Senador JARBAS PASSARINHO	22.09.77			Tramita em conjunto com o PLC nº 02/76 e com os PLS nºs 193/75 e 283/76.

SÍNTESE DOS TRABALHOS DA COMISSÃO

Reuniões Ordinárias	2
Reuniões Extraordinárias	-
Projetos relatados	31
Projetos distribuídos	18
Projetos em diligência	5
Ofícios recebidos	-
Ofícios expedidos	-
Pedidos de vista	2
Emendas apresentadas	3
Subemendas apresentadas	-
Substitutivos	3
Projetos de Resolução	-
Declarações de voto	-
Comparcimento de autoridades	-
Votos com restrições	2
Convites expedidos	-
Votos vencidos	7

Brasília, em 30 de setembro de 1 977.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE SETEMBRO DE 1977

PRESIDENTE: SENADOR ADALBERTO SENA

ASSISTENTE: Maria Carmen Castro Souza

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PARECER Nº 590/77</u> Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 21/77 (nº 102-B/77, na Câmara dos Deputados), que autoriza o Senhor Vice-Presidente da República a ausentar-se do País, na 1ª. quinzena de setembro do corrente ano.	19.9.77	Senador Helvídio Nunes	19.9.77	Redação final	Aprovado em 19.9.77	
<u>PARECER Nº 591/77</u> Redação final do Projeto de Resolução nº 54/77, que autoriza a Prefeitura Municipal de Guarulhos (SP) a elevar em Cr\$...... 47.300.000,00 (quarenta e sete milhões e trezentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	19.9.77	Senador Danton Jobim	19.9.77	Redação final	Aprovado em 19.9.77	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PARECER Nº 592/77</u> Redação final do Projeto de Resolução nº 55/77, que autoriza o Governo do Estado da Paraíba a elevar em Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	19.9.77	Senador Danton Jobim	19.9.77	Redação final	Aprovado em 19.9.77	
<u>PARECER Nº 593/77</u> Redação final do Projeto de Resolução nº 58/77, que autoriza a Prefeitura Municipal de Teresina (PI) a elevar em Cr\$...... 3.220.000,00 (três milhões, duzentos e vinte mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	19.9.77	Senador Helvídio Nunes	19.9.77	Redação final	Aprovado em 19.9.77	
<u>PARECER Nº 608/77</u> Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 154/76, que acrescenta parágrafo único ao art. 439 do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).	31.8.77	Senador Virgílio Távora	6.9.77	Redação final	Aprovado em 9.9.77	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PARECER Nº 609/77</u> Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 286/76, que autoriza o Poder Executivo a doar prédio que menciona.	5.9.77	Senador Helvídio Nunes	6.9.77	Redação final	Aprovado em 9.9.77	
<u>PARECER Nº 610/77</u> Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 254/76, que dispõe sobre a emissão de selo comemorativo da morte do escritor José de Alencar e dá outras providências.	12.9.77	Senador Saldanha Darzi	12.9.77	Redação final	Aprovado em 12.9.77	
<u>PARECER Nº 611/77</u> Redação final do Projeto de Resolução nº 57/77, que autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a elevar em Cr\$. 111.000.000,00 (cento e onze milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	13.9.77	Senador Virgílio Távora	13.9.77	Redação final	Aprovado em 13.9.77	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PARECER Nº 612/77</u> Redação final do Projeto de Resolução nº 60/77, que autoriza a Prefeitura Municipal de Teresina (PI) a elevar em Cr\$. 2.645.000,00 (dois milhões, seiscentos e quarenta e cinco mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	13.9.77	Senador Helvídio Nunes	13.9.77	Redação final	Aprovado em 13.9.77	
<u>PARECER Nº 631/77</u> Redação final do Projeto de Resolução nº 62/77, que autoriza a Prefeitura Municipal de Aracaju (SE) a elevar em Cr\$. 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	15.9.77	Senador Otto Lehmann	15.9.77	Redação final	Aprovado em 15.9.77	
<u>PARECER Nº 632/77</u> Redação final do Projeto de Resolução nº 63/77, que autoriza a Prefeitura Municipal de Três Lagoas (MT) a elevar em Cr\$. 7.000.000,00 (sete milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	15.9.77	Senador Saldanha Darzi	15.9.77	Redação final	Aprovado em 15.9.77	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PARECER Nº 637/77</u> Redação final do Projeto de Resolução nº 56/77, que autoriza a Prefeitura Municipal de Várzea Paulista (SP) a elevar em Cr\$... 4.822.000,00 (quatro milhões, oitocentos e vinte e dois mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	16.9.77	Senador Otto Lehmann	16.9.77	Redação final	Aprovado em 16.9.77	
<u>PARECER Nº 638/77</u> Redação final do Projeto de Resolução nº 59/77, que autoriza a Prefeitura Municipal de Maringá (PR) a elevar em Cr\$..... 90.174.074,64 (noventa milhões, cento e setenta e quatro mil, setenta e quatro cruzeiros e sessenta e quatro centavos) o montante de sua dívida consolidada.	16.9.77	Senador Helvídio Nunes	16.9.77	Redação final	Aprovado em 16.9.77	
<u>PARECER Nº 639/77</u> Redação final do Projeto de Resolução nº 64/77, que autoriza a Prefeitura Municipal de Iguatemi (MT) a elevar em Cr\$..... 18.520.060,00 (dezoito milhões, quinhentos e vinte mil e sessenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	16.9.77	Senador Seidman Barzi	16.9.77	Redação final	Aprovado em 16.9.77	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PARECER Nº 640/77</u> Redação final do Projeto de Resolução nº 65/77, que autoriza a Prefeitura Municipal de Aracaju (SE) a elevar em Cr\$ 9.500.000,00 (nove milhões e quinhentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	16.9.77	Senador Otto Lehmann	16.9.77	Redação final	Aprovado em 16.9.77	
<u>PARECER Nº 656/77</u> Redação final do Projeto de Resolução nº 67/77, que autoriza a Prefeitura Municipal de Cambé (PR) a elevar em Cr\$ 10.100.199,85 (dez milhões, cem mil, cento e noventa e nove cruzeiros e cinco centavos) o montante de sua dívida consolidada.	20.9.77	Senador Otto Lehmann	20.9.77	Redação final	Aprovado em 20.9.77	
<u>PARECER Nº 657/77</u> Redação final do Projeto de Resolução nº 66/77, que autoriza a Prefeitura Municipal de Natal (RN) a elevar em Cr\$ 2.553.035,60 (dois milhões, quinhentos e cinquenta e três mil, trinta e cinco cruzeiros e sessenta centavos) o montante de sua dívida consolidada.	20.9.77	Senador Otto Lehmann	20.9.77	Redação final	Aprovado em 20.9.77	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	* DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PARECER Nº 658/77</u> Redação final do Projeto de Resolução nº 68/77, que autoriza a Prefeitura Municipal de São João do Ivaí (PR) a elevar em Cr\$. 2.664.193,28 (dois milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil, cento e noventa e três cruzelros e vinte e oito centavos) o montante de sua dívida consolidada.	20.9.77	Senador Arnon de Mello	20.9.77	Redação final	Aprovado em 20.9.77	
<u>PARECER Nº 659/77</u> Redação do vencido, para o 2º turno regimental, do Projeto de Lei do Senado nº 307/76, que acrescenta parágrafo ao art. 175 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), alterada pela Lei nº 4.961, de 4 de maio de 1966.	14.9.77	Senador Danton Jobim	19.9.77	Redação do vencido	Aprovado em 21.9.77	
<u>PARECER Nº 660/77</u> Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 33/76 (nº 268-C/75, na Casa de origem), que altera a redação do art. 10 da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 - Lei Orgânica dos Partidos Políticos -	15.9.77	Senador Danton Jobim	20.9.77	Redação final	Aprovado em 21.9.77	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PARECER Nº 661/77</u> Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 26/68 (nº 1.867-B/68, na Câmara dos Deputados), que dá nova redação ao § 1º do art. 449 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.	14.9.77	Senador Otto Lehmann	19.9.77	Redação final	Aprovado em 21.9.77	
<u>PARECER Nº 669/77</u> Redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 45/77 (nº 3.576-A/77, na Casa de origem), que retifica, sem ônus, a Lei nº 6.395, de 9.12.76, "que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1977".	21.9.77	Senador Otto Lehmann	21.9.77	Redação do vencido	Aprovado em 21.9.77	
<u>PARECER Nº 670/77</u> Redação final do Projeto de Resolução nº 71/77, que autoriza o Governo do Estado de São Paulo a elevar em Cr\$1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzelros) o montante de sua dívida consolidada.	21.9.77	Senador Otto Lehmann	21.9.77	Redação final	Aprovado em 21.9.77	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PARECER Nº 685/77</u> Redação final do Projeto de Resolução nº 69/77, que autoriza a Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista (SUDELPA) a elevar em Cr\$ 69.854.000,00 (sessenta e nove milhões e oitocentos e cinquenta e quatro mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	22.9.77	Senador Danton Jobim	22.9.77	Redação final	Aprovado em 22.9.77	
<u>PARECER Nº 686/77</u> Redação final do Projeto de Resolução nº 72/77, que autoriza a Prefeitura Municipal de Faxinal (PR) a elevar em Cr\$. 4.657.107,79 (quatro milhões, seiscentos e cinquenta e sete mil, cento e sete cruzeiros e setenta e nove centavos) o montante de sua dívida consolidada.	22.9.77	Senador Otto Lehmann	22.9.77	Redação final	Aprovado em 22.9.77	
<u>PARECER Nº 688/77</u> Redação final do Projeto de Resolução nº 70/77, que autoriza a Prefeitura Municipal de Santos (SP) a elevar em Cr\$ 34.564.618,40 (trinta e quatro milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e dezoto cruzeiros e quarenta centavos) o montante de sua dívida consolidada.	23.9.77	Senador Otto Lehmann	23.9.77	Redação final	Aprovado em 23.9.77	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PARECER Nº 689/77</u> Redação final do Projeto de Resolução nº 76/77, que autoriza a Prefeitura Municipal de Manaus (AM) a elevar em Cr\$. 14.480.000,00 (quatorze milhões, quatrocentos e oitenta mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	23.9.77	Senador Danton Jobim	23.9.77	Redação final	Aprovado em 23.9.77	
<u>PARECER Nº 690/77</u> Redação final do Projeto de Resolução nº 75/77, que autoriza a Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz (PR) a elevar em Cr\$. . . . 4.884.388,10 (quatro milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil, trezentos e oitenta e oito cruzeiros e dez centavos) o montante de sua dívida consolidada.	27.9.77	Senador Danton Jobim	27.9.77	Redação final	Aprovado em 27.9.77	
<u>PARECER Nº 691/77</u> Redação final do Projeto da Lei do Senado nº 85/77-DF, que dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Distrito Federal, e dá outras providências.	20.9.77	Senador Helvídio Nunes	26.9.77	Redação final	Aprovado em 28.9.77	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PARECER Nº 692/77</u> Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 234/75, que dispõe sobre a transferência de funcionário público estudante universitário e dá outras providências.	20.9.77	Senador Danton Jobim	26.9.77	Redação final	Aprovado em 28.9.77	
<u>PARECER Nº 693/77</u> Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 16/77 (nº 3.332-A/77, na Casa de origem), que altera dispositivos da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 - Lei Orgânica dos Partidos Políticos.	22.9.77	Senador Otto Lehmann	26.9.77	Redação final	Aprovado em 28.9.77	
<u>PARECER Nº 694/77</u> Redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 1975 (nº 1.006-C/72, na Casa de origem), que declara o Pau-Brasil árvore nacional, institui o Dia do Pau-Brasil, e dá outras providências.	20.9.77	Senador Otto Lehmann	26.9.77	Redação do vencido	Aprovado em 28.9.77	
<u>PARECER Nº 695/77</u> Redação final do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 1974 (nº 249-C/71, na Casa de origem), que dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimentos de ensino profissionalizante do 2º Grau e Supletivo e dá outras providências.	13.9.77	Senador Helvídio Nunes	23.9.77	Redação final	Aprovado em 28.9.77	
<u>PARECER Nº 708/77</u> Redação final do Projeto de Resolução nº 73/77, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a elevar em Cr\$ 6.363.000,00 (seis milhões, trezentos e sessenta e três mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	29.9.77	Senador Helvídio Nunes	29.9.77	Redação final	Aprovado em 29.9.77	
<u>PARECER Nº 709/77</u> Redação final do Projeto de Resolução nº 80/77, que autoriza a Prefeitura Municipal do Juiz de Fora (MG) a elevar em Cr\$. 349.479.200,00 (trezentos e quarenta e nove milhões, quatrocentos e setenta e nove mil e duzentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	29.9.77	Senador Danton Jobim	29.9.77	Redação final	Aprovado em 29.9.77	
Projeto de Lei do Senado nº 93/75, que obriga as empresas do Distrito Federal, que comerciam no ramo de carros novos e usados, a terem locais privativos de estacionamento e dá outras providências.						

SÍNTESE DOS TRABALHOS DA COMISSÃO

Reuniões Ordinárias	2
Reuniões Extraordinárias	19
Projetos relatados	35
Projetos distribuídos e não relatados	1

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES**RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE SETEMBRO DE 1977****PRESIDENTE: SENADOR MAGALHÃES PINTO****ASSISTENTE: CÂNDIDO HIPPERTT**

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
MENSAGEM Nº 184/77 - Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal a escolha do Sr. CELSO DINIZ, Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à REPÚBLICA DOMINICANA.	09.09.77	Senador GILVAN ROCHA	12.09.77	-	-	Apreciada em reunião secreta. (13.09.77)
MENSAGEM Nº 211/77 - Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal a escolha do Sr. CARLOS FREDERICO DUARTE GONÇALVES DA ROCHA, Embaixador do Brasil junto ao Reino da Bélgica, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao GRÃO-DUCADO DE LUXEMBURGO.	14.09.77	Senador OTTO LENHMANN	20.09.77			

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
MENSAGEM Nº 222/77 - Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal a escolha do Sr. LUIZ AUGUSTO PEREIRA SOUTO MAIOR, Chefe da Missão do Brasil junto às Comunidades Européias, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à REPÚBLICA DA IRLANDA.	26.09.77					
MENSAGEM Nº 223/77 - Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal a escolha do Sr. VASCO MARIZ, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao ESTADO DE ISRAEL.	30.09.77					

SÍNTESE DOS TRABALHOS

PROPOSIÇÕES RECEBIDAS..... 4
 PARECERES PROFERIDOS..... 1
 REUNIÕES REALIZADAS..... 1
 PROPOSIÇÕES DISTRIBUÍDAS..... 2

Brasília, 30 de setembro de 1977

COMISSÃO DE SAÚDE

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE SETEMBRO DE 1977.

PRESIDENTE: SENADOR RUY SANTOS

ASSISTENTE: LÉDA FERREIRA DA ROCHA

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 87, DE 1976</u> Dispõe sobre estabelecimentos que lidam com sangue humano e seus derivados, e dá outras providências.	15.09.77	SENADOR LOURIVAL BAPTISTA	15.09.77	Audiência ao Ministério da Saúde.	Aprovado em 21.09.77.	

SÍNTESE DOS TRABALHOS DA COMISSÃO

Reuniões realizadas 1
 Projetos distribuídos 1
 Projetos aprovados 1
 Correspondência recebida 10

SERVIÇOS DE COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE SETEMBRO DE 1977.

PRESIDENTE: SENADOR MILTON CABRAL

ASSISTENTE: LÉDA FERREIRA DA ROCHA

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 30, DE 1972</u> Regulamenta a ocupação de terras federais e dá outras providências.	03.04.75	SENADOR VIRGÍLIO TÁVORA	03.04.75	PELA REJEIÇÃO.	Aprovado em 28.09.77.	
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 110, DE 1977</u> Inclui a utilização de agentes químicos (desfolhantes) na destruição das florestas, entre os crimes definidos na Lei de Segurança Nacional.	23.08.77	SENADOR AUGUSTO FRANCO	23.08.77	PARECER PELA REJEIÇÃO.	Aprovado em 28.09.77.	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 51, DE 1976</u> Dispõe sobre a fabricação de detergentes não-biodegradáveis, nas condições que especifica.	25.08.77	SENADOR AUGUSTO FRANCO	25.08.77	Parecer preliminar por audiência a Secretaria Especial do Meio Ambiente, do Ministério do Interior.	Aprovado em 28.09.77.	
<u>PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 84, DE 1977</u> Concede promoção, pelo princípio de bravura, ao 2º Sargento de Exército SILVIO DEIMAR HOENBACH.	26.09.77	SENADOR BENJAMIM FARAH	27.09.77	Parecer favorável.	Aprovado em 29.09.77.	

SÍNTESE DOS TRABALHOS DA COMISSÃO

Reuniões realizadas 2
 Projetos distribuídos 1
 Projetos aprovados 4

Em 30 de setembro de 1977.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE SETEMBRO DE 1977

PRESIDENTE: SENADOR BENJAMIM FARAH

ASSISTENTE: SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16/77 :</u> Introduz alterações na Lei nº 1.046, de 02 de janeiro de 1950, que "dispõe sobre a consignação em folha de pagamento" AUTOR: SENADOR ADALBERTO SENA	25.08.77	Redistribuído ao Sr. Senador MATTOS LEÃO	08.09.77			
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 66/73 :</u> Altera dispositivos da Lei nº 4.069, de 11 de junho de 1962, e dá outras providências. AUTOR : SENADOR NELSON CARNEIRO	18.03.76	Redistribuído ao Sr. Senador SALDANHA DERZI	09.09.77	Parecer por audiência do MPAS	Aprovado, em 15.09.77	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69/77:</u> Estabelece prazo para andamento e solução dos documentos de qualquer natureza protocolados nas repartições públicas federais.	26.08.77	Senador ITAMAR FRANCO	01.09.77			
<u>PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41/76 :</u> Amplia a competência do SERPRO para prestar serviços à iniciativa privada.	03.03.77	Senador ITAMAR FRANCO — X — Vista: Senador SALDANHA DERZI	16.03.77	Favorável — X — Voto em Separado, Favorável com Emenda Substitutiva	Aprovado o Voto em Separado do Sr. Senador Salda- nha Derzi, que se tornou parecer em 15.09.77	
<u>PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 66/77 :</u> Acrescenta parágrafo único ao artigo 130 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a Organização da Administração Federal, definindo o prazo para cumprimento ao objeto da lei citada.	15.09.77	Senador ITAMAR FRANCO	16.09.77			

SÍNTESE DOS TRABALHOS DA COMISSÃO

Reuniões Ordinárias		01
Projetos Relatados		02
Projetos Distribuídos		03
Projetos em Deliberação		01
Substitutivos		01
Voto em Separado		01

Brasília, em 30 de setembro de 1977.

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE SETEMBRO DE 1977

PRESIDENTE: SENADOR LOURIVAL BAPTISTA

ASSISTENTE: RONALDO PACHECO DE OLIVEIRA

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 029, DE 1977</u> DÁ DENOMINAÇÃO À ESTAÇÃO DE PASSAGEIROS DO AEROPORTO DE SANTO ÂNGELO, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.	12.09.77	SENADOR BRAGA JÚNIOR	12.09.77			
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 027, DE 1977</u> ACRESCENTA PARÁGRAFO AO ART. 4º DO DECRETO-LEI Nº 791, DE 27 DE AGOSTO DE 1969, QUE DISPÕE SOBRE O PEDÁGIO EM RODOVIAS FEDERAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. <u>Autor:</u> Senador Roberto Saturnino	13.09.77	SENADOR ALEXANDRE COSTA	13.09.77			

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 065, DE 1977 ACRESCENTA O ITEM XL AO ARTIGO 89 DA LEI Nº 5.108, DE 21 DE SETEMBRO DE 1966 (CÓDIGO NACIONAL DE TRÂNSITO)	15.09.77	SENADOR ALEXANDRE COSTA	16.09.77			
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 070, DE 1977 ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 5.108, DE 21 DE SETEMBRO DE 1966 (CÓDIGO NACIONAL DE TRÂNSITO).	15.09.77	SENADOR ALEXANDRE COSTA	16.09.77			
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 081, DE 1977 ATRIBUI À TELEBRÁS OU A SUAS SUBSIDIÁRIAS A INCUMBÊNCIA DE ELABORAR AS LISTAS TELEFÔNICAS.	15.09.77	SENADOR MATTOS LEXO	16.09.77			
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 068, DE 1977 INTRODUZ MODIFICAÇÕES NO CÓDIGO NACIONAL DE TRÂNSITO, NO QUE DIZ RESPEITO À FIXAÇÃO DE MULTAS PARA O EXCESSO DE VELOCIDADE.	20.09.77	SENADOR BRAGA JUNIOR	20.09.77			
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 085, DE 1977 DÁ O NOME DE CÂMARA FILHO À RODOVIA FEDERAL BR-414.	22.09.77	SENADOR MATTOS LEXO	23.09.77			

SÍNTESE DOS TRABALHOS DA COMISSÃO

PROJETOS RECEBIDOS 7
 PROJETOS DISTRIBUÍDOS 7

Brasília, 30 de setembro de 1977

SÍNTESE GERAL DOS TRABALHOS DAS COMISSÕES PERMANENTES

DURANTE O MÊS DE SETEMBRO DE 1977.

Reuniões Ordinárias 022
 Reuniões Extraordinárias 020
 Projetos relatados 189
 Projetos distribuídos 168
 Projetos em diligência 08
 Ofícios recebidos 30
 Ofícios expedidos 11
 Pedidos de vista 14
 Emendas apresentadas 19
 Subemendas apresentadas -
 Substitutivos 07

Projetos de Resolução 22
 Declarações de voto 13
 Comparecimento de autoridades 08
 Votos com restrições 38
 Convites expedidos 1620

Brasília, em 30 de setembro de 1977.

CLAUDIO CARLOS RODRIGUES COSTA
 Chefe de Serviço das Comissões
 Permanentes.

RELATÓRIO C RRESPONDENTE AO MÊS DE S E T E M B R O D E 1 9 7 7

Nº VOTO E EMENTA	COMPOSIÇÃO	PRAZOS	OBSERVAÇÕES
<u>MENSAGEM Nº 111-CN</u> - Do Sr. Presidente da República, submetendo à deliberação do CN o texto do Decreto-lei nº 1.567, de 19 de agosto de 1977, que dispõe sobre aplicação das normas previstas no art. 3º e seu parágrafo do Decreto-lei nº 1.531, de 30-3-77 aos contratos de financiamento de que trata o art. 1º do Decreto-lei nº 1452, de 30-3-76.	Pres. Sen. Marcos Freire V. Pres. Sen. Henrique de La Roque Rel. Dep. José Haddad	21-9-77	Parecer favorável, proferido em 14-9-77 Aprovado
<u>MENSAGEM Nº 84/77-CN</u> - Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do CN o texto do Decreto-lei nº 1.565, de 29-7-77, que estabelece condições especiais para importação de bens destinados à produção de petróleo bruto e gás natural na Bacia de Campos, na plataforma continental Brasileira e dá outras providências".	Pres. Sen. Gilvan Rocha V. Pres. Sen. Luiz Cavalcante. Rel. Dep. Darcílio Ayres	19-9-77	Parecer favorável, proferido em 15-9-77 Aprovado (Instalada em 1º/9/77)
<u>MENSAGEM Nº 85/77-CN</u> - Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do CN o texto do Decreto-lei nº 1566, de 19 de agosto de 1977, que autoriza a subscrição, pelo Tesouro Nacional de ações da Siderurgia Brasileira SASIDERBRÁS, e dá outras providências".	Pres. Dep. Walmor de Luca Dep. Luiz Rocha (V. Presidente) Rel. Sen. Lenoir Vargas	20-9-77	Parecer favorável, proferido em 13-9-77 Aprovado (Instalada em 1º/9/77)
<u>PEC Nº 13/77-CN</u> - Altera a redação do parágrafo único do art. 92 da Constituição Federal.	Pres. Sen. Benjamim Farah V. Pres. Sen. Otto Lehmann Rel. Dep. Paulo Studart	10-9-77	Parecer contrário, proferido em 8-9-77 Aprovado
<u>PEC Nº 14/77</u> - Acrescenta parágrafo ao artigo 104 da Constituição.	Pres. Dep. Aloísio Santos V. Pres. Dep. Henrique Brito. Rel. Sen. Osires Teixeira	17-9-77 Ofício de prorrogação por 15 dias	Parecer contrário, proferido em 21-9-77 Aprovado
<u>PL Nº 13/77</u> - Dispõe sobre a organização política e administrativa dos Municípios dos Territórios Federais, e dá outras providências.			

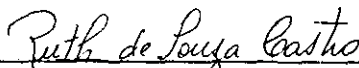
NÚMERO E EMENTA	COMPOSIÇÃO	PRAZOS	OBSERVAÇÕES
PEC Nº 15/77 - Altera a redação dos arts. 39,41,74 e 147 da Constituição Federal.	Pres.Sen.Orestes Quêrcia. V.Pres.Sen.Wilson Gonçalves. Rel.Dep.Máqno Bacelar	24-9-77	Parecer favorável proferido em: 21-9-77 Aprovado.
PL 14/77 - CN - Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Recursos sob Supervisão do Ministério dos Transportes, crédito especial até o limite de cr\$. 1.092.852.000,00 para o fim que especifica.	Pres.Dep.Hélio de Almeida. V.Pres.Dep.Nunes Rocha Rel.Sen.Alexandre Costa	13-9-77	Parecer favorável, proferido em: 14-9-77 Aprovado
MENSAGEM Nº 96/77 - CN - Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do CN o texto do Decreto-lei nº 1572, de 1-9-77 que revoga a Lei nº 3577, de 4-7-1959, e dá outras providências.	Pres.Sen.Cunha Lima V.Pres.Sen.Ruy Santos Rel.Dep.Raul Bernardo	5-10-77	Parecer favorável proferido em: 26-9-77 Aprovado
MENSAGEM Nº 87/77-CN - Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do CN o texto do Decreto-lei nº 1568, de 2-8-1977, que concede isenção do IPI para produtos endoparasiticidas.	Pres.Dep.Fábio Fonseca V.Pres.Dep.Antonio Gomes. Rel.Sen.Murilo Paraíso	25-9-77	Instalada em: 8-9-77 Parecer favorável proferido em: 22-9-77 Aprovado
PL Nº 15/77 - CN - Cria o Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.	Pres.Dep.Fernando Cunha V.Pres.Dep.Adriano Valente. Rel.Sen.Osires Teixeira	14-9-77	Parecer favorável, com aprovação das Emendas nºs. 2,5,61,64,99-R e 100-R,parcialmente com subemendas, as de nºs.13,22,37,50,51,55,56,57,60,77 e 93.

NÚMERO E EMENTA	COMPOSIÇÃO	PRAZOS	OBSERVAÇÕES
REQ Nº 15/76 - Cria Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, para examinar a situação da mulher em todos os setores de atividade.	Pres.Sen.Gilvan Rocha V.Pres.Sen.Heitor Dias Rel.Dep.Lygia L.Bastos	6 meses	Reunião em: 1-9-77 Conferencistas: Dep,Dulce Salles Hermínia Faria F. Lima Ruth Passarinho Em 13-9-77 Sras: Lucia Daltro de Viveiros Ana de Oliveira e Cecília de Paula Teixeira Em 22-9-77 - Moema Toscano Leda Collor de Melo. e Equipe de Jornalistas de Brasília.
MENSAGEM Nº 88/77 - CN - Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do CN o texto do Decreto-lei nº 1.569, de 8-8-77, que modifica o artigo 11 do Decreto-lei nº 352, de 17-6-68 alterado pelo artigo 1º do Decreto-lei nº 623 de 11-6-1969, e dá outras providências.	Pres.Dep.Silvio de Abreu Júnior V.Pres.Sen.Renato Franco Rel.Dep.Henrique Pretti	26-9-77	Instalada em: 9-9-77 Parecer favorável, proferido em: 15-9-77 Aprovado.

NÚMERO E EMENTA	COMPOSIÇÃO	PRazos	OBSERVAÇÕES
<u>MENSAGEM Nº 89/77 - C N</u> - Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do CN o texto do Decreto-lei nº 1570, de 9-8-77, que extingue a cobrança dos emolumentos consulares sobre os documentos referentes ao transporte internacional de pessoas ou mercadorias.	Pres.Dep.Brigido Tinoco V.Pres.Dep.Murilo Rezende. Rel.Sen.Alexandre Costa	28-9-77	Instalada em: 12-9-77 Parecer favorável, proferido em: 26-9-77 Aprovado

S Í N T E S E D O S T R A B A L H O S

COMISSÕES INTALADAS.....	9
PARECERES PROFERIDOS.....	18
REUNIÕES REALIZADAS.....	30
MEMBROS DAS COMISSÕES:.....	616
AVISOS ENCAMINHADOS AOS SRS. MEMBROS DAS COMISSÕES...	660
OFÍCIOS REMETIDOS.....	13
PALESTRAS PROFERIDAS PERANTE A CPI INCUMBIDA DE <u>EXAMINAR</u> A SITUAÇÃO DA MULHER EM TODOS OS SETORES DE ATIVIDADE..	10
CONVITES EXPEDIDOS.....	342
RELATÓRIOS (VETO).....	2
ATAS PUBLICADAS.....	30



RUTH DE SOUZA CASTRO
Chefe de Serviço das Comissões
Especiais e de Inquérito

ATAS DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE ECONOMIA

23ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), REALIZADA EM 11 DE OUTUBRO DE 1977.

Às dezessete horas do dia onze de outubro de mil novecentos e setenta e sete, na Sala de Reuniões atrás do Plenário, sob a Presidência dos Srs. Senadores Vasconcelos Torres, Vice-Presidente, e Arnon de Mello, eventualmente, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Economia, com a presença dos Srs. Senadores Luiz Cavalcante, Augusto Franco, Otair Becker e Jarbas Passarinho.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Milton Cabral, José Guimard, Murilo Paraiso, Dinarte Mariz, Roberto Saturnino, Marcos Freire e Franco Montoro.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior que, em seguida, é dada como aprovada.

São lidos, discutidos e aprovados os seguintes pareceres constantes da pauta dos trabalhos:

Pelo Senador Augusto Franco:

Parecer contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 214, de 1975, que "estabelece restrições à comercialização de drogas e medicamentos, na forma que especifica".

Pelo Senador Vasconcelos Torres:

Parecer favorável, com a Emenda nº 3-CE que oferece ao Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 1976, que "inclui programa de melhoria de condições de habitalidade dos trabalhadores nos projetos de financiamentos agropecuários". Em discussão o Parecer, a Presidência concede vista do Projeto ao Senador Otair Becker.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Daniel Reis de Souza, Assistente da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

28ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 13 DE OUTUBRO DE 1977

Às dez horas do dia treze de outubro de mil novecentos e setenta e sete, na Sala Clóvis Beviláqua, sob a presidência do Sr. Senador Daniel Krieger, presentes os Srs. Senadores Helvídio Nunes, Nelson Carneiro, Leite Chaves, Orestes Quêrcia, Itálvio Coelho, Heitor Dias e Dirceu Cardoso, reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Accioly Filho, Eurico Rezende, Gustavo Capanema, Osires Teixeira, Otto Lehmann, Paulo Brossard e Wilson Gonçalves.

Havendo número regimental, o Sr. Presidente dá início aos trabalhos da Comissão. Dispensada a leitura da Ata da reunião anterior é, em seguida, dada como aprovada.

Com a palavra, o Sr. Senador Helvídio Nunes relata o Projeto de Lei do Senado nº 128, de 1974 e seus anexos, considerando constitucional e jurídico, nos termos do substitutivo que oferece, o PLS 164/75, por ser mais abrangente; pela rejeição do PLS 305/76 e prejudicados os PLS 128/75, 89, 189, 197, 198, 226, de 1975; 15, 47, 79, 200, 251, 290 e 291, de 1976 e o 002, de 1977. Aprovado o parecer.

A seguir, o Sr. Senador Dirceu Cardoso apresenta parecer aos projetos: Projeto de Lei do Senado nº 41/76 — Altera o art. 3º, *caput*; do Decreto-lei nº 389, de 26-12-68, que "dispõe sobre a verificação judicial de insalubridade e periculosidade"; PLS nº 61/76 — Dá nova redação ao art. 3º do Decreto-lei nº 389; 130/76 — Introduz alterações no Decreto-lei nº 389; 210/76 — Dá nova redação ao art. 3º do Decreto-lei nº 389; 81/77 — Dispõe sobre critérios para a concessão de adicional de insalubridade, considerando constitucionais e jurídicos os PLS Ns 41 e 210, de 1976, nos termos do substitutivo e favorável no mérito. Prejudicadas as demais proposições. Projetos de Lei da Câmara nºs 86/75 — Altera a redação do § 2º do art. 26 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 que "dispõe sobre desapropriações por utilidade pública"; 35/76 — Altera a redação do § 2º do art. 26 do Decreto-lei nº 3.365; 98/76 — Acrescenta dispositivo no Decreto-lei nº 3.365; Projeto de Lei do Senado nº 257/75 — Modifica dispositivos do Decreto-lei nº 3.365. Parecer; constitucional e jurídico, com emenda nº 1-CCJ, o PLC nº 86/76; prejudicado, em parte, o PLS 257/75 e pela prejudicialidade das demais proposições. Em discussão e votação são aprovados os dois pareceres, votando o Sr. Helvídio Nunes contrário ao mérito.

Prosseguindo nos trabalhos, o Sr. Senador Nelson Carneiro relata o Projeto de Lei do Senado nº 199/77 — Acrescenta parágrafo ao art. 143 do Decreto-lei nº 5.452, de 1-5-43, passando a ser o 1º o parágrafo único. Parecer: constitucional e jurídico, com emenda nº 1-CCJ. Em discussão e votação, é aprovado o parecer.

O Sr. Senador Leite Chaves apresenta parecer ao Projeto de Lei do Senado nº 262/76 — Dispõe sobre a obrigatoriedade de prévia aprovação oficial à fabricação em série de novos modelos de veículos automotores e dá outras providências. Parecer: constitucional e jurídico. Em discussão e votação, é aprovado o parecer votando com restrições os Srs. Senadores Helvídio Nunes, Itálvio Coelho e Nelson Carneiro.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Assistente, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

MESA

Presidente:
Petrônio Portella (ARENA — PI)

1º-Vice-Presidente:
José Lindoso (ARENA — AM)

2º-Vice-Presidente:
Amaral Peixoto (MDB — RJ)

1º-Secretário:
Mendes Canale (ARENA — MT)

2º-Secretário:
Mauro Benevides (MDB — CE)

3º-Secretário:
Henrique de La Rocque (ARENA — MA)

4º-Secretário:
Renato Franco (ARENA — PA)

Suplentes de Secretário:

Altevir Leal (ARENA — AC)
Evandro Carreira (MDB — AM)
Otair Becker (ARENA — SC)
Braga Junior (ARENA — AM)

LIDERANÇA DA ARENA
E DA MAIORIA

Lider
Eurico Rezende
Vice-Líderes
Heitor Dias
Helvidio Nunes
José Sarney
Mattos Leão
Osires Teixeira
Otto Lehmann
Saldanha Derzi
Virgílio Távora

LIDERANÇA DO MDB
E DA MINORIA

Lider
Franco Montoro
Vice-Líderes
Roberto Saturnino
Itamar Franco
Gilvan Rocha
Lázaro Barboza
Danton Jobim

COMISSÕES

Diretor: José Soares de Oliveira Filho

Local: Anexo II — Térreo

Telefones: 23-6244 e 25-8505 — Ramais 193 e 257

A) SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Cláudio Carlos Rodrigues Costa

Local: Anexo II — Térreo

Telefone: 25-8505 — Ramais 301 e 313

COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Agenor Maria
Vice-Presidente: Otair Becker

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Otair Becker	1. Dinarte Mariz
2. Benedito Ferreira	2. Saldanha Derzi
3. Itálio Coelho	3. Mattos Leão
4. Murilo Paraíso	
5. Vasconcelos Torres	
	MDB
1. Agenor Maria	1. Adalberto Sena
2. Roberto Saturnino	2. Evelásio Vieira

Assistente: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramais 301 e 313

Reuniões: Terças-feiras, às 10:30 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Dinarte Mariz
Vice-Presidente: Evandro Carreira

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Heitor Dias	1. Saldanha Derzi
2. Jarbas Passarinho	2. José Sarney
3. Dinarte Mariz	3. Otair Becker
4. Teotônio Vilela	
5. Braga Junior	
	MDB
1. Agenor Maria	1. Evelásio Vieira
2. Evandro Carreira	2. Gilvan Rocha

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 312

Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)

(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Daniel Krieger
1º-Vice-Presidente: Accioly Filho
2º-Vice-Presidente: Leite Chaves

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Accioly Filho	1. Mattos Leão
2. Gustavo Capanema	2. Lenoir Vargas
3. Daniel Krieger	3. Arnão de Mello
4. Eurico Rezende	4. Vasconcelos Torres
5. Heitor Dias	5. Milton Cabral
6. Helvidio Nunes	6. Benedito Ferreira
7. Wilson Gonçalves	
8. Itálio Coelho	
9. Otto Lehmann	
10. Osires Teixeira	
	MDB
1. Dirceu Cardoso	1. Franco Montoro
2. Leite Chaves	2. Lázaro Barboza
3. Nelson Carneiro	3. Cunha Lima
4. Paulo Brossard	
5. Orestes Quercia	

Assistente: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)

(11 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves

Vice-Presidente: Itamar Franco

Titulares

1. Heitor Dias
2. Murilo Paraíso
3. Cattete Pinheiro
4. Osires Teixeira
5. Saldanha Derzi
6. Wilson Gonçalves
7. Virgílio Távora
8. Alexandre Costa

ARENA

Suplentes

1. Augusto Franco
2. José Sarney
3. Braga Junior
4. Altevir Leal
5. Luiz Cavalcante

MDB

1. Itamar Franco
2. Lázaro Barbosa
3. Adalberto Sena

1. Evandro Carreira
2. Nelson Carneiro

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)

(11 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Marcos Freire

Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

Titulares

1. Milton Cabral
2. Arnon de Mello
3. José Guimard
4. Luiz Cavalcante
5. Murilo Paraíso
6. Vasconcelos Torres
7. Dinarte Mariz
8. Otair Becker

ARENA

Suplentes

1. Cattete Pinheiro
2. Augusto Franco
3. José Sarney
4. Domicio Gondim
5. Jarbas Passarinho

MDB

1. Franco Montoro
2. Marcos Freire
3. Roberto Saturnino

1. Agenor Maria
2. Orestes Quêrcia

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)

(9 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Calmon

Vice-Presidente: Evelásio Vieira

Titulares

1. Tarso Dutra
2. Gustavo Capanema
3. João Calmon
4. Otto Lehmann
5. Jarbas Passarinho
6. Cattete Pinheiro

Suplentes

1. Helvidio Nunes
2. Ruy Santos
3. Arnon de Mello
4. Heitor Dias

MDB

1. Evelásio Vieira
2. Paulo Brossard
3. Adalberto Sena

1. Franco Montoro
2. Itamar Franco

Assistente: Cleide Maria B. F. Cruz — Ramal 598

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)

(17 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Brossard

Vice-Presidente: Domicio Gondim

Titulares

1. Teotônio Vilela
2. Alexandre Costa
3. Wilson Gonçalves
4. Domicio Gondim
5. Helvidio Nunes
6. Lenoir Vargas
7. Mattos Leão
8. Ruy Santos
9. Braga Junior
10. Tarso Dutra
11. Virgílio Távora
12. Magalhães Pinto

ARENA

Suplentes

1. Cattete Pinheiro
2. Heitor Dias
3. Laurival Baptista
4. Daniel Krieger
5. José Guimard
6. José Sarney
7. Saldanha Derzi

MDB

1. Paulo Brossard
2. Evelásio Vieira
3. Gilvan Rocha
4. Roberto Saturnino
5. Cunha Lima

1. Danton Jobim
2. Dirceu Cardoso
3. Evandro Carreira

Assistente: Cândido Hipperdt — Ramal 676

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)

(9 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Jessé Freire

Vice-Presidente: Orestes Quêrcia

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Jessé Freire	1. Braga Junior
2. Ruy Santos	2. Virgílio Távora
3. Lenoir Vargas	3. Osires Teixeira
4. Jarbas Passarinho	4. Domicio Gondim
5. Lourival Baptista	
6. Accioly Filho	
	MDB
1. Franco Montoro	1. Lázaro Barboza
2. Orestes Quêrcia	2. Cunha Lima
3. Nelson Carneiro	

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Jarbas Passarinho

Vice-Presidente: Luiz Cavalcante

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Milton Cabral	1. José Guimard
2. Domicio Gondim	2. Murilo Paraíso
3. Arnon de Mello	3. Virgílio Távora
4. Luiz Cavalcante	
5. Jarbas Passarinho	
	MDB
1. Dirceu Cardoso	1. Gilvan Rocha
2. Itamar Franco	2. Franco Montoro

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Rui Barboza" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)

(5 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Adalberto Sena

Vice-Presidente: Helvidio Nunes

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Helvidio Nunes	1. Virgílio Távora
2. Otto Lehmann	2. Arnon de Mello
3. Saldanha Derzi	3. Jarbas Passarinho
	MDB
1. Danton Jobim	1. Dirceu Cardoso
2. Adalberto Sena	

Assistente: Maria Carmen Castro Souza — Ramal 134

Reuniões: Quintas-feiras, às 12:00 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)

(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Magalhães Pinto

1º-Vice-Presidente: Saldanha Derzi

2º-Vice-Presidente: Nelson Carneiro

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Magalhães Pinto	1. Accioly Filho
2. Alexandre Costa	2. Fausto Castelo-Branco
3. Virgílio Távora	3. Helvidio Nunes
4. Jessé Freire	4. Domicio Gondim
5. Arnon de Mello	5. Jarbas Passarinho
6. Saldanha Derzi	6. Luiz Cavalcante
7. José Sarney	
8. João Calmon	
9. Augusto Franco	
10. Otto Lehmann	
	MDB
1. Danton Jobim	1. Marcos Freire
2. Gilvan Rocha	2. Paulo Brossard
3. Itamar Franco	3. Roberto Saturnino
4. Leite Chaves	
5. Nelson Carneiro	

Assistente: Cândido Hipperth — Ramal 676

Reuniões: Terças-feiras, às 10:30 horas

Local: Sala "Rui Barboza" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ruy Santos

Vice-Presidente: Altevir Leal

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Altevir Leal	1. Saldanha Derzi
2. Ruy Santos	2. Itálvio Coelho
3. Cattete Pinheiro	3. Osires Teixeira
4. Fausto Castelo-Branco	
5. Lourival Baptista	
	MDB
1. Adalberto Sena	1. Benjamim Farah
2. Gilvan Rocha	2. Cunha Lima

Assistente: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 312

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala "Rui Barboza" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN) (7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Cabral
Vice-Presidente: Augusto Franco

Titulares

1. José Guimard
2. Vasconcelos Torres
3. Virgílio Távora
4. Augusto Franco
5. Milton Cabral

ARENA

Suplentes

1. Alexandre Costa
2. Braga Junior
3. Dinarte Mariz

MDB

1. Adalberto Sena
2. Benjamim Farah

1. Agenor Maria
2. Dirceu Cardoso

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 312

Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC) (7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benjamim Farah
Vice-Presidente: Lenoir Vargas

Titulares

1. Lenoir Vargas
2. Accioly Filho
3. Augusto Franco
4. Heitor Dias
5. Saldanha Derzi

ARENA

Suplentes

1. Alexandre Costa
2. Gustavo Capanema
3. Mattos Leão

MDB

1. Benjamim Farah
2. Itamar Franco

1. Danton Jobim
2. Lázaro Barboza

Assistente: Sônia Andrade Peixoto — Ramal 307

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS — (CT) (7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Lourival Baptista
Vice-Presidente: Alexandre Costa

Titulares

1. Alexandre Costa
2. Luiz Cavalcante
3. Braga Junior
4. Lourival Baptista
5. Mattos Leão

ARENA

Suplentes

1. Otto Lehmann
2. Teotônio Vilela
3. Wilson Gonçalves

MDB

1. Evandro Carreira
2. Evelásio Vieira

1. Lázaro Barboza
2. Roberto Saturnino

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306

Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

B) SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS, ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

Comissões Temporárias

Chefe: Ruth de Souza Castro

Local: Anexo II — Térreo

Telefone: 25-8505 — Ramal 303

- 1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional
- 2) Comissões Temporárias para Apreciação de Votos
- 3) Comissões Especiais e de Inquérito, e
- 4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (art. 90 do Regimento Comum).

Assistentes de Comissões: Haroldo Pereira Fernandes — Ramal 674;
Alfeu de Oliveira — Ramal 674; Cleide Maria B. F. Cruz — Ramal 598;
Maura Lopes de Sá — Ramal 310.

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

HORÁRIO DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL PARA O ANO DE 1977

HORAS	TERÇA	S A L A S	ASSISTENTE	HORAS	QUINTA	S A L A S	ASSISTENTE
10:00	C.T.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	RONALDO	09:00	C.F.	CLOVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	CANDIDO
	C.A.R.	CLOVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	LEDA	09:30	C.S.P.C.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	SONIA
10:30	C.A.	CLOVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	CLAUDIO COSTA	10:00	C.B.C.	CLOVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	CLEIDE
	C.R.E.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	CANDIDO		C.D.F.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	RONALDO
HORAS	QUARTA	S A L A S	ASSISTENTE	11:00	C.L.S.	CLOVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	DANIEL
09:00	C.S.N.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	LEDA		C.S.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	LEDA
10:00	C.C.J.	CLOVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	MARIA HELENA	12:00	C.R.	CLOVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	MARIA CARMEM
	C.M.E.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	RONALDO				
10:30	C.E.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	DANIEL				

REGISTROS PÚBLICOS

nova lei anotada

- Redação atualizada da Lei nº 6.015/73, com as alterações das Leis nºs 6.140/74 e 6.216/75, contendo notas explicativas e remissivas;
- Redação vigente do Decreto nº 4.857, de 9-11-1939, seguida de notas explicativas do seu texto, com apresentação das redações anteriores.

"Revista de Informação Legislativa" nº 46

328 páginas

PREÇO: Cr\$ 30,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal

**Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 88 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 1,00